



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**  
**Instituto de Geociências e Ciências Exatas**  
Programa de Pós-Graduação em Geografia



**PAULO CÉSAR CUNHA LIMA**

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA CIDADE DE FORTALEZA-CE:  
UMA ANÁLISE DAS AÇÕES, POLÍTICAS, PROJETOS E  
PLANOS DIRETORES**



RIO CLARO – SP  
2013

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
Júlio de Mesquita Filho  
Instituto de Geociências e Ciências Exatas  
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Paulo César Cunha Lima

**A produção do espaço na cidade de Fortaleza-CE: uma análise das  
ações, políticas, projetos e planos diretores.**

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Rio Claro, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Geografia. Área de Concentração: Organização do Espaço.

Orientadora: Profa. Dra. Silvia Aparecida Guarnieri Ortigoza.

RIO CLARO - SP

2013

910h.381 Lima, Paulo César Cunha  
C732p A produção do espaço na cidade de Fortaleza-CE: uma  
análise das ações, políticas, projetos e planos diretores / Paulo  
César Cunha Lima. - Rio Claro, 2013  
122 f. : il., figs., gráfs., quadros, fots., mapas, plant. + 4  
Tabelas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista,  
Instituto de Geociências e Ciências Exatas  
Orientador: Silvia Aparecida Guarnieri Ortigoza

1. Geografia urbana – Brasil. 2. Segregação  
socioespacial. 3. Urbanização. 4. Planejamento. 5. Plano  
diretor. I. Título.

Paulo César Cunha Lima

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA CIDADE DE FORTALEZA-CE:  
UMA ANÁLISE DAS AÇÕES, POLÍTICAS, PROJETOS E  
PLANOS DIRETORES**

Esta tese foi julgada e aprovada para a obtenção do título de Doutor em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, Rio Claro.

**Comissão Examinadora**

Orientadora: Profa. Dra. Silvia Aparecida Guarnieri Ortigoza  
IGCE/UNESP/Rio Claro (SP)

Prof. Dr. Auro Aparecido Mendes  
IGCE/UNESP/Rio Claro (SP)

Prof. Dr. Enéas Rente Ferreira  
IGCE/UNESP/Rio Claro (SP)

Profa. Dra. Judite de Azevedo do Carmo  
UNEMAT/Nova Xavantina (MT)

Prof. Dr. Marcius Tulus Soares Falcão  
IFCE/Fortaleza(CE)

RIO CLARO

2013

*Dedico este trabalho a minha filha Beatriz e a minha esposa Conceição, pelo apoio e amor incondicional. A minha mãe Maria José e meu pai Francisco, pelo exemplo de vida que sempre me transmitiram com muito amor e carinho. Aos meus irmãos, sobrinhos, cunhados pela confiança e palavras de incentivo.*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por tudo que tem realizado em minha vida.

À minha orientadora, Profa. Dra. Silvia Aparecida Guarnieri Ortigoza, pela orientação, confiança, paciência, apoio e amizade demonstrada durante toda a realização desta pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Antonio Carlos Tavares, Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro Oliveira, Enéas Rente Ferreira, Fadel David Antonio Filho, Magda Adelaide Lombardo, Manuel Baldomero Rolando Berríos Godoy, Maria Isabel Castreghini de Freitas, Sandra Elisa Contri Pitton, Silvia Selingardi Sampaio pelos bons momentos de aprendizagem que tivemos no decorrer das disciplinas.

Aos colegas do curso de Pós-Graduação, em especial aos amigos Tullius Falcão, Socorro Figueiredo, Cristina Valverde, Severina Gadelha, Benedita Rocha e Conceição Malveira, pelos bons momentos vividos durante a realização das disciplinas.

Aos amigos Glória Marinho, Lindalva Leal, Airton Martins, Adriane Farias, Kelly Rodrigues e Laênia Teixeira pelo apoio e compreensão nos momentos de ausência.

Aos meus alunos do Curso de Edificações e de Engenharia Civil, pelo apoio, amizade, aprendizagem e constante entusiasmo.

Ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE por me possibilitar a oportunidade de realizar esse curso.

## RESUMO

Esta tese analisa alguns problemas socioespaciais de Fortaleza (CE), e em seu percurso analítico, aborda o processo de formação histórico-geográfica da cidade, destacando as principais transformações no decorrer do tempo, desde sua fundação até os dias atuais. Os diversos planos diretores também foram alvo de análise. A pesquisa tem como objetivo geral analisar a produção do espaço urbano na cidade de Fortaleza-CE e a problemática da expansão territorial desordenada, regida pelo grande capital imobiliário. A ocupação urbana na cidade de Fortaleza-CE apresenta padrão bastante diferenciado em diversas áreas da cidade. Na zona leste, ocorre intensa verticalização onde residem as classes sociais de poder aquisitivo mais elevado e nas zonas oeste e sudoeste, observa-se predominância de bairros populares e concentrações de aglomerados subnormais. A utilização de ambientes, como dunas, baixios, rios e lagoas urbanas são causados por um processo de urbanização desigual que vem ocorrendo na cidade. A população menos favorecida ocupa tais espaços antes que os mesmos sejam providos de qualquer infraestrutura básica e, conseqüentemente, ocupados pelas classes dominantes. A intensa exploração do uso da terra urbana foi analisada por meio das políticas, ações, projetos e planos diretores adotados. Como principal instrumento técnico de pesquisa foi elaborado um questionário com perguntas fechadas e abertas, e durante a aplicação foram ouvidos 532 moradores dos diversos bairros da cidade, no período de setembro e outubro de 2012. Com esta pesquisa observou-se que a cidade de Fortaleza, mesmo conquistando novos patamares de desenvolvimento econômico, não consegue resolver os problemas da má distribuição de serviços, equipamentos e infraestrutura urbana para toda a cidade, favorecendo as camadas sociais de maiores rendas, à especulação imobiliária e, potencializando assim, a segregação socioespacial.

**Palavras-chave:** Produção do espaço. Segregação socioespacial. Urbanização. Planejamento. Plano Diretor.

## ABSTRACT

This thesis evaluates several social and spatial problems in Fortaleza (CE), and in its analytical path, discusses the process of historical-geographical formation of the city, emphasizing the main changes through time, since its settlement until the current days. Several master plans were also put under analysis. The research has as its main goal the evaluation of the urban space production in the city of Fortaleza-CE and the problems concerning the disorganized territorial expansion, regulated by the capital housing speculation. The urban occupation in the city of Fortaleza-CE reveals a really unusual pattern in locations an intense vertical growth, where the social classes with the highest purchasing power live. Besides that in the west and southwest, popular neighborhoods and concentration of subnormal agglomerates predominate. The use of fragile environments, like dunes, shallows, rivers and urban lakes is caused by the process of uneven urbanization that is happening in the city. The underprivileged population occupies these areas before any basic infrastructure is provided to these locations, because the areas with good services are occupied by the dominating classes. The intense exploration of the urban land was analyzed by policies, actions, projects and selected master plans. As the main technical instrument of research, a questionnaire was elaborated with direct and essay questions, during the application, 532 dwellers of various neighborhoods of the city participated, in the period between September and October of 2012. With this research, it is possible to conclude that the city of Fortaleza, even conquering new levels of economic development, can't solve the problems of ineffective distribution of services, equipment and urban infrastructure to the whole city, favoring the social classes with higher incomes, the housing speculation and, maximizing the social and spatial segregation.

**Keywords:** Space production. Social and spatial segregation. Urbanization. Planning. Master plan.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Universidade de Fortaleza, no Bairro Edson Queiroz, Fortaleza-CE .....	32
Figura 2 -	<i>Shopping Center</i> Iguatemi, no Bairro Edson Queiroz, Fortaleza-CE .....	32
Figura 3 -	Antigas Salinas Diogo, na cidade de Fortaleza-CE, na década de 1970 .....	33
Figura 4 -	Primeira Planta da Cidade de Fortaleza (1726) .....	37
Figura 5 -	Planta do Porto e Vila de Fortaleza desenhado por Silva Paulet (1813).....	38
Figura 6 -	Ampliação do Trecho leste da Planta da Cidade de Fortaleza (1850).....	41
Figura 7 -	Planta de Fortaleza baseada no levantamento cadastral da cidade, organizada pelo padre Manoel do Rêgo Medeiros, em 1856 .....	42
Figura 8 -	Planta Exata da Capital, elaborada por Adolfo Herbster (1859) ..	44
Figura 9 -	“Planta da Cidade da Fortaleza e Sobúrbios” elaborada por Adolfo Herbster, em 1875 .....	46
Figura 10 -	Planta da Cidade de Fortaleza, em 1888 .....	47
Figura 11 -	Planta para a zona central da cidade de Fortaleza-CE elaborado por Saboya Ribeiro, em 1947.....	50
Figura 12 -	Plano Diretor da Cidade de Fortaleza” de Hélio Modesto - 1963, indicando as intervenções a serem executadas no centro da cidade .....	53
Figura 13 -	PLANDIRF: Renovação do centro urbano - 1ª etapa (1971).....	55
Figura 14 -	Proposta para a Mobilidade Urbana na zona leste da cidade de Fortaleza - CE .....	61

Figura 15 - Imagem Satélite do bairro Cocó, em 2004 e 2011.....	65
Figura 16 - Imagem Satélite do bairro Jangurussu, nos anos de 2003 e 2009.....	65
Figura 17 - Imagem Satélite do bairro José Walter, em 2003 e 2009 .....	66
Figura 18 - Evolução urbana da cidade de Fortaleza-CE (1726-1972).....	67
Figura 19 - Ocupação urbana da cidade de Fortaleza-CE (2000) .....	67
Figura 20 - Imagem satélite da lagoa do bairro Cajazeiras, em 2003 e 2009.	72
Figura 21 - Imagem satélite da ocupação das margens da lagoa da Libânea, no bairro do Mondubim, em 2003 e 2009.....	73
Figura 22 - Ocupação irregular das margens da lagoa da Libânea, no bairro do Mondubim, em 2013.....	73
Figura 23 - Vista Aérea da Rede Viária e Vegetação Urbana no bairro Edson Queiroz - Fortaleza (CE).....	76
Figura 24 - Área sem infraestrutura básica, no Planalto Airton Sena - Fortaleza-CE.....	78
Figura 25 - Aglomerado subnormal às margens do Rio Maranguapinho, na cidade de Fortaleza-CE, em 2012 .....	78
Figura 26 - Acessibilidade de Calçadas e Passeios .....	86
Figura 27 - Obstáculos nas Calçadas.....	86
Figura 28 - Aglomerado subnormal no bairro Cais do Porto .....	91

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Densidade demográfica das 5 capitais mais populosas do Brasil .....	27
Gráfico 2 -	Faixa etária dos entrevistados - Fortaleza (CE) .....	83
Gráfico 3 -	Opinião dos entrevistados sobre os serviços de água, energia, esgoto e coleta de lixo nos bairros – Fortaleza (CE) .....	84
Gráfico 4 -	Opinião dos entrevistados sobre a acessibilidade de calçadas e passeios - Fortaleza (CE) .....	85
Gráfico 5 -	Opinião dos entrevistados sobre a pavimentação de ruas e avenidas - Fortaleza (CE) .....	87
Gráfico 6 -	Opinião dos entrevistados sobre a situação do trânsito - Fortaleza (CE) .....	88
Gráfico 7 -	Opinião dos entrevistados sobre os alagamentos - Fortaleza (CE).....	88
Gráfico 8 -	Opinião dos entrevistados sobre praças, parques e áreas de lazer- Fortaleza (CE) .....	89
Gráfico 9 -	Opinião dos entrevistados sobre existência de postos de saúde e hospitais - Fortaleza (CE) .....	90
Gráfico 10 -	Atuação do Poder Público na fiscalização e melhoria do bairro.	92
Gráfico 11 -	Opinião sobre a contribuição dos Moradores – Fortaleza (CE)..	93
Gráfico 12 -	Avaliação dos Bairros pelos entrevistados – Fortaleza (CE) .....	94
Gráfico 13 -	Opinião dos entrevistados se o seu bairro já foi melhor do que hoje – Fortaleza (CE) .....	95
Gráfico 14 -	Opinião dos entrevistados sobre o período de melhores condições dos bairros – Fortaleza (CE) .....	96

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Evolução da População de Fortaleza - CE .....	24
Tabela 2 -	População e extensão territorial das 5 capitais brasileiras mais populosas .....	26
Tabela 3 -	População residente para os dez maiores e menores bairros da cidade de Fortaleza-CE, em 2010 .....	31

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 -	Região Metropolitana de Fortaleza - CE .....	21
Mapa 2 -	Mapa da cidade de Fortaleza - CE, com a distribuição dos bairros nas Secretarias Executivas Regionais - 2013.....	23
Mapa 3 -	População total por bairros, da cidade de Fortaleza-CE, em 2010.....	30
Mapa 4 -	Mapa da cidade de Fortaleza-CE, com vetores de crescimento - 2013. ....	34
Mapa 5 -	Plano Diretor Físico de Fortaleza, 1979 - Sistema Viário .....	56
Mapa 6 -	Ocupação urbana em 1888 em relação com a época da realização da planta da cidade de Fortaleza em 1988 .....	58
Mapa 7 -	Vazios urbanos na cidade de Fortaleza-CE, em 2013.....	68
Mapa 8 -	Localização dos aglomerados subnormais e dos 30 bairros com maior e menor renda, na cidade de Fortaleza-CE, em 2010.....	82

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA</b> .....	18
1.1 Procedimentos técnicos da pesquisa .....	19
<b>2. ORIGEM E FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO</b> .....	21
2.1 Evolução populacional .....	24
2.2 A produção do espaço na cidade de Fortaleza .....	27
<b>3. MARCOS HISTÓRICOS DO PLANEJAMENTO URBANO</b> .....	37
3.1 Antecedentes históricos .....	37
3.2 Projetos, ações, políticas e planos diretores .....	40
<b>4. AS QUESTÕES SOCIOESPACIAIS DE FORTALEZA</b> .....	63
4.1 A expansão urbana .....	63
4.2 As questões ambientais .....	70
4.3 Características da segregação socioespacial .....	74
<b>5. ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS</b> .....	83
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	98
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	102
<b>APÊNDICE</b> .....	111
<b>ANEXOS</b> .....	113

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa apresenta um tema próprio da Geografia Urbana que é a produção do espaço urbano, e seu problema central está apoiado no fato que mesmo com todas as ações, políticas, projetos e planos diretores, adotados até o momento, a cidade de Fortaleza-CE continua apresentando um crescimento acelerado e desorganizado com segregação de seus espaços.

A expansão urbana vem se intensificando de forma significativa para a zona leste, ultrapassando os limites de Fortaleza, seguindo em direção aos municípios de Aquiraz e Eusébio, onde a estrutura urbana se diferencia, especialmente em relação à habitação, que ocorre através de sítios, chácaras e condomínios horizontais.

A questão socioambiental na cidade é marcada por processos de fragmentação e segregação do espaço e, vem sendo, paulatinamente, agravada pelos problemas de habitação, emprego e renda, infraestrutura urbana, distribuição desordenada de equipamentos de uso coletivo, carência nos setores de saúde e educação, dentre outros.

A pesquisa tem como objetivo geral investigar a produção do espaço urbano na cidade de Fortaleza-CE e a problemática da expansão territorial desordenada, regida pelo capital imobiliário. A intensa exploração do uso da terra urbana foi analisada por meio das políticas, ações, projetos e planos diretores adotados. No desenvolvimento deste estudo abordou-se a formação histórico-geográfica da cidade e a análise de suas transformações socioespaciais, desde sua fundação até os dias atuais.

Como objetivos específicos, a pesquisa apresenta:

- Realizar uma descrição histórica da origem e formação do espaço urbano de Fortaleza-CE;
- Conhecer as políticas, os planos diretores, os projetos e as ações adotadas para a cidade;
- Analisar os impactos ambientais, a segregação socioespacial e os desafios no processo de urbanização na cidade;
- Conhecer como a população se sente em relação à oferta de serviços públicos e à qualidade da infraestrutura urbana da cidade.

A fundação de Fortaleza é fruto de um processo iniciado na Barra do Ceará, em 1604, com a construção do Fortim de São Tiago, por Pero Coelho, e em 1611, com a fundação do Forte São Sebastião, por Martim Soares Moreno.

O Forte Schoonenborch, fundado pelos holandeses na foz do riacho Pajeú, foi tomado pelos portugueses, em 1654, e recebeu o nome de Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção. Segundo Girão (1979), o referido forte, além da finalidade de defesa, servia, também, como centro de irradiação das atividades ligadas à exploração de minérios de ferro na Serra de Itarema.

A Vila de Fortaleza foi criada em 1725 e sua implantação ocorreu em 13 de abril de 1726, juntamente com a primeira eleição para a Câmara dos Vereadores.

A cidade de Fortaleza, desde sua fundação, vem sendo organizada por meio da segregação de seus espaços. A cidade se caracteriza pela ocupação do lado leste, por uma população com melhores condições socioeconômicas, e do lado oeste e sudoeste, por uma população menos favorecida. Determinando assim, a forma de aquisição e a produção dos espaços na cidade. Para os ricos, detentores do poder econômico, os espaços são sempre dotados de equipamentos e de melhores condições urbanas, e para a população com menor poder aquisitivo, sobram os espaços com insuficiência de serviços públicos básicos (MENDES, *et. al.* 2004).

A população da cidade, em 1920, era de aproximadamente, 78 mil habitantes. Em 1960, atingiu mais de meio milhão de habitantes, o que significa um crescimento superior a 650%, em quarenta anos. Isso representa uma população oito vezes maior do que a cidade de Caucaia, que é a segunda cidade mais populosa do Estado, com 316.906 mil habitantes. Esse fenômeno é o que se poderia chamar de “macrocefalia urbana”.

Sobre esse conceito, Santos (2004) descreve como sendo a massiva concentração de atividades econômicas que ocorrem em algumas metrópoles favorecendo o desencadeamento de processos descompassados, tais como: convergência e redirecionamento de fluxos migratórios, diminuição no número de empregos, ocupação desordenada de alguns setores da cidade, e ainda, a estigmatização das camadas sociais, comprometendo dessa forma, a segurança pública urbana.

No entanto, foi somente a partir da década de 1970, que a cidade passou por um processo acentuado de verticalização e descentralização das atividades de

comércio e lazer. Atualmente, a economia está concentrada nos setores comercial e turístico. Este último representa uma das maiores fontes geradoras de renda, sendo inclusive, motivo de investimentos públicos municipais e estaduais (BARREIRA, 2003).

O uso e ocupação do solo apresenta padrão diferenciado em diversas áreas da cidade, caracterizando-se por uma intensa verticalização na zona leste, principalmente, nos bairros da Aldeota, Meireles, Mucuripe, Varjota e Cocó, onde residem as classes sociais de poder aquisitivo mais elevado, enquanto nos setores oeste e sudoeste da cidade, mesmo existindo alguns bairros de classe média, observa-se uma predominância de bairros populares e de grandes concentrações de aglomerados subnormais.

Utilizaremos, nesta pesquisa o conceito de aglomerado subnormal, adotado pelo IBGE, a partir do Censo Demográfico de 1991. De acordo com IBGE (2010) o termo possui certo grau de generalização, haja vista a “diversidade de assentamentos irregulares existente no país, conhecidos como: favela, invasão, grota, baixada, comunidade, vila, ressaca, mocambo, palafita, dentre outros”.

O crescimento desordenado e a coexistência da modernização com a pobreza são características da capital cearense após sua condição e transformação natural em metrópole.

Com o propósito de alcançar os objetivos, anteriormente relacionados, esta tese está estruturada em quatro capítulos. No primeiro, é apresentada a fundamentação teórico-metodológica e os procedimentos técnicos utilizados.

No segundo é apresentada a origem e formação do espaço urbano, os aspectos históricos, a evolução populacional e a produção do espaço da cidade de Fortaleza.

No terceiro são apresentadas as ações, os projetos, os códigos de postura, e os planos diretores adotados para a cidade, assim como são analisados os desafios a serem enfrentados para o planejamento urbano de Fortaleza, nos próximos anos.

No quarto capítulo são apresentadas e analisadas as questões socioespaciais de fortaleza, desde o processo acelerado da expansão urbana e seus conseqüentes impactos, até a valorização do espaço urbano, caracterizada pela segregação socioespacial.

No quinto capítulo são apresentadas e discutidas as opiniões da população de Fortaleza, quanto à oferta serviços públicos e à qualidade da infraestrutura urbana da cidade.

Nas considerações finais é apresentada a tese de que a cidade de Fortaleza caracteriza-se por apresentar um crescimento urbano acelerado, com uma ocupação extremamente irregular e que, as ações, as políticas e os planos diretores, adotados até o momento, não se apresentaram eficientes para resolver o problema de ocupação desordenada dos seus espaços, além de não conseguir distribuir, os equipamentos, os serviços e a infraestrutura urbana para toda a população, agravando a segregação socioespacial na cidade.

## 1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

A cidade de Fortaleza é marcada por descontinuidades socioespaciais como consequência de uma dialética entre sua configuração metropolitana e os aspectos da vida da sociedade.

Dessa forma, faz-se necessário pensar a cidade através da relação espaço-tempo, expressão dos modos diferenciados de comportamentos e hábitos da população (SOUZA, 2006).

Ao escolhermos fazer uma análise socioespacial da cidade de Fortaleza-CE, concordamos com o pensamento de Carlos (2001) quando lembra que a produção do espaço urbano fundamenta-se nas possibilidades de articulação entre formas de uso do espaço e nos conflito de interesses que orientam as ações do Estado e dos governantes.

Santos (1999), também, contribui com nossa fundamentação teórica quando coloca que:

O espaço é formado de um lado, pelo resultado material acumulado das ações humanas através do tempo, e, de outro, animado pelas ações atuais que hoje lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade.

Lefèbvre (2008) ressalta que o espaço como sendo o lugar do conflito de interesses, é político, é ideológico, é um produto da história. Lembra, ainda que, a produção do espaço não pode ser comparada a produção de um objeto ou de uma mercadoria. A produção do espaço se vincula a grupos particulares que se apropriam do espaço para geri-lo e para explorá-lo.

Procurando nesta pesquisa, dar coerência entre a nossa análise e a teoria que a embasa, optamos por escolher como método o materialismo histórico-dialético. A escolha desse método fundamenta-se no caráter da pesquisa que de acordo com Lefèbvre (1991, p.139):

[...] Somente a análise dialética, que leva em consideração tanto o trabalho social quanto o contexto no qual se insere a forma, somente essa análise atinge o concreto, ou seja, o movimento e os conflitos que ele envolve e desenvolve.

Corroborando com o mesmo pensamento, Demo (1985, p. 67) escreve:

[...] imaginamos coerente propor para as ciências sociais uma metodologia própria, denominada dialética, que não busca diferença

absoluta para com outras metodologias mais próprias das ciências exatas e naturais; ao contrário, convive com elas, delas aprende, mas não abdica de especificidades próprias.

O referido método nos ajudou a construir uma reflexão crítica das materialidades espaciais de Fortaleza-CE, e desse modo, observamos esta cidade como um produto histórico e social. A estrutura do texto construída ao longo da pesquisa, e o próprio movimento do pensamento que fomos elaborando tiveram como pano de fundo as abordagens das diversas contradições socioespaciais encontradas na cidade de Fortaleza.

## **1.2 Procedimentos técnicos da pesquisa**

Além do desafio da escolha do método de interpretação, tínhamos outro que era delinear os procedimentos metodológicos da pesquisa. Neste sentido, a escolha das fontes dos dados e também as formas de coletas de novas informações eram questões a serem resolvidas. Assim, no decorrer da pesquisa, foram realizadas as seguintes atividades: revisão bibliográfica e levantamento de material publicado na área do estudo, buscando conhecer os aspectos sociais, culturais, econômicos e naturais da cidade; pesquisa de campo, onde foi realizado registro fotográfico e produção de vídeos de diversos bairros, buscando ilustrar os aspectos da estrutura urbana da cidade; produção de mapas; aplicação de questionários, a fim de conhecer a opinião dos moradores da cidade de Fortaleza-CE sobre o objeto de pesquisa; elaboração de tabelas e gráficos, após levantamento e tabulação dos dados quantificáveis obtidas durante a pesquisa.

O levantamento do material bibliográfico foi realizado, principalmente, nas bibliotecas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP/Rio Claro, Universidade Federal do Ceará - UFC, Universidade Estadual do Ceará - UECE, Universidade de Fortaleza - UNIFOR, assim como em diversas plataformas digitais de pesquisa.

Os mapas foram obtidos junto à Prefeitura Municipal de Fortaleza - PMF, ao Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. As imagens históricas foram coletadas junto ao Museu da Imagem e do Som, e as imagens orbitais foram capturadas do

programa Google Earth.

Para a realização da pesquisa de campo recorreu-se ao pensamento de Lakatos & Marconi (2003, p.186) quando dizem que:

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

Moresi (2003, p.9), também, colabora com esse conceito, afirmando que “a pesquisa de campo é a investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo.”

Apesar dos extensos e frequentes trabalhos de campo realizados para a obtenção dos dados para o desenvolvimento da tese, conhecer a opinião da população sobre os problemas abordados na pesquisa era, sem dúvida, um procedimento que se colocava como de extrema importância. A solução encontrada foi a aplicação de um questionário (Apêndice I), elaborado com 18 perguntas fechadas e 2 abertas (opcionais) que foi aplicado junto aos moradores de diversos bairros da cidade, no período de setembro a outubro de 2012.

A aplicação dos questionários foi realizada, no mês de setembro, em praças, escolas, shoppings, terminais rodoviários, de forma aleatória. No segundo mês de pesquisa, utilizou-se o pacote de aplicativos Google Docs e os questionários foram distribuídos, também, por meio digital. Foram aplicados 532 questionários, com moradores de 104, dos 119 bairros existentes na cidade de Fortaleza.

Observa-se que a quantidade de questionários é representativa, pois, segundo Gerardi & Silva (1981) para uma cidade com população acima de 1.000.000 de habitantes a amostra deve ser de 384 questionários (Anexo B).

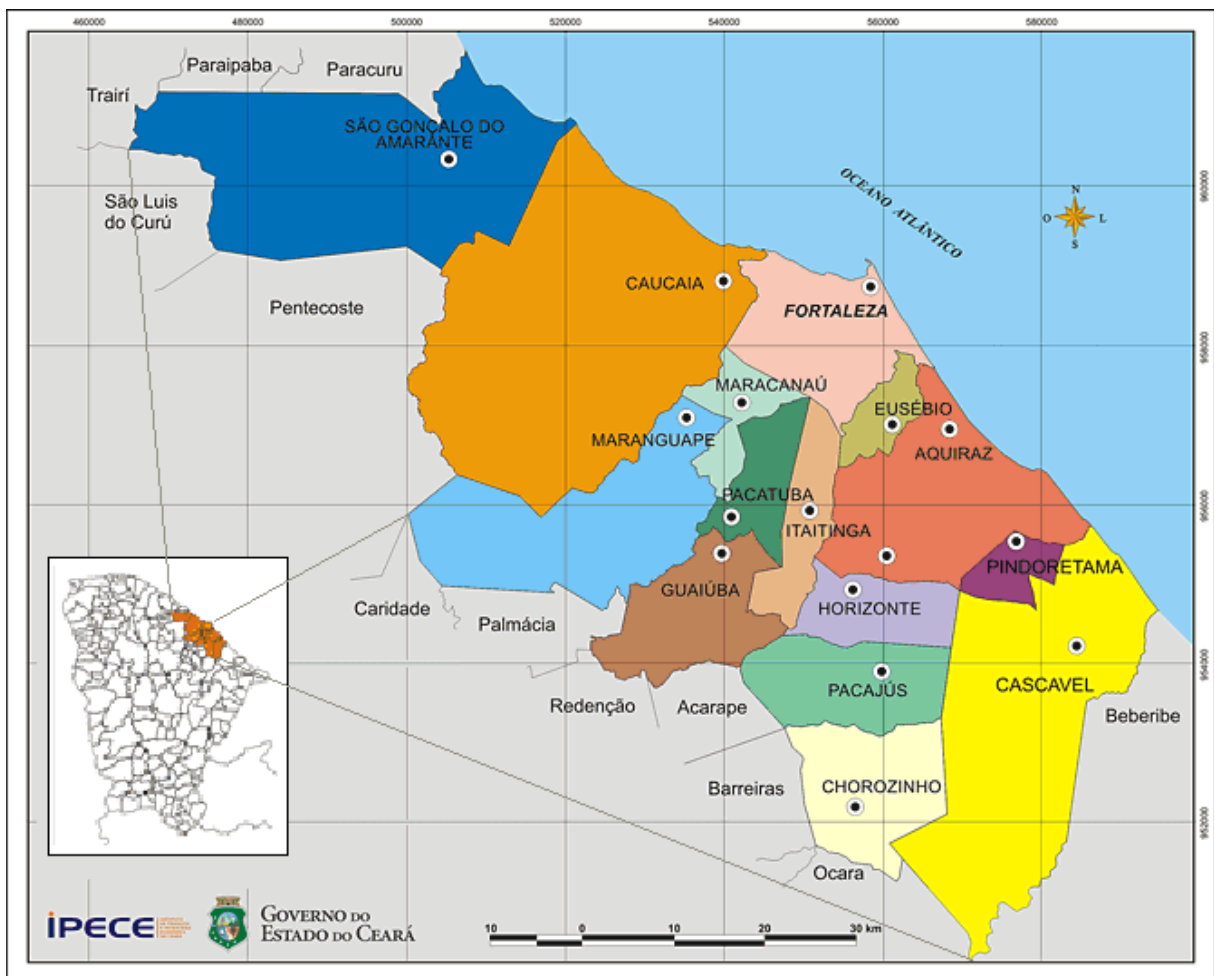
Desse modo, acreditamos que o desafio de encontrar mecanismos de ouvir a população, também foi resolvido, haja vista que os resultados dos questionários nos permitiram, com mais segurança, analisar a ação dos envolvidos na produção do espaço da cidade de Fortaleza.

## 2. ORIGEM E FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

A cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, está localizada na Região Nordeste do Brasil limitando-se ao norte com Oceano Atlântico, ao sul com as cidades de Maracanaú, Pacatuba, Itaitinga e Eusébio, ao leste com o Oceano Atlântico e com as cidades de Eusébio e Aquiraz, e ao oeste com a cidade de Caucaia.

A Região Metropolitana de Fortaleza possui uma extensão territorial de 5.783,6 km<sup>2</sup>, e uma população de 3.615.767 habitantes (IBGE, 2010). É composta por 15 cidades, a saber: Aquiraz, Cascavel, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Fortaleza, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, Pindoretama e São Gonçalo do Amarante (Mapa 1).

Mapa 1 - Região Metropolitana de Fortaleza-CE



Fonte: IPECE, 2010.

A cidade de Fortaleza está localizada sob as coordenadas geográficas 3°43'02"S e 38°32'35"WGr, e a uma altitude média de 21m acima do nível do mar (IPECE, 2011).

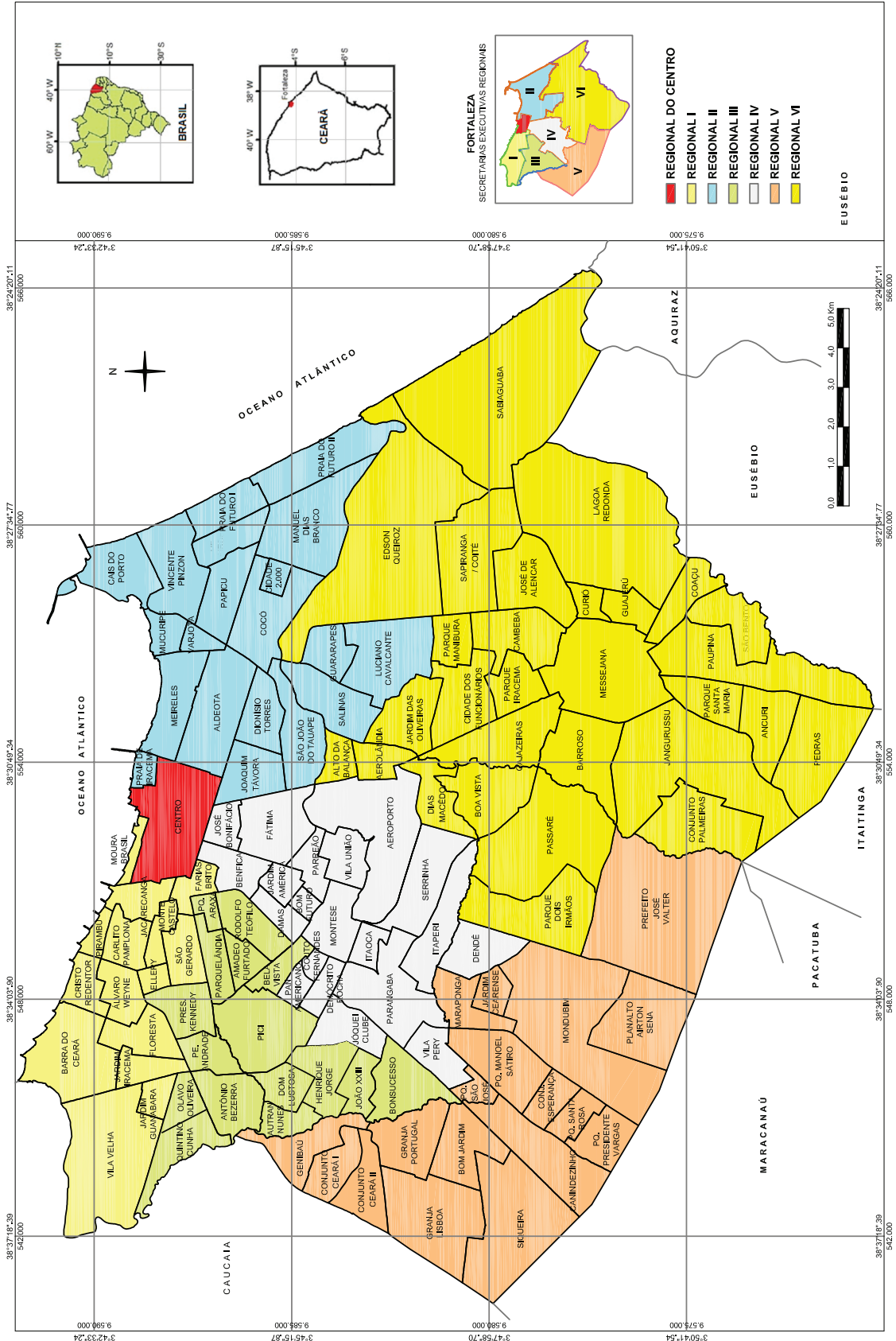
O clima da cidade é tropical, quente e úmido com chuvas de verão e outono. Caracteriza-se por um alto índice de umidade relativa do ar, com mínima de 73% e máxima de 82,5%. A precipitação pluviométrica caracteriza-se por uma estação chuvosa que está concentrada no primeiro semestre e tem uma média anual de 1.378,3 mm. Apresenta uma temperatura elevada durante o ano todo, com uma média anual de 26,6°C. A média máxima é de 29,9°C e a média mínima é de 23,5°C (FORTALEZA, 2006).

A faixa litorânea possui uma extensão de 34,2 km de praia banhada pelo Oceano Atlântico. Incluindo-se a orla do rio Ceará, essa faixa passa a possuir uma extensão 43,4 km. O litoral da cidade é composto por trechos, em grande parte, modificados por intervenções antrópicas, caracterizadas pela ocupação urbana irregular e pelo desenvolvimento de atividades de forte impacto ambiental (FORTALEZA, 2006).

Administrativamente a cidade é dividida em seis Secretarias Executivas Regionais - SER, além da Secretaria Executiva Regional do Centro - SERCEFOR. As secretarias têm como objetivo realizar as seguintes atividades: executar, gerenciar e assessorar as políticas públicas; desenvolver estudos socioeconômicos; elaborar projetos técnicos para as secretarias temáticas e demais órgãos públicos municipais; promover a análise crítica das ações propostas; desenvolver iniciativas voltadas à qualificação do atendimento ao público; e promover estudos e ações que visem à revitalização e preservação do patrimônio público, além de executar todas as atividades afins que sejam determinadas pela Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF, 2013).

Atualmente, a cidade é composta por 119 bairros distribuídos nas Secretarias Executivas Regionais - SER, da seguinte forma: SER I (15 bairros); SER II (20 bairros); SER III (17 bairros); SER IV (19 bairros); SER V (18 bairros); SER VI (29 bairros); e SERCEFOR, conforme mostrado no Mapa 2.

Mapa 2 - Mapa da cidade de Fortaleza - CE, com a distribuição dos bairros nas Secretarias Executivas Regionais - 2013



Fonte: Adaptado PMF (2010) e IPECE (2012)

## 2.1 Evolução populacional

Uma das principais causas do crescente número da população da cidade de Fortaleza deve-se ao êxodo rural, notadamente, formada pelos migrantes oriundos das constantes secas que assolam, frequentemente, as cidades do interior do Estado do Ceará e do nordeste brasileiro.

Em 1726, a população do núcleo urbano de Fortaleza foi estimada em 200 habitantes. Contudo, o primeiro censo populacional foi realizado somente em 1777, que contabilizou para a cidade 2.874 habitantes. Vale salientar que anos de 1777, 1778, 1790 e 1794 foram períodos de grande seca no Estado do Ceará. Em consequência disso, a população registrada pelo viajante inglês Henry Koster, em 1808, foi de apenas 1.200 habitantes (FORTALEZA, 2012).

Em 1870, um novo regulamento censitário foi estabelecido no Brasil, e no ano de 1872 foi realizado o primeiro censo nacional que recebeu o nome de Recenseamento da População do Império do Brasil. Após a Proclamação da República foram realizados os censos em 1890 e 1900. Nos anos de 1910 e 1930 não foi realizada a contagem da população (BARBOSA, 2010).

Na Tabela 1 são apresentados os dados censitários de evolução da população da cidade de Fortaleza-CE.

Tabela 1 - Evolução da População de Fortaleza-CE

ANOS	POPULAÇÃO	
	Fortaleza	%
1872	42.458	-
1890	40.902	- 3,66
1900	48.369	18,26
1920	78.536	62,37
1940	180.901	130,34
1950	270.169	49,35
1960	514.818	90,55
1970	872.702	69,52
1980	1.338.793	53,41
1991	1.765.794	31,84
2000	2.138.234	21,09
2010	2.452.185	14,68

Fonte: Adaptado de IBGE, 2011.

Observa-se, entre os anos de 1872 e 1890, um decréscimo na população da cidade de Fortaleza, o que pode ser explicado com a afirmação Araújo (2002) quando diz que “nesse período, logo após a expansão da economia algodoeira emigraram do Estado do Ceará cerca de 136.000 pessoas, e que esse teria sido o maior contingente de migração interna no país, até o ano de 1950.”

Girão (2000) informa que Senador Pompeu, no Ensaio Estatístico de 1863, descreve Fortaleza como sendo uma cidade “formada por oito extensas ruas, muito direitas, espaçosas e calçadas, e 960 são as casas de tijolos alinhadas, entre elas estão uns 80 sobrados, dando morada a uma população de 16.000 habitantes.” No recenseamento de 1872 esses números passariam para 21.372 habitantes, ocupando 4.300 casas térreas e 1.178 casebres.

A partir do início do século XX observa-se que começa a ocorrer um crescimento populacional considerável na cidade de Fortaleza. No período entre os anos de 1920 e 1940, o incremento populacional foi de 130,34%, e com isso os problemas começaram a avolumar-se, e os principais deles são: falta de moradia; saneamento básico inexistente para grande parte da população; falta de transporte público; iluminação domiciliar e pública precária, e ainda, a ineficiência dos serviços de saúde e educação.

De acordo com Souza (1994, pág. 55),

o crescente processo de transformação de Fortaleza e a problemática decorrente da desordenação urbana justificam a decretação de um novo Código de Posturas para a cidade. O que ainda vigorava era o de 09 de novembro de 1893 e, segundo apreciação do prefeito Tibúrcio Cavalcante já não pode satisfazer as necessidades gerais do município e da municipalidade, por sobremodo omissos e antiquados.

Sobre a cidade como foco de atração de habitantes de outras áreas Faissol (1994, p.194) comenta:

A cidade é foco de atração de habitantes de outras cidades menores e principalmente das áreas rurais, que vêm em busca de melhores oportunidades de emprego, de saúde e de escolas. Esta busca da cidade faz com que ela cresça além de sua capacidade de prover empregos, saúde, escola, habitação e outros bens e serviços e torna a vida desses habitantes extremamente penosa, contrariamente às suas expectativas.

Observa-se que entre as décadas de 1940 e 1950 o número de habitantes dobrou, e quase se repetindo na década subsequente. No entanto, impressionante mesmo, foi o crescimento da população entre as décadas de 1970 e 1980, que atingiu índices percentuais de, aproximadamente, 53%.

Dados do IBGE (2011) mostram que Fortaleza é, atualmente, a quinta capital mais populosa do Brasil, totalizando 2.452.185 habitantes e, com estimativas da população residente, com data de referência em 1º de julho de 2012, de 2.500.194 habitantes (IBGE, 2012).

Os dados da população das 5 capitais mais populosas do país podem ser observados na Tabela 2.

Tabela 2 - População e extensão territorial das 5 capitais brasileiras mais populosas

	<b>Fortaleza</b>	<b>Brasília</b>	<b>Salvador</b>	<b>Rio de Janeiro</b>	<b>São Paulo</b>
<b>População (hab.)</b>	2.452.185	2.570.160	2.675.656	6.320.446	11.253.503
<b>Área (Km<sup>2</sup>)</b>	314,93	5.780,00	693,276	1.200,28	1.521,10

Fonte: IBGE, 2011.

Analisando-se os dados da Tabela 2, constata-se que Fortaleza é a capital brasileira com maior densidade demográfica, com 7.786,44 hab./km<sup>2</sup>, seguida pela metrópole de São Paulo, com 7.398,26 hab./km<sup>2</sup>. Entre as cinco capitais brasileiras, a que apresentou a menor densidade demográfica foi Brasília, com apenas 444,66 hab./km<sup>2</sup> (Gráfico 1).

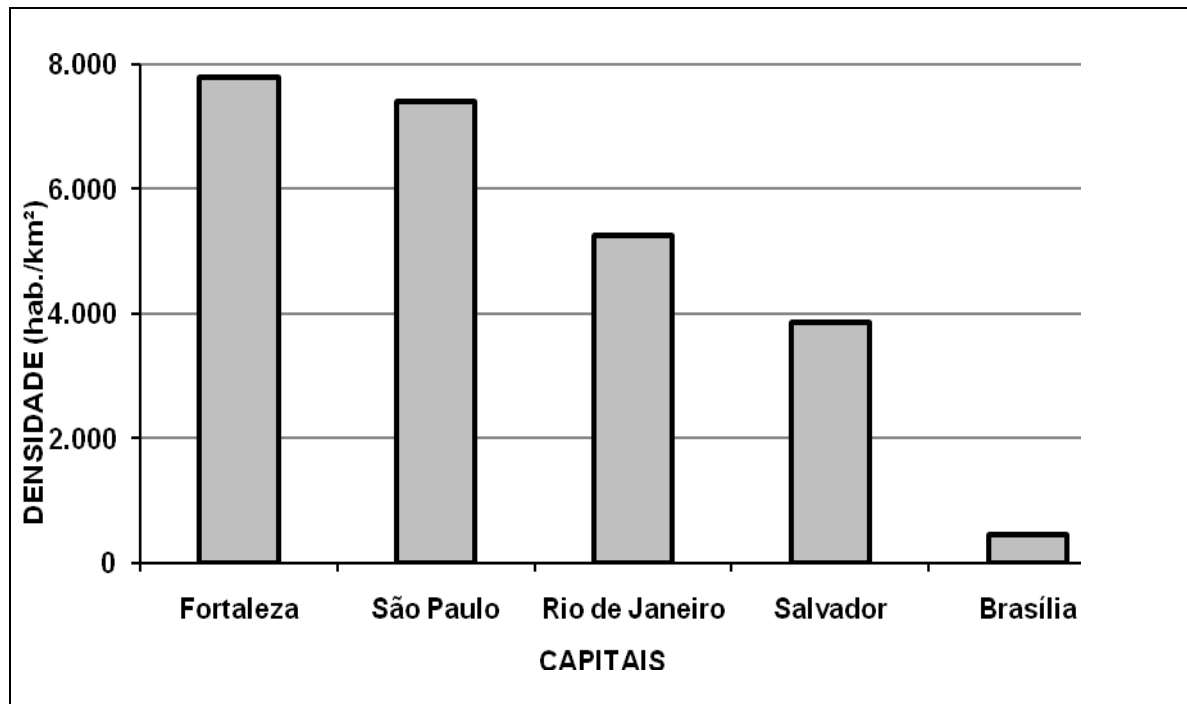
Sobre o crescimento demográfico acelerado e as conseqüências para a população na cidade de Fortaleza, Silva (2005) afirma que:

O acelerado crescimento demográfico de Fortaleza rompeu a lógica espacial e estilhaçou sua estrutura urbana espalhando pedaços de cidade por áreas de características rurais em detrimento do abandono e sucateamento de bairros mais equipados. A cidade revelou nos últimos anos um desprezo pela população pobre que afluía à capital em busca de melhores condições de vida. Esse migrante recém-chegado à cidade sentia em seu corpo a dimensão do sofrimento pela ausência de políticas públicas.

De acordo com os dados censitários do IBGE (2012) a cidade de Fortaleza na década de 1970 ocupava a sétima posição em número de população, ficando atrás de capitais como Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre. No ano de

2000 a cidade tem um incremento populacional de 21,09% passando a ter mais de dois milhões de habitantes.

Gráfico 1 - Densidade demográfica das 5 capitais mais populosas do Brasil



Fonte: Adaptado de IBGE, 2010.

A pequena extensão territorial é um dos problemas de difícil solução para a cidade de Fortaleza. Comparando-se sua área com as áreas das cidades, anteriormente relacionadas, ela é a que possui menor área, com apenas 314,93 Km<sup>2</sup>. Saliente-se que esta área é quase cinco vezes menor do que a área da cidade de São Paulo e mais de 18 vezes menor do que a área de Brasília.

## 2.2 A produção do espaço na cidade de Fortaleza

A cidade de Fortaleza, no início de sua colonização, no século XVII, teve sua ocupação na porção central e avançou para o oeste, acompanhado as margens do Riacho Pajeú. Ao longo do século XIX e até a metade do século XX, a população continuou a se estabelecer, em sua grande maioria, na mesma porção da cidade, causado principalmente, pelas migrações, oriundas do interior do Estado. Esses

problemas eram intensificados em anos de seca, e agravados pela falta de políticas públicas que garantissem a fixação desse contingente populacional no campo (COSTA, 2007).

De acordo com Almeida e Rosen (1993) o crescimento urbano de Fortaleza acentuou-se a partir de 1866, com o estabelecimento da rota de navios feita diretamente para a capital, e com a implantação das estradas de ferro interligando Fortaleza as cidades de Baturité (1873), Sobral (1882), Quixadá (1891), Iguatu (1910), Crateús (1912) e Crato (1926).

Com esse crescimento “desordenado” aumentaram os problemas urbanos, e com isso, surgiram os primeiros aglomerados subnormais na cidade de Fortaleza. Segundo Almeida e Rosen (1993), no período compreendido entre 1930 e 1955 surgiram as seguintes favelas na cidade: Cercado do Zé Padre (1930), Mucuripe (1933), Lagamar (1933), Morro do Ouro (1940), Varjota (1945), Meireles (1950), Papouquinho (1950) e Estrada de Ferro (1954).

Em seu processo de produção e reprodução o espaço está em constante movimento e evolução, de acordo com Santos (1997, p. 16):

Tal evolução resulta da ação de fatores externos e de fatores internos. Uma nova estrada, a chegada de novos capitais ou a imposição de novas regras (preço, moeda, impostos, etc.), levam a mudanças espaciais, do mesmo modo que a evolução ‘normal’ das próprias estruturas, isto é, sua evolução interna, conduz igualmente a uma evolução.

A partir da década de 1960 a região oeste da cidade passa a ter grande concentração demográfica, com a política de construção dos conjuntos habitacionais. Com isso, a zona oeste ficou caracterizada pela concentração de sua população e locais ambientalmente instáveis, como as dunas e os mangues. (SALVADOR & CARLEIAL, 2010).

O Município de Fortaleza atingiu níveis de urbanização bastante elevados nas décadas de 1980 e 1990, como é destacado no Plano Diretor Participativo de Fortaleza (FORTALEZA, 2008, p.90):

[...] a mancha urbana expande-se para o setor sudoeste em regiões limítrofes do perímetro urbano, iniciando-se o processo de fragmentação metropolitana associado a uma descentralização das indústrias, com um novo papel assumido pelo setor terciário que estimula os investimentos nas cidades de médio porte. Uma Fortaleza de contrastes e desigualdades, com uma intensa dinâmica

econômica oriunda do mercado de imóveis e os maiores índices de exclusão social.

A parcela da sociedade com baixo poder aquisitivo perde o direito à cidade. O espaço urbano passa a ser produzido e planejado segundo a lógica das grandes incorporadoras imobiliárias, que buscam atender às demandas das camadas de maior poder aquisitivo (ORTIGOZA, 2009. p.154).

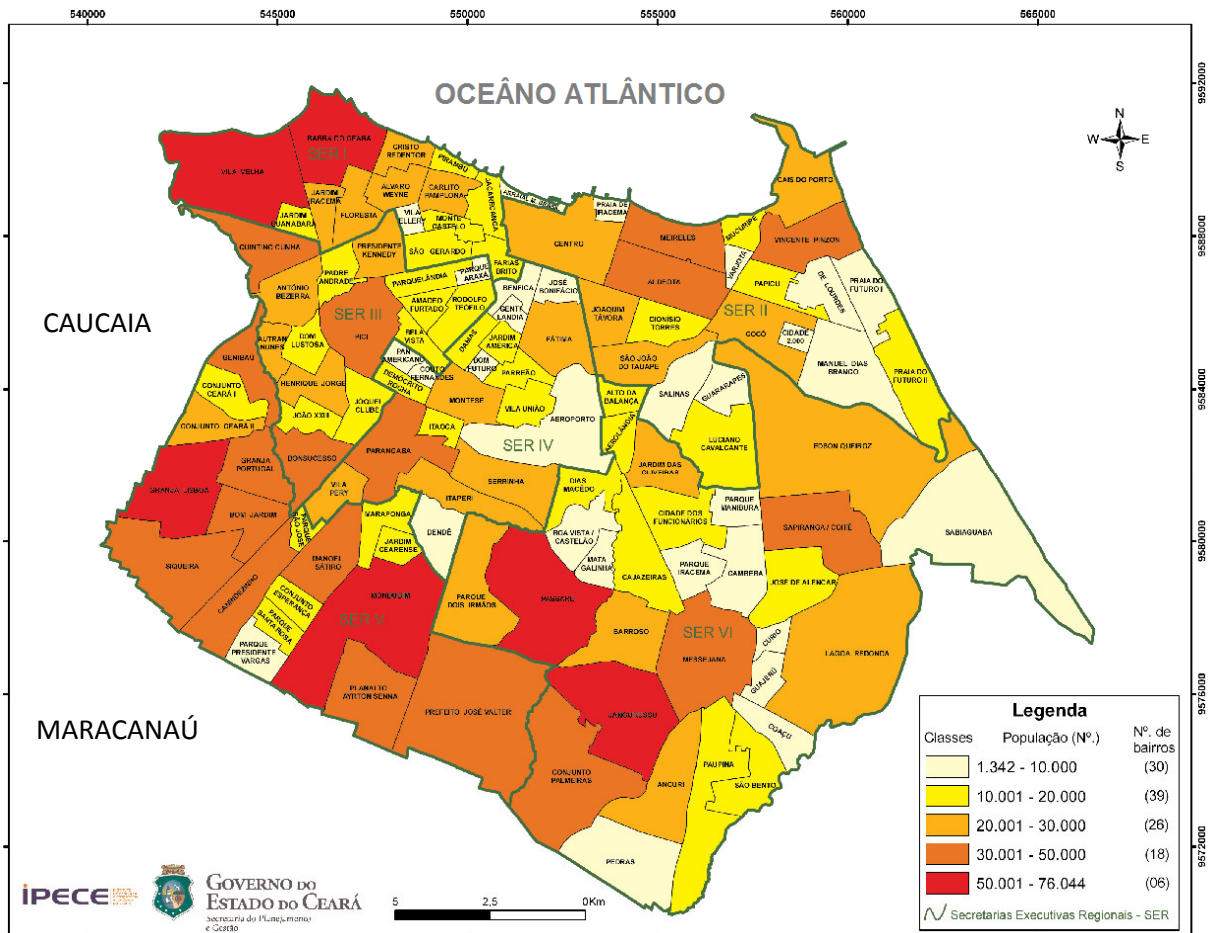
Para Lefèbvre (2008, p.34), os custos sociais da negação do direito à cidade dependem de uma profunda mudança nas relações sociais partindo da transformação do modo de produção, onde a gestão e produção do espaço sejam orientadas para o desenvolvimento coletivo:

O direito à cidade, tomado em toda a sua amplitude, aparece hoje como utópico [...] Os custos podem parecer exorbitantes, sobretudo se contabilizados nos marcos administrativos e burocráticos atuais.[...] É óbvio que só um grande crescimento da riqueza social, ao mesmo tempo que profundas modificações nas próprias relações sociais (no modo de produção), pode permitir a entrada, na prática, do direito à cidade e de alguns outros direitos do cidadão e do homem. Um tal desenvolvimento supõe uma orientação do crescimento econômico, que não mais conteria em si sua “finalidade”, nem visaria mais a acumulação (exponencial) por si mesma, mas serviria a “fins” superiores.

Sposito (2005) também reforça essa ideia quando diz que o poder público escolhe para seus investimentos em bens e serviços coletivos, os setores da cidade onde estão concentradas, ou que venham a concentrar os grupos populacionais com maior poder aquisitivo, pois é preciso valorizar a área. Diferentemente dos setores onde estão localizados os segmentos populacionais com baixo poder aquisitivo, o que ocorre na quase totalidade dos casos, que são os lugares mais densamente ocupados e totalmente esquecidos.

Observa-se que o setor sudoeste da cidade, apresenta uma quantidade significativa de bairros populosos, principalmente, os que fazem limites com o município de Maracanaú, que já se apresenta conurbado à cidade de Fortaleza (Mapa 3).

Mapa 3 - População total por bairros, da cidade de Fortaleza-CE, em 2010.



Fonte: IPECE, 2012.

Os bairros da zona oeste e sudoeste são os que concentram maior população, diferentemente de muitos bairros das zonas leste e sudeste, que os percentuais não atingem nem mesmo a 0,2 % da população total da cidade. Os bairros do Mondubim, Barra do Ceará e Vila Velha são os mais populosos e os bairros de Sabaguaba, Manuel Dias Branco e Pedras são os que apresentam menor população (Tabela 3).

O processo de periferização, segundo Duarte (2007), diz respeito não somente à ocupação dos limites territoriais das grandes cidades, mas também, reflete o processo de periferização socioeconômica a que são submetidos os ocupantes de tais espaços. As camadas da população que não apresentam condições financeiras de morar mais próximas aos grandes centros são as que ocupam as áreas limítrofes da cidade, pois dela dependem para o trabalho, saúde, educação e demais serviços por ela oferecidos. O que ocorre, na realidade é que

essas pessoas são segregadas e são impossibilitadas de usufruir dos direitos da cidade, em sua plenitude.

Tabela 3 - População residente para os dez maiores e menores bairros da cidade de Fortaleza-CE, em 2010.

10 maiores bairros	População		10 menores bairros	População	
	Números	%		Números	%
Mondubim (Sede)	76.044	3,10	Couto Fernandes	5.260	0,21
Barra do Ceará	72.423	2,95	Guararapes	5.266	0,21
Vila Velha	61.617	2,51	Salinas	4.298	0,18
Granja Lisboa	52.042	2,12	Gentilândia	3.984	0,16
Passaré	50.940	2,08	Arraial Moura Brasil	3.765	0,15
Jangurussu	50.479	2,06	De Lourdes	3.370	0,14
Quintino Cunha	47.277	1,93	Praia de Iracema	3.130	0,13
Vicente Pinzon	45.518	1,86	Sabiaguaba	2.117	0,09
Pici	42.494	1,73	Manuel Dias Branco	1.447	0,06
Aldeota	42.361	1,73	Pedras	1.342	0,05

Fonte: Adaptado do IPECE, 2012.

Vale salientar que, a Gentilândia, mesmo figurando entre os 10 menores bairros da cidade de Fortaleza (Tabela 3), não foi regularizado, pois até o momento, a Lei n° 8.480, de 24 de julho de 2000, que dispõe sobre sua denominação e delimitação aguarda, ainda, implementação (Anexo C).

Muitos bairros da zona leste da cidade, ainda são relativamente novos, e possuem, até o momento, grandes áreas de valorizada beleza natural e paisagística que passaram a ser utilizados pelos agentes privados e especuladores imobiliários como atrativos para a implantação de novos empreendimentos.

A verticalização, característica de diversos bairros da zona central e leste, é diferente da horizontalidade dos bairros da zona oeste e sudoeste, onde grande parcela dos moradores possuem menor renda e é caracterizado pela ocupação desordenada, indicando assim, espaço de reserva para o grande capital, tal como explica Araújo (2010, p.90):

O projeto de habitação popular em espaços periféricos é solução de moradia para trabalhadores, e também na formação de vazios urbanos. A periferia habitada funciona como reserva territorial, recebendo, aos poucos, infraestrutura, enquanto a população trabalhadora se desloca para nova periferia, às margens da antiga, com as mesmas características, deficitária em serviços sociais e precária em serviços urbanos e comerciais.

Uma série de fatores, segundo Costa (2007) contribuiu para o crescimento urbano na zona leste da cidade, tais como: construção de habitações voltadas para a classe média que se empregava em órgãos públicos e privados; instalação de filiais e sedes de instituições como o Departamento de Obras Contra a Seca – DNOCS e o Banco do Nordeste – BNB; criação das universidades, colégios, Academia de Polícia e muitos empreendimentos comerciais. Os exemplos mais representativos da implantação de empreendimentos diversos na zona leste da cidade de Fortaleza foi a construção da Universidade de Fortaleza – UNIFOR, na década de 1970, e do *Shopping Center Iguatemi*, na década de 1980, ambos no bairro Edson Queiroz (Figuras 1 e 2).

Figura 1 - Universidade de Fortaleza, no Bairro Edson Queiroz, Fortaleza-CE.



Fonte: Poder Judiciário, 2013.

Figura 2 - *Shopping Center Iguatemi*, no Bairro Edson Queiroz, Fortaleza-CE



Fonte: Fortaleza Nobre, 2013.

Diógenes (2012) lembra que as Salinas Diogo (Figura 3) foram desativadas no início dos anos 1980 para dar lugar ao Parque do Cocó e à construção do *Shopping Iguatemi*.

A referida autora cita, ainda, o pensamento de Araújo & Carleial (2003) a respeito da expansão urbana, nos anos oitenta, no setor leste da cidade:

São implantados, contraditoriamente, o Parque do Cocó e o Shopping Center Iguatemi, em um mesmo espaço físico, redefinindo zonas residenciais, em áreas de manguezais, em torno de mananciais hídricos; expulsando antigos moradores, de baixa renda, que sobrevivem daquele ecossistema, e atraindo uma população de renda bem mais elevada, pela existência de infraestrutura implantada pela administração pública.

Figura 3 - Antigas Salinas Diogo, na cidade de Fortaleza-CE, na década de 1970.



Fonte: <http://www.arcoweb.com.br/arquitetura/gerardo-jereissati-ampliacao-do-06-01-2004.html>

Para Salvador & Carleial (2010), o poder público, também, direciona a expansão para a zona leste,

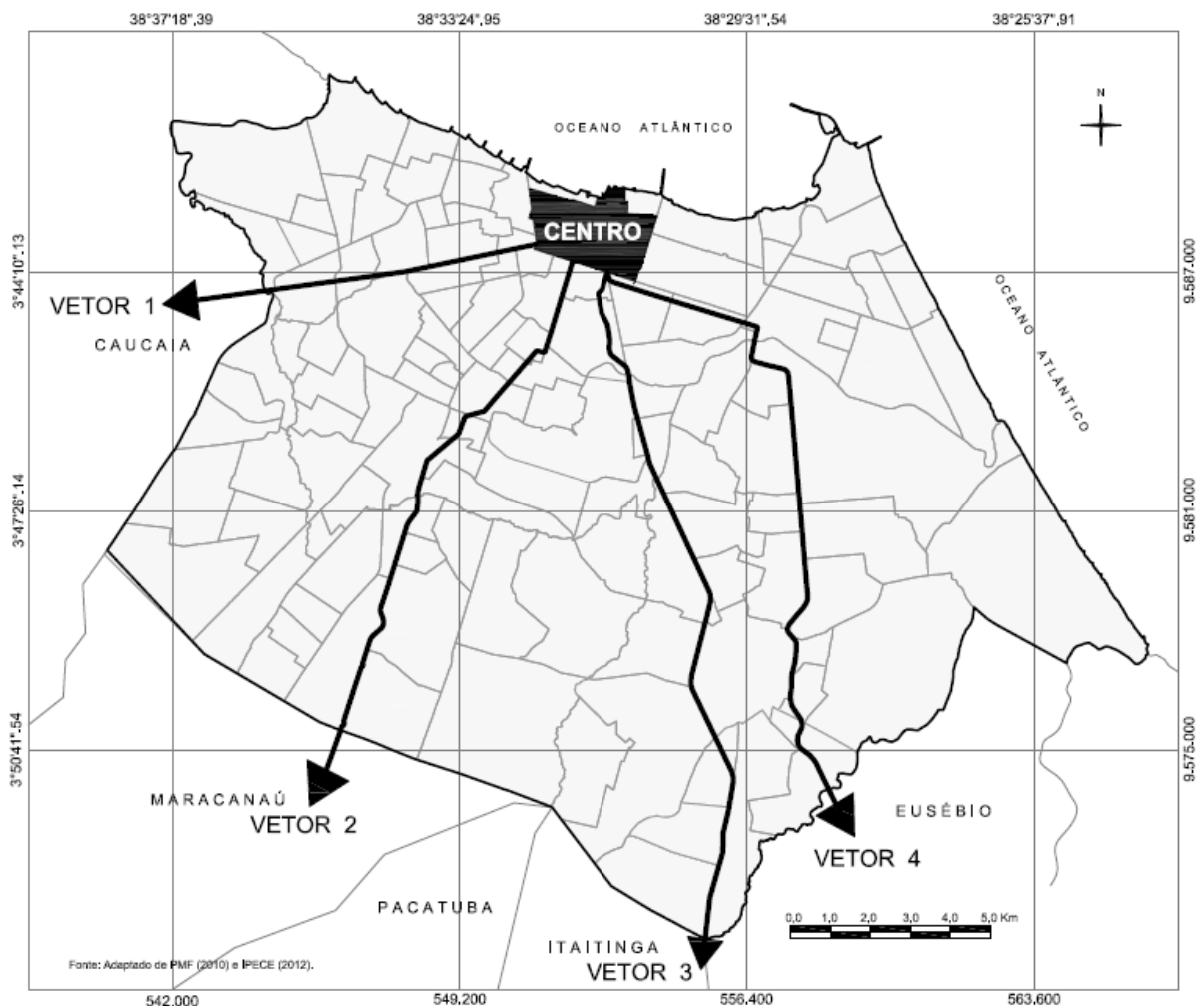
transferindo secretarias, para o Centro Administrativo do Estado do Ceará, no bairro Cambéba, construído na segunda administração do governador Virgílio Távora (1978/1982), local este, onde na primeira gestão do governador Tasso Jereissati (1987/1990) foi transferido o palácio do governo estadual.

A especulação imobiliária é para Nativio e Ortigoza (2009) presente e determinante na paisagem desigual e contraditória do urbano, pois torna certos pontos mais acessíveis que outros, e fazem com que parcelas da cidade ganhem ou percam valor com o passar do tempo.

Sobre as relações entre Estado e mercado imobiliário Nativio e Ortigoza (2009, p.79) afirmam que “Estado e mercado imobiliário são, ao mesmo tempo, dependentes e interdependentes. O único fato inegável é que trabalham suprindo os interesses daqueles que mais lhes convém.”

A evolução da ocupação territorial da cidade de Fortaleza e os possíveis vetores de crescimento da cidade são apresentados no Mapa 4.

Mapa 4 - Mapa da cidade de Fortaleza-CE, com vetores de crescimento – 2013.



Fonte: Adaptado de IPECE (2012) e PMF (2010).

O Vetor 1 corresponde ao eixo onde se localizam a cidade de Caucaia, a faixa litorânea oeste e abrangendo o Complexo Industrial do Porto do Pecém. O vetor 2 corresponde ao eixo onde se localizam o Distrito Industrial de Maracanaú e os diversos conjuntos habitacionais que surgiram para atender a demanda industrial.

O vetor 3 corresponde a todo o trecho da BR 116 localizada na cidade e concentrando as indústrias das cidades de Eusébio, Horizonte e Pacajus. O vetor 4 constitui o eixo imobiliário mais valorizado da cidade em direção aos municípios de Eusébio e Aquiraz (DIÓGENES, 2012).

O que se observa, constantemente na cidade, é o marketing que é feito destacando-se a qualidade de vida daqueles que podem adquirir um empreendimento em bairros de grande beleza natural associados à oferta de todas as condições de infraestrutura, valorizando tais espaços, mexendo com os desejos da população e, conseqüentemente, incentivando o aumento do consumo.

Sobre isso Lefèbvre (2001, p.67) diz:

A natureza como tal escapa à ascendência racionalmente realizada, tanto à dominação quanto à apropriação. Mas, exatamente, ela permanece fora dessas ascendências; ela “é” aquilo que foge para o cosmo, ou para as profundezas subterrâneas do mundo.

De acordo com Lefèbvre (1974) *in* Santos (2008, p.190), o espaço social não é um espaço entre as coisas, um produto qualquer entre os produtos;

ele envolve as coisas produzidas, e compreende suas relações em sua coexistência e simultaneidade: ordem (relativa) ou desordem (relativa). Ele é o resultado de uma série, de um conjunto de operações, e não pode ser reduzido a um simples objeto. Assim, ele não tem nada de ficção, de irrealidade ou de “idealidade” comparável à de um signo, de uma representação, de uma idéia, de um sonho. Efeito de ações passadas, ele permite ações, as sugere e as proíbe.

Nessa perspectiva, segundo Santos (1991) afirma que a produção do espaço se dá por meio da ação dos homens sobre o próprio espaço, através dos objetos, naturais e artificiais.

Corroborando com essa assertiva, Corrêa (2009, p.35) afirma que,

no processo de organização do espaço o homem estabeleceu um conjunto de práticas através das quais são criadas, mantidas, desfeitas e refeitas as formas e as interações espaciais. São as práticas espaciais, isto é, um conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte ou preservando-o em suas formas e interações espaciais.

O redimensionamento da cidade implica no redimensionamento do espaço, das relações sociais, da cultura, dos sentimentos. A cidade se mostra, de um lado, com espaços totalmente esquecidos, sem a mínima infraestrutura e equipamentos necessários, e do outro, espaços privilegiados, de grande valorização imobiliária, onde ocorre a produção de um espaço que expulsa as populações, com menor poder aquisitivo promovendo a segregação socioespacial e favorecendo a especulação imobiliária e os agentes produtores da cidade. Sendo assim, pode-se dizer que todo esse processo ocorre por motivos ideológicos, econômicos e políticos.

Nessa perspectiva, o espaço capitalista é um espaço de poder, de interesses que, com certeza, não são os mesmos da população. No processo de globalização que hoje atinge toda a sociedade, o espaço cada vez mais aparece como produto fundamental para fortalecimento e expansão do capitalismo em detrimento da qualidade de vida para grande parte da população.

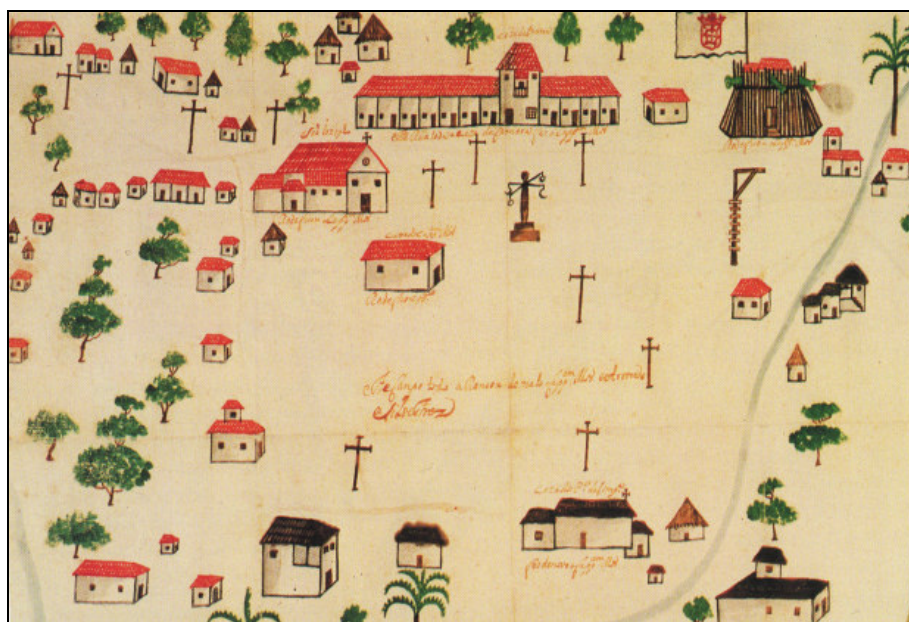
### 3. MARCOS HISTÓRICOS DO PLANEJAMENTO URBANO DE FORTALEZA

#### 3.1 Antecedentes históricos

Após a expulsão dos holandeses do País, a fortificação no território da futura capital do estado do Ceará foi entregue aos portugueses. Em 20 de maio de 1654, o Capitão-Mor Álvaro de Azevedo Barreto tomou a posse do local e mudou o nome do forte para Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção. Com o crescimento econômico baseado na criação de gado a localidade cresceu e foi elevada a condição de Vila, em 13 de abril de 1726, passando a ser chamada de Vila da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção (MUNIZ, 2006).

A primeira planta do povoado que futuramente seria a cidade de Fortaleza, trata-se de um desenho realizado pelo Capitão-mor Manuel Francês. Essa planta consistia apenas em um *croquis*, sem arruamento definido e sem escala da Vila Nova de Nossa Senhora da Assunção da Capitania do Siará Grande (Figura 4). Representava, tão somente, as construções existentes na cidade, tais como: o forte; a praça com os seus símbolos municipais; o pelourinho; a forca; a Igreja de São José do Ribamar; as casas (umas cobertas de palha e outras cobertas de telha), além de algumas árvores, da bandeira Portuguesa e de peças de artilharia, (FORTALEZA, 1982).

Figura 4 - Primeira Planta da Cidade de Fortaleza (1726)



Fonte: Museu da Imagem e do Som (2011).

Jucá (2003) afirma que por meio de atas da Câmara Municipal da Vila, pode-se acompanhar um crescimento ocorrido ao longo do século XIX, identificando que em 1800, já havia um “arruador” para organizar o traçado das ruas.

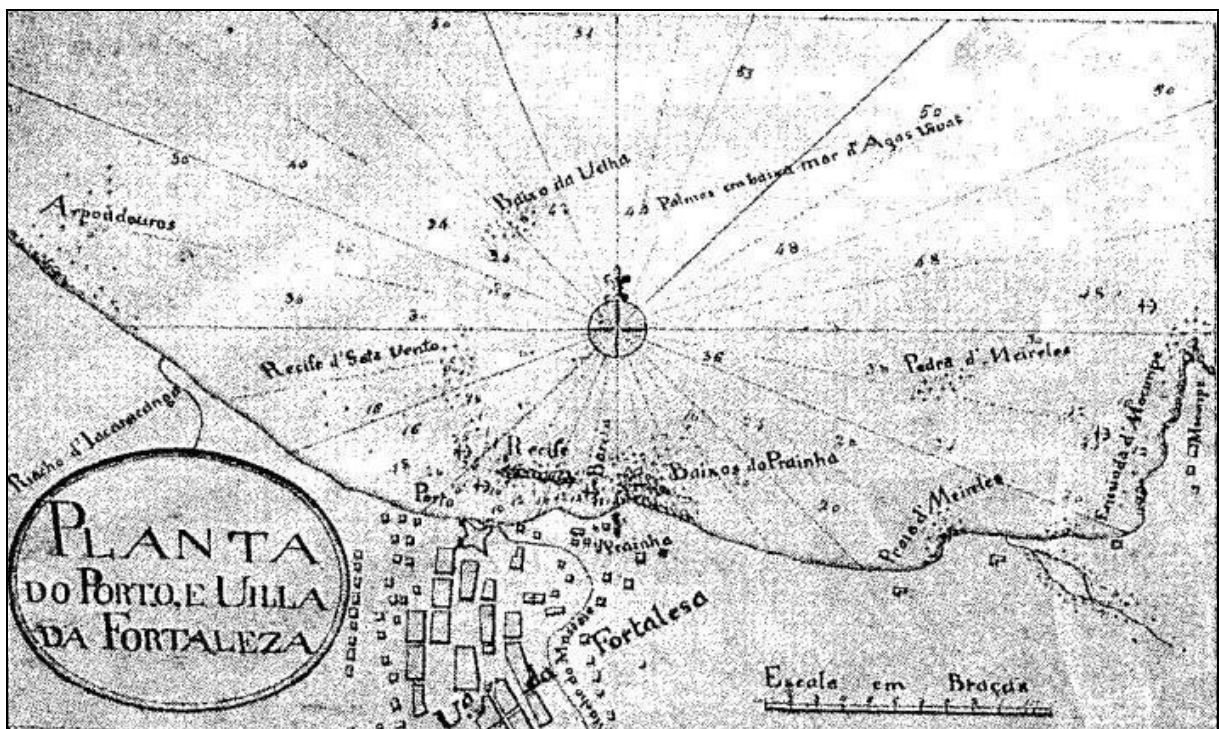
O disciplinamento do espaço da cidade de Fortaleza estava presente no primeiro ato do primeiro presidente da Província, Bernardo Manoel de Vasconcelos, ao nomear, em 1800 o primeiro arruador Manoel Francisco da Silva (COSTA, 2008).

Nesse período, a capital da Capitania era Aquiraz, e a Vila de Fortaleza não tinha nenhuma importância regional, como as vilas de Aracati, Icó e Sobral.

Oriá & Jucá (1995) citam que para o inglês Henry Koster, que visitou a cidade em 1810, o problema central de Fortaleza era “a sua construção em terreno arenoso e a ausência de rio e cais, além de suas praias terem vagas violentas, tornando o desembarque difícil”.

Castro (1994) apresenta como sendo o primeiro desenho de Silva Paulet para a cidade de Fortaleza, a planta mostrada na Figura 5.

Figura 5 - Planta do Porto e Vila de Fortaleza desenhado por Silva Paulet (1813).



Fonte: Castro, 1994

Castro (1994) destaca, ainda, o termo que fez a contratação do mesmo para exercer a função de arquiteto na cidade. O documento data de 8 de julho de 1812, contendo o seguinte trecho:

.... Accordarão mais em abrirem hum officio do Illustrissimo G<sup>DR</sup> desta Capitania Manoel Ignacio de Sampaio da data de oito de julho do corrente anno sobre o Plano de edificações desta Villa. Abriocce outro do Tenente Coronel de Enginheiros Antonio da Silva Paulet ao qual acompanhava a correção do Plano desta Villa e se julgou muito útil e digno de se por em pratica e que daqui por diante todo aquele que quizer edificar será obrigado a cumprir a risca o dito plano o qual ficará guardado na mão do procurador do Conselho o que se fixa em Editais (Livro de Atas da CMF p.67 e 67).

Oriá & Jucá (1995, p.23) citam que em visita a Fortaleza, em 1816, o missionário americano Daniel Kidder, pôs em destaque os coqueirais, que ornamentavam a paisagem litorânea da cidade, e ainda que,

o desembarque era feito 'a paviola', uma espécie de cadeira presa a duas travas, conduzida sobre os ombros de quatro homens. Ao longo de Fortaleza só se avistava areia que molestava os pés, pois os queimava quando o sol estava a pino. Ao soprar um vento forte a areia açoitada incomodava os olhos das pessoas, frequentemente gerando irritações. Tal situação causava inconvenientes até para a locomoção a cavalo ou em veículos de tração. Contudo, atestava um 'ar de progresso', com muitos prédios em construção, existindo apenas uma igreja concluída e outra inacabada. O viajante ironizava o repouso cotidiano de seus habitantes, cujo embalo das redes se fazia nas horas de sol a pino, vivendo a maioria ao 'Deus dará'.

Muniz (2006) afirma, no entanto, que o engenheiro Silva Paulet foi contratado para traçar o plano da Vila, somente em 1818, uma vez que a localidade já havia crescido desalinhadamente, e as casas eram construídas em qualquer lugar propício a fim de moradia. A planta realizada por Silva Paulet determinava que as ruas devessem ficar em linha reta, formando perpendiculares e paralelas, como num tabuleiro de xadrez, pois, assim, facilitaria a circulação de pessoas e mercadorias.

A referida autora ainda afirma que a Vila da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção foi elevada a condição de cidade, assim como todas as vilas do país, por decreto do Imperador do Brasil, Dom Pedro I, em 18 de março de 1823. Dessa forma a cidade passa a denominar-se Fortaleza de Nova Bragança.

### 3.2 Projetos, ações, políticas e planos diretores

Para o planejamento e desenvolvimento da cidade foi apresentada uma série de ações que nem sempre foram implementadas.

Uma quantidade relativa de cartas do período colonial refere-se à costa do Ceará ou da região, interesse temático que se mantém nos mapas do século XIX, embora estes já apareçam elaborados em escala maior, às vezes, tratados com mais detalhes, até porque muitos deles se relacionavam com projetos de intervenção física, mais particularmente, no setor portuário, sendo que um grupo menor de peças abrange a cartografia urbana (CASTRO, 2005).

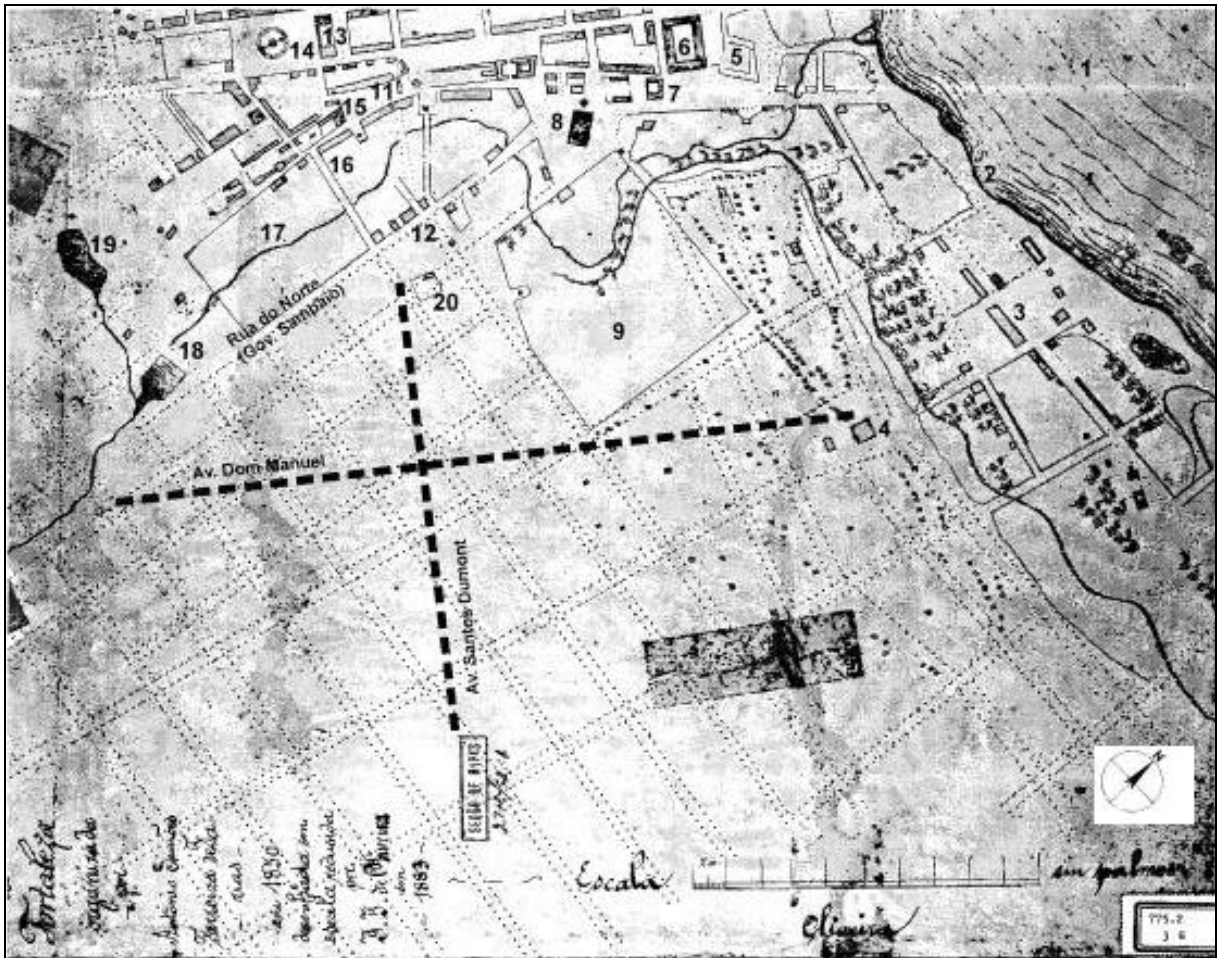
Costa (2008) afirma que o primeiro código de Posturas da Câmara Municipal da cidade de Fortaleza, foi aprovado pela Assembléia Legislativa Provincial, em 1835, e tinha o objetivo de mudar o estilo de vida marcado pela ruralidade dos migrantes que chegavam à cidade, muitas pessoas oriundas do interior do estado, fugindo das secas constantes que assolavam o estado. Esse código determinava que os animais domésticos soltos na rua fossem apreendidos e que seria proibida a criação de animais na área urbana.

Campos (1988) citado por Costa (2008) informa que no mesmo decreto era determinado, também, o comportamento dos novos habitantes:

Que nenhuma pessoa a qualquer hora da noite, dentro desta Cidade será permitido o andar pelas ruas della gritando, e inquietando assim os cidadãos pacíficos, e o sucego público, sob pena de ser condenado a dois mil réis para as despesas do Conselho, ou quatro dias de prisão, e na reincidência o duplo...

Em 1850, de acordo com Castro (2005), foi organizada a Planta da Cidade da Fortaleza, por Antônio Simões Ferreira de Farias, funcionário da Câmara Municipal, uma vez que só havia algumas informações prestadas pelo Barão de Studart (Figura 6).

Figura 6 - Ampliação do Trecho leste da Planta da Cidade de Fortaleza, 1850.

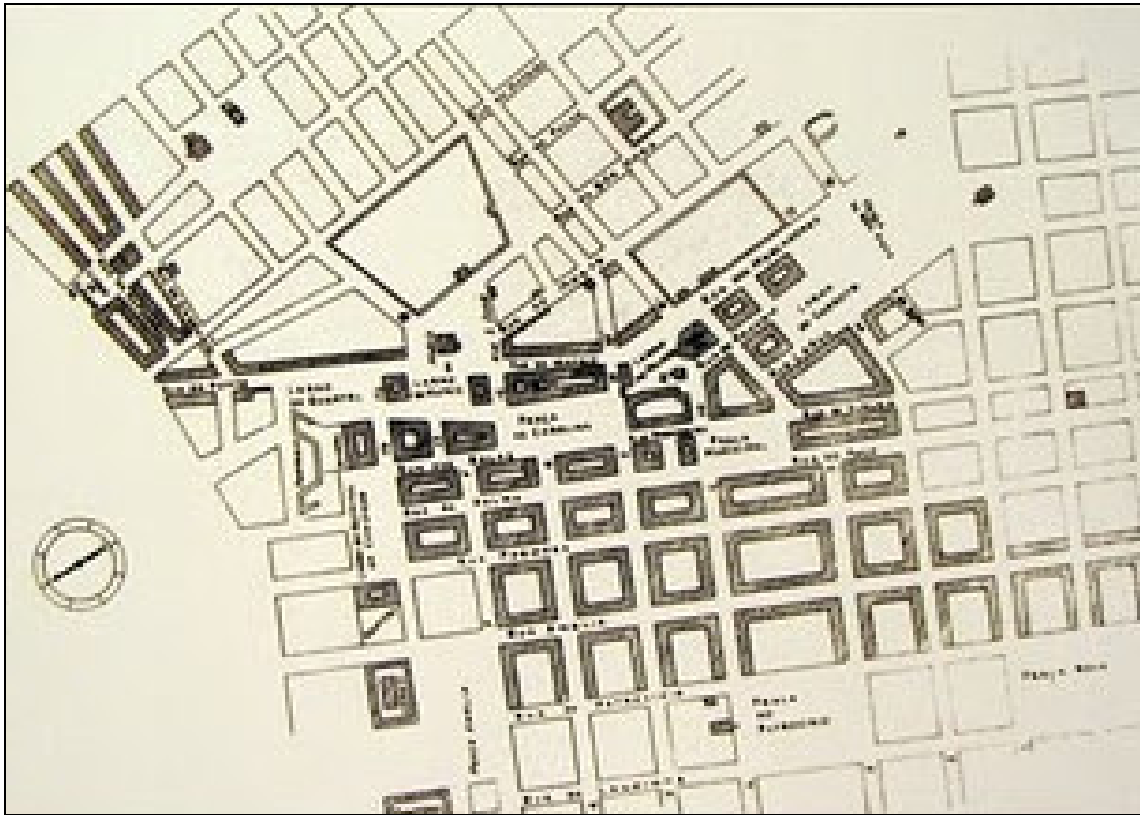


Fonte: Castro, 2005.

O Arruador Farias, amparado pelo Plano de Silva Paulet e seguindo as mesmas intenções anteriores, deu prosseguimento ao traçado da cidade. Conforme pode ser observada na planta elaborada em 1850, por Antônio Simões de Farias a cidade estava dividida em dois sistemas de expansão, em xadrez, porém sem continuidade no risco definitivo das vias.

Castro (2005) afirma que a análise do desenho elaborado por Simões de Farias em 1850 possibilita um melhor entendimento do espaço urbano fortalezense nos anos centrais do século XIX, sendo complementada com o exame da planta preparada por Manuel do Rego Medeiros, datada de 1856 (Figura 7).

Figura 7 - Planta de Fortaleza baseada no levantamento cadastral da cidade, organizada pelo padre Manoel do Rêgo Medeiros, em 1856.



Fonte: Fortaleza, 1982.

Ao analisar os aspectos ambientais no mapa da cidade de Fortaleza, realizado por Simões, em 1850, Castro (2005) aponta que além do desenho fazer referência à praia, apresenta também, uma ocupação irregular, quase espontânea, e que,

visualiza-se que a sudeste da cidade, bem definidos, aparecem a lagoa do Garrote (futuro Parque da Liberdade) e o açude do Pajeú, hoje aterrado (esquina de Visconde do Rio Branco com Pinto Madeira). Assim como, o riacho Pajeú constituía barreira física à expansão para leste, embora de há muito já estivesse aberta a rua do Norte (Governador Sampaio), delineada por Paulet no começo do século).

Jucá (2003) afirma que nas primeiras décadas do século XX, quase nada foi realizado em Fortaleza que a favorecesse de uma moderna estrutura urbana, apesar do crescimento do seu espaço, que se deveu muito mais à iniciativa privada que à concretização de um plano orientador, a cargo do poder público municipal.

De acordo com informações de Fortaleza (1982), a planta da cidade levantada no ano de 1856, pelo Padre Manuel do Rego Medeiros propôs um traçado em xadrez para a expansão urbana, certamente a fim de atender à vontade da Câmara, ou melhor, do seu presidente, Antônio Rodrigues Ferreira. Embora a planta apresentasse enganos nas distâncias e nos ângulos, principalmente nos que se referiam à malha da parte leste da cidade, além Pajeú. Esta planta, provavelmente foi uma complementação dos trabalhos realizados pelo Mestre Simões de Faria, que fez 2 mapas da cidade, antes deste trabalho realizado pelo Padre Manuel do Rego Medeiros.

As plantas de Antônio Simões Farias, do Padre Manuel do Rego Medeiros e as do engenheiro Adolpho Herbster, de acordo com Costa (2007), refletem três momentos distintos da vida de Fortaleza:

Na primeira, as ligações com velhos métodos de representar, na segunda, um desejo de expansão material da cidade e na última, a presença objetiva do técnico diante de um quadro físico, a busca da representação correta da organização do espaço, condição fundamental para nortear futuras intervenções na cidade, amparadas em dados concretos e imbricadas na realidade.

Conforme Oriá e Jucá (1995), com a chegada do engenheiro-arquiteto Adolpho Herbster, houve a continuidade ao direcionamento da malha urbana, em xadrez, para Fortaleza, de acordo com o planejamento do Engenheiro Silva Paulet. No entanto, constituía-se num estudo decisivo para a cidade daí por diante, pois ampliava o seu traçado para além de seus limites de então.

Segundo Muniz (2006), é de Adolpho Herbster, também, a autoria do Código de Posturas, de 1865, atualizado em 1870. Estes códigos tratavam do dimensionamento de espaços públicos, das configurações de fachadas e de um plano de drenagem, pois já se iniciava o processo de pavimentação das vias. Entretanto, a realização mais importante de Adolpho Herbster e de fundamental importância para o entendimento da expansão urbana de Fortaleza foi a elaboração das plantas realizadas nos anos de 1859, 1863, 1875 e 1888.

A primeira planta de Fortaleza (Figura 8) elaborada por Adolfo Herbster foi chamada de “Planta Exacta de 1859”. Nela constava o acréscimo de vários elementos, comparando-a com última planta levantada, tais como o levantamento do sistema ecológico, das vias de acesso à cidade, da denominação dos logradouros



Público) e da Praça Carolina (área hoje ocupada pelos prédios dos Correios, do Banco do Brasil e do Palácio do Comércio), tais praças chegaram a ser implantadas e, até hoje fazem parte do cenário da zona de Fortaleza. Além de dedicar espaço para a infraestrutura, como o saneamento básico, com o início de um plano de drenagem da cidade, embora não tenha havido sua real implementação.

No final do ano de 1863, afirma Muniz (2006) que a Câmara Municipal resolveu dividir a cidade em bairros e relacionar o número de vereadores ao número de bairros, assim, encomendou uma nova planta ao arquiteto Adolpho Herbster, a qual denominou de “Planta Reformada de 1863”.

A terceira planta da cidade realizada por Herbster ocorreu em 1875, (Figura 9) na qual projetou Fortaleza inspirado nas alterações feitas à planta de Paris, introduzindo uma cinta de avenidas circuncidando o espaço urbano efetivamente habitado (FORTALEZA, 1979).

Segundo Oriá e Jucá (1995), a realização desse projeto foi como um marco inicial para a modernização urbana da cidade, revelando a preocupação do poder público municipal de examinar minuciosamente a malha urbana, com o objetivo de sistematizar a expansão de Fortaleza através do alinhamento de suas ruas e da abertura de novas avenidas.

Para este plano urbanístico já eram identificadas propostas para o meio ambiente, como afirma Muniz (2006):

Previsão de duas zonas de proteção dos principais mananciais, ao leste (às margens do riacho Pajeú) e a oeste (as margens do Riacho Jacarecanga), conectadas entre si pelo *boulevard* da Avenida Duque de Caxias e a indicação de uma área verde em torno da lagoa do Garrote (hoje Cidade da Criança), de várias praças e zonas verdes de transição (Prainha e Benfica). Como consequência houve a implementação do parque em torno da lagoa do Garrote e as várias praças implementadas ainda fazem do centro o bairro com maior quantidade de áreas verdes.

Figura 9 - “Planta da Cidade da Fortaleza e Subúrbios” elaborada por Adolfo Herbster, em 1875.



Fonte: Fortaleza, 1979.

As zonas de proteção dos riachos Pajeú e Jacarecanga não foram implementadas, uma vez que ao longo dos anos elas foram sendo ocupadas. Afirma, ainda, a referida autora.

Em 1888, Adolpho Herbster atualizou a planta de 1875, desenhando a Planta da Cidade de Fortaleza, Capital da Província do Ceará (Figura 10).

Figura 10 - Planta da Cidade de Fortaleza, em 1888.



Fonte: Fortaleza, 1982.

A cidade, nesse período, começava a espalhar-se, e dessa forma as estradas de saída para o interior tinha se reduzido, praticamente, a três vias: Messejana, Parangaba (Arronches) e Caucaia (Soure).

A expansão para Leste e Oeste ainda não tinha ocorrido, mas já era possível notar uma pequena descentralização para esses setores da cidade (FORTALEZA, 1982).

Apesar de não ser original, pois o traçado em xadrez seguia o mesmo projetado por Silva Paulet, em 1818, o plano de Hersbster foi um estudo decisivo, pois ampliava a malha urbana para além dos limites anteriores da cidade.

De acordo com Benedito (1999) as principais ruas da Vila de Fortaleza partiam da praça principal, atual Praça da Sé. Acompanhando as margens do

Riacho Pajeú existia uma via (atual Rua Conde d'Eu) que desde o início da colonização já fazia ligação com a Vila de Messejana.

Para Sampaio (1977) os traçados urbanos de Silva Paulet e Adolfo Herbster propostos para a cidade, com o tempo, acabaram deixando uma série de estrangulamentos nas áreas com maior fluxo de veículos. Nestor de Figueiredo propôs algumas medidas, mas as mesmas não foram colocadas em prática, e o mesmo aconteceu com o plano de Saboia Ribeiro, que não sai do papel.

Hélio Modesto propôs como alternativa, para uma cidade que apresentava as mínimas opções viárias, a construção das primeiras grandes avenidas. Esse plano considerava os seguintes elementos: acelerado ritmo de crescimento da população; perspectivas de adensamento do espaço urbano; maior necessidade de serviços assistenciais; demanda de equipamentos de infraestrutura.

De acordo com Sampaio (1977), nesse período, foram realizadas as seguintes obras: prolongamento da Av. dos Expedicionários, dando acesso ao Conjunto José Walter; construção do viaduto e prolongamento da Av. José Bastos no sentido à cidade de Maranguape; conclusão da 2ª. Etapa do 4º Anel Viário; prolongamento da Av. Santos Dumont até a praia do Futuro; construção da 1ª. Etapa da Av. Dioguinho; ligação da BR 116 ao bairro Jardim das Oliveiras; interligação dos bairros Manuel Sátiro/Mondubim e Bela Vista/Panamericano; construção da Av. Rogaciano Leite.

O último planejamento urbanístico realizado por Adolpho Herbster, em 1888, não houve nenhuma ação direcionada para o ordenamento da cidade, exceto pela realização de ações civilizatórias, que de acordo com Muniz (2006), o poder público na época acreditava que para a obtenção do seu ordenamento bastava regenerar a cidade pela higienização e “aformoseamento” dos seus logradouros, além da aprovação do Código de Posturas, em 1893, que apresentava um conjunto de regras para uniformização da estética da cidade.

Entretanto, Muniz (2006) afirma que durante esse período não se pode negar que grandes obras foram executadas nesse período, como a remodelação das praças, a construção do Mercado de Ferro, a construção do sistema de abastecimento de água e esgoto subterrâneo a fim de garantir a saúde pública.

A partir de 1914, a cidade passa a ser administrada por prefeitos, que somente se preocupam com obras isoladas de saneamento e embelezamento. A inexistência de planejamento em Fortaleza, fez com que a cidade passasse a lidar

com uma série de problemas ocasionados, principalmente, no que diz respeito ao crescimento populacional e o aumento quantitativo dos meios de transporte, em especial, com a chegada do automóvel, em 1910, e dos primeiros ônibus e caminhões.

Em 1931 é elaborada a planta cadastral resultante do levantamento feito por Raimundo Girão na Administração Revolucionária, quando Fortaleza tinha como prefeito o Cel. Tibúrcio Cavalcante. Observa-se a implantação total do projeto de arreamento de Herbster, que o boticário Ferreira soube tão bem respeitar. Constatase também a progressiva ocupação por edificações. Porém, a cidade se expande além da malha traçada por Herbster (FORTALEZA, 1979).

Outro Código de Posturas é elaborado no ano de 1932, em substituição ao de 1893. Conforme Sousa (1995) citado por Muniz (2006), esse código teve por objetivo “orientar, regular e disciplinar o crescimento urbanístico da cidade de Fortaleza para se chegar a uma cidade moderna e progressista”. Ele dividia a cidade em quatro zonas: central, urbana, suburbana e rural.

Assim, somente na administração de Raimundo Girão, em 1933, houve a realização do Plano de Remodelação e Extensão da Cidade de Fortaleza pelo arquiteto Nestor de Figueiredo proposto pelo prefeito Raimundo Girão. (FORTALEZA, 1982).

A proposta apresentada por Figueiredo teve um parecer favorável à qualidade técnica, pois o plano baseava-se nos mais modernos princípios urbanísticos propagados pela Carta de Atenas. Porém, a proposta não teve apoio do Conselho Municipal e, dessa forma, não foi realizada (ORÍÁ & JUCÁ, 1995).

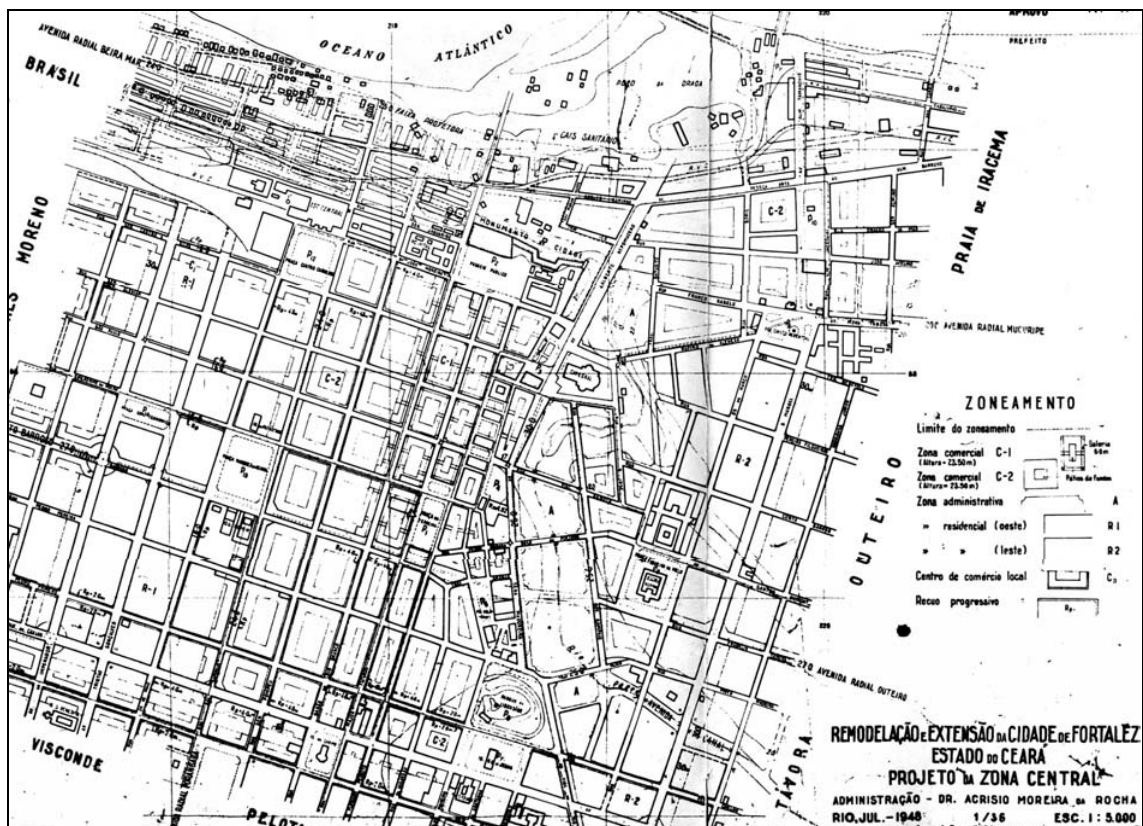
Esse plano era constituído por uma planta, que propunha em sua filosofia viária, a implantação de um sistema radioconcêntrico de vias principais, através de ruas periféricas e alargamento das radiais. Recomendava também, a retirada do ramal férreo da Av. José Bastos. O traçado oferecido por este plano para certas áreas da periferia urbana obedecia ao relevo do solo. Preocupava-se com o zoneamento urbano, pois assim, o urbanista estava atualizado com os princípios estabelecidos na Carta de Atenas. O plano adotava, também, as concepções européias da arte urbana e dos paisagistas americanos. Levava em consideração o uso do automóvel, introduzido em 1909, embora numericamente insignificante (FORTALEZA, 1982).

Ainda em Fortaleza (1982), com a mudança de prefeito na cidade, o plano de Figueiredo não foi executado, uma vez que, nenhuma decisão municipal tenha proporcionado efeito mais maléfico sobre a cidade do que a recontração de contrato de Figueiredo.

Em 1947, o prefeito Clóvis de Alencar Matos aprova o anteprojeto do “Plano de Remodelação e Extensão de Fortaleza” (Figura 11), realizado por Sabóia Ribeiro. Este trabalho apresentava uma preocupação pioneira, ao preservar o sistema ecológico da cidade. Tratava-se de uma proposta que buscava melhorar os não só problemas do sistema viário e das praças, mas buscava, também, minimizar os problemas ambientais existentes na cidade. Entretanto, apesar de aprovado, o referido plano não foi aplicado devido às fortes pressões do setor privado (FORTALEZA, 1979).

A planta de divisão da cidade com a nomenclatura dos bairros e a planta para a zona central do Plano Diretor para Remodelação e Extensão da Cidade de desenhado Por Saboya Ribeiro estão apresentas na Figura 11.

Figura 11 - Planta para a zona central da cidade de Fortaleza-CE elaborado por Saboya Ribeiro, em 1947.



Fonte: Fortaleza, 1979.

De acordo com Fernandes (2004) a remodelação que Saboya Ribeiro propôs para a área central de Fortaleza, visava:

a melhoria das condições de acessibilidade e mobilidade, uma vez que os fluxos se tornariam cada vez maiores em função do tráfego motorizado, que, àquela época, já se dava de forma bastante diversificada, por meio de automóveis particulares, bondes, carros de aluguel e ônibus.

O plano de Saboya Ribeiro não foi implementado e com o aumento da população na cidade, ocasionada, principalmente, pela migração da população do interior do estado, a cidade continuou a crescer desordenadamente para os setores oeste e sudeste.

Sobre a não realização do plano de Saboya Ribeiro, Girão (1979) relata que,

[ ] O Plano Saboya Ribeiro, tecnicamente, era digno de todos os elogios, mas não fora a resultante de estudos mais aprofundados, mais realistas, das possibilidades econômicas da cidade, além de ter surgido, no tocante à sua adoção oficial, com um grave erro de origem. Foi tornado obrigatório, mediante um apressado Decreto-lei, sem transitar pelos crivos purificantes da Comissão do Plano da cidade. Forçava-se, aprioristicamente, a obrigatoriedade de muitas soluções impossíveis, por sobre-modo avançadas ou atrevidas, como se um trabalho dessa espécie dependesse tão somente dos devaneios do arquiteto ou da vaidade do governador do município, ansioso por ligar o seu nome a obra de tanto mérito e importância. Morreu por ter nascido inviável, esta segunda tentativa de urbanização de Fortaleza. Morreu pela carência de ponderação no seu ajustamento à realidade e, principalmente, porque lhe faltou o indispensável, lento e seguro preparo de uma consciência ou mentalidade geral, que o garantisse contra as insólitas reações que os planos de cidade necessariamente provocam.

O arquiteto Saboya Ribeiro ainda formulou o Código Urbano de 1962, conforme citado em Fortaleza (1982), que previa o fim da mononucleação da cidade, de sorte que insistia na divisão bem demarcada da malha urbana em bairros separados por cintas de avenidas delimitadoras. Infelizmente não levava em conta a estrutura social da cidade, fato explicado a luz de suas concepções.

Em 1963, foi realizado por Hélio Modesto o Plano Diretor da Cidade de Fortaleza. Este foi o primeiro plano a apresentar uma abordagem, cujas proposições urbanísticas abrangiam os aspectos econômicos, sociais e administrativos. Estabelecia-se na proposta viária um sistema rádio concêntrico, que consistia em

um esquema de anéis de circulação e preservação da malha ortogonal como malha de apoio (FORTALEZA, 1979).

O Plano Hélio Modesto se depara com diversos problemas cujas causas já haviam sido detectadas por Saboya Ribeiro, e sobre isso Fernandes (2004) discorre:

Ao contrário do que pôde sugerir Saboya Ribeiro, para Hélio Modesto não foi possível delinear proposições urbanísticas de porte tal que afetassem a estrutura da cidade como um todo. O enfrentamento da realidade urbana teve que se basear em estudos econômicos e sociais mais apurados; o que revela o desejo de que o plano a ser elaborado contemplasse diretrizes urbanísticas que minimizassem a condição de segregação social que marcava o desenvolvimento de Fortaleza.

O zoneamento proposto, baseado nos princípios da Carta de Atenas, visava ao agrupamento das funções análogas nos locais mais adequados ao funcionamento de cada uma e do conjunto (FORTALEZA, 1969).

Dentre as diretrizes do zoneamento proposto no Plano de Hélio Modesto, Fernandes (2004) destaca:

incentivo ao desenvolvimento dos bairros através da criação de subcentros nos locais com potencial para originá-los, tais como pontos de convergência da população, núcleo comercial já esboçado, agrupamento de equipamentos sociais etc. e renovação urbana da zona central, cujas intervenções fundamentais seriam: implantação de um Centro Cívico Administrativo; remoção de equipamentos cuja função fora caracterizada como incompatível com as diretrizes do plano; implantação de locais de concentração pública na região do Poço das Dragas, dentro do esquema proposto para a execução da Avenida Beira-Mar; provisão de estacionamentos compatíveis com os fluxos existentes e futuros; implantação de terminais de transporte de passageiros em terrenos a serem liberados pela saída de equipamentos considerados inadequados ao desenvolvimento do centro e implantação de uma via paisagística às margens do riacho Pajeú.

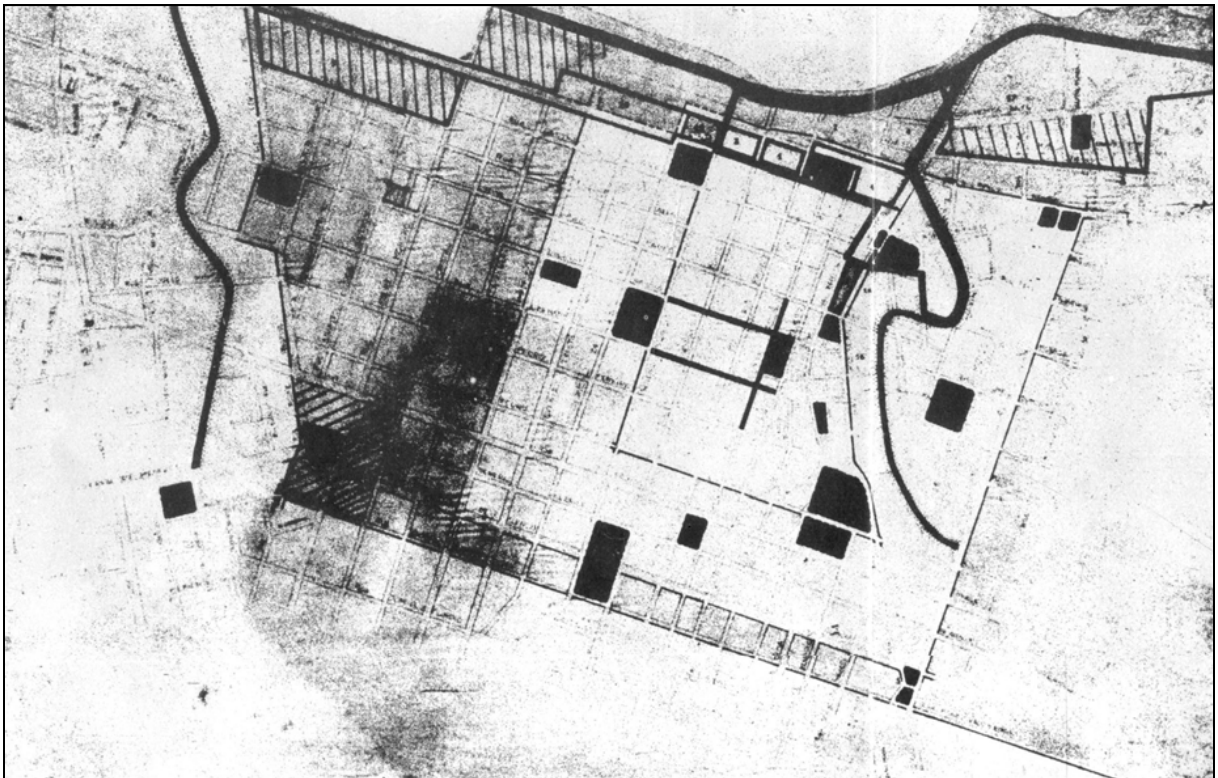
Observa-se a ausência de obras viárias de grande porte no centro da cidade. No entanto, o plano contemplou a construção de uma via paisagística margeando o Riacho Pajeú, com o objetivo de possibilitar o uso do espaço pela população e a preservação do riacho (Figura 12).

Sobre essa preocupação de Hélio Modesto com o Riacho Pajeú, Fernandes (2004) destaca:

Percebe-se que a preservação ambiental do Riacho Pajeú e a preservação de suas margens são preocupações marcantes no

plano de Hélio Modesto. Além das medidas que sugere para ocupação daquela área, promovendo o uso público a partir da retirada das atividades inadequadas ao centro urbano, defende a necessidade de implantação de uma via paisagística que, acompanhando seu leito, demarcaria seus limites de preservação, contendo sua apropriação privada. Este recurso segue a mesma diretriz sugerida para o parque da Avenida Beira Mar, e era medida freqüente nas intervenções em áreas litorâneas das capitais. Destaque para o Rio de Janeiro, onde as grandes avenidas, à feição de bulevares, associadas aos amplos calçadões arborizados, garantiam o uso público da faixa de praia e impediam a construção de obstáculos físicos entre esta e o mar.

Figura 12 - Plano Diretor da Cidade de Fortaleza de Hélio Modesto – 1963, indicando as intervenções a serem executadas no centro da cidade.



Fonte: Fortaleza, 1979.

Nesse plano sugeria-se a remoção de alguns equipamentos para que os espaços fossem liberados para uso público e a urbanização das margens dos riachos Pajeú e Jacarecanga com implantação de vias paisagísticas, assim como a construção de ruas para uso exclusivo de pedestres.

Muniz (2006) afirma que os planos realizados posteriormente são conhecidos por planos tecnocráticos, ou seja, realizados por técnicos em escritórios, e que assumem a característica de planos de ordenamento, tais planos são

pautados no planejamento urbano integrado, envolvendo não só a dimensão territorial em sua elaboração. Portanto, estes documentos são considerados como ordenadores de uma Fortaleza já consolidada, sendo os seguintes: Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza – PLANDIRF (1972), Plano Diretor Físico (1975), mediante sua revisão em 1979, e o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza – PDDU-FOR (1992).

Sobre o planejamento urbano, Souza (2008, p.27) diz que é um “instrumento técnico-político a serviço do Estado que serve para a manutenção do *status quo* capitalista.”

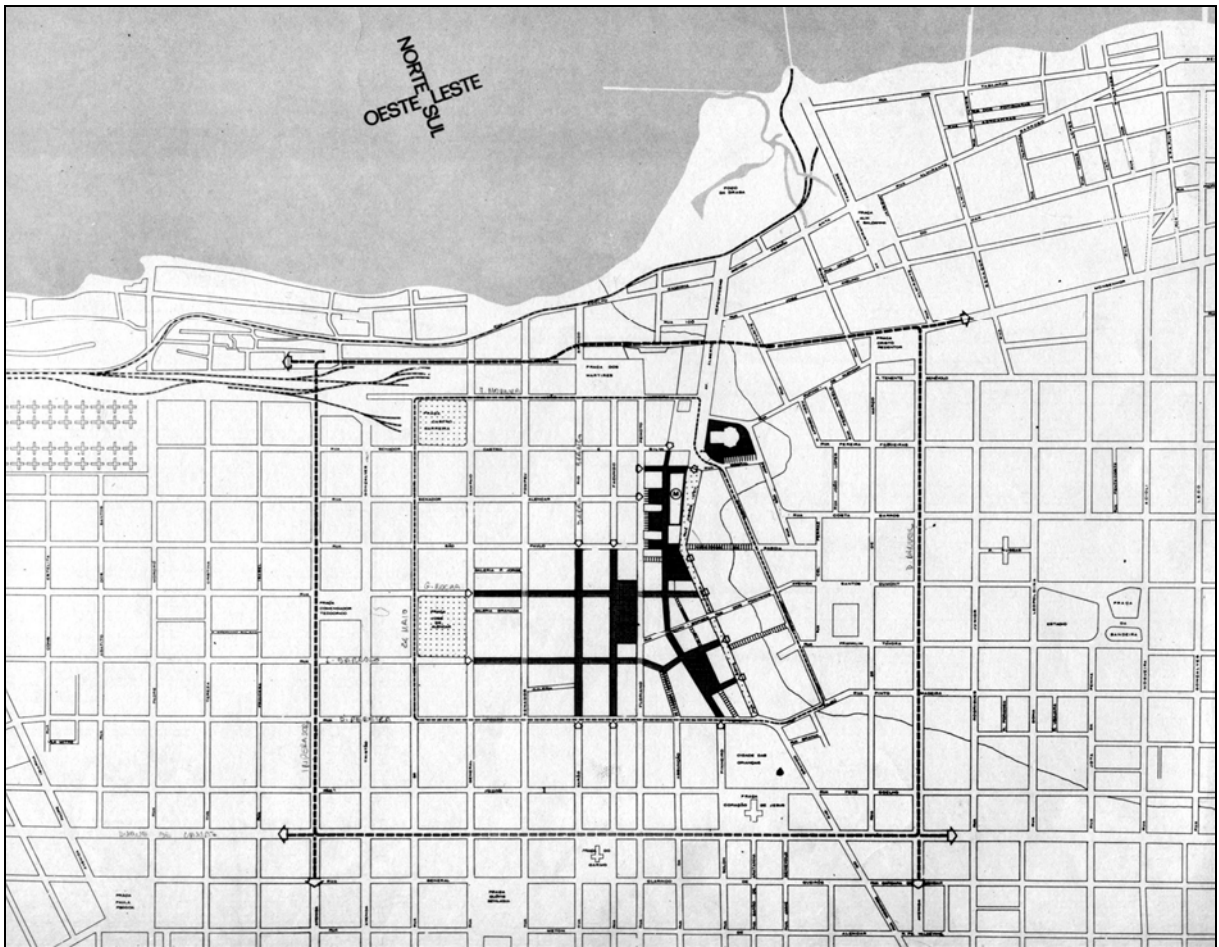
Harvey (1985) citado por Souza (2008, p.27) afirma que a tarefa do planejamento é:

contribuir para o processo de reprodução social e, ao fazê-lo, o planejador adquire poderes em face da produção, manutenção e gestão do ambiente construído que lhe permitem intervir no sentido de manter e criar condições para um “crescimento equilibrado” e conter os conflitos civis e disputas partidárias por meio de repressão, cooptação ou integração.

Em 1972, foi criado o PLANDIRF - Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza (Figura 13) que foi elaborado no tempo que os militares encontravam-se no “poder”. Este plano visava um planejamento integrado, foi elaborado por pessoas com o conhecimento em especialidades distintas, e tratando o planejamento do município com uma visão regional. Onde o plano, estudava também a região metropolitana e a relação que esta mantinha com Fortaleza. Assim, foram feitos estudos e, segundo Fortaleza (1972) *apud* Muniz (2006, p.175) procurou-se medir a “força integradora de fortaleza relativamente a cada município, a fim de hierarquizá-los segundo o grau de dominância da capital”.

Dessa forma, de acordo com Muniz (2006, p.178) o “objetivo central do PLANDIRF era a integração regional, no sentido de solucionar as diferenças entre os núcleos urbanos componentes da futura região metropolitana...”.

Figura 13 – PLANDIRF: Renovação do centro urbano – 1ª etapa (1971).



Fonte: Fortaleza, 1971.

Esse plano buscava realizar a implantação de um circuito de pedestres nas Ruas Guilherme Rocha, Liberato Barroso, Major Facundo, Barão do Rio Branco e General Bezerril e de ruas para estacionamento de veículos nas proximidades do riacho Pajeú. As Praças José de Alencar e Castro Carreira já tinham se tornado terminais de ônibus e não passariam, nesse plano, por grandes modificações quanto aos usos.

O Plano Diretor Físico de Fortaleza, de 1975, passou por uma revisão no ano de 1979 (Mapa 5). Nessa nova proposta constava a delimitação da área urbana e de expansão da cidade; a apresentação do sistema viário; a dimensão e o traçado das ruas; a questão de uso do solo, fazendo a escolha da melhor localização dependendo da atividade que seria exercida; assim como, a proposta de zoneamento que tinha a finalidade de fazer uma melhor distribuição das funções urbanas de Fortaleza.

Mapa 05 - Plano Diretor Físico de Fortaleza, 1979 – Sistema Viário.



Fonte: Muniz, 2006

De acordo com Fortaleza (1979) a organização físico-territorial para o município, está preconizada em,

modelo global de uso e ocupação do solo definido para a Região Metropolitana de Fortaleza – RMF. A vinculação desse modelo de organização físico territorial ao contexto mais amplo da Região Metropolitana de Fortaleza, se deve ao fato de ser, este Município, parte integrante da citada região, e por se o aspecto uso e ocupação do solo, fator importante a ser considerado no tratamento do fenômeno da metropolização. Tal tratamento é ministrado no sentido de resguardar o interesse metropolitano, ou seja, os interesses do município.

Montenegro Jr. (1980, p.77) discorre acerca da determinação das zonas especiais em Fortaleza:

As zonas especiais de uso foram determinadas em função das peculiaridades de algumas áreas do município quanto ao seu uso

atual ou quanto às perspectivas de seu futuro aproveitamento. Esse aproveitamento seria promovido em função de sua reurbanização, sua ocupação especial, sua preservação como área remanescente verde ou como área de interesse histórico e/ou paisagístico.

Em 1992, foi criado pela Câmara Municipal de Fortaleza o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Fortaleza /PDDU-FOR, iniciado com a elaboração de um diagnóstico dos problemas que ainda existiam na cidade. Segundo Muniz (2006, p.211) o diagnóstico do plano visava o estudo das características da “dinâmica demográfica, economia, meio-ambiente, cobertura vegetal, sistemas públicos de áreas livres, recursos hídricos, saneamento básico, sistemas viários e de circulação, transportes, uso e ocupação do solo, habitação e serviços de infraestrutura”.

O PDDU-FOR foi elaborado pensando numa vigência de dez anos, e depois desse tempo poderia passar por uma nova revisão, para que assim, pudesse atender às novas situações que a cidade exigisse. Para Muniz (2006) todas as diretrizes propostas pelo plano resultaram em vários programas de obras e atividades, planejados para serem executados paulatinamente até o ano de 1990, tais como:

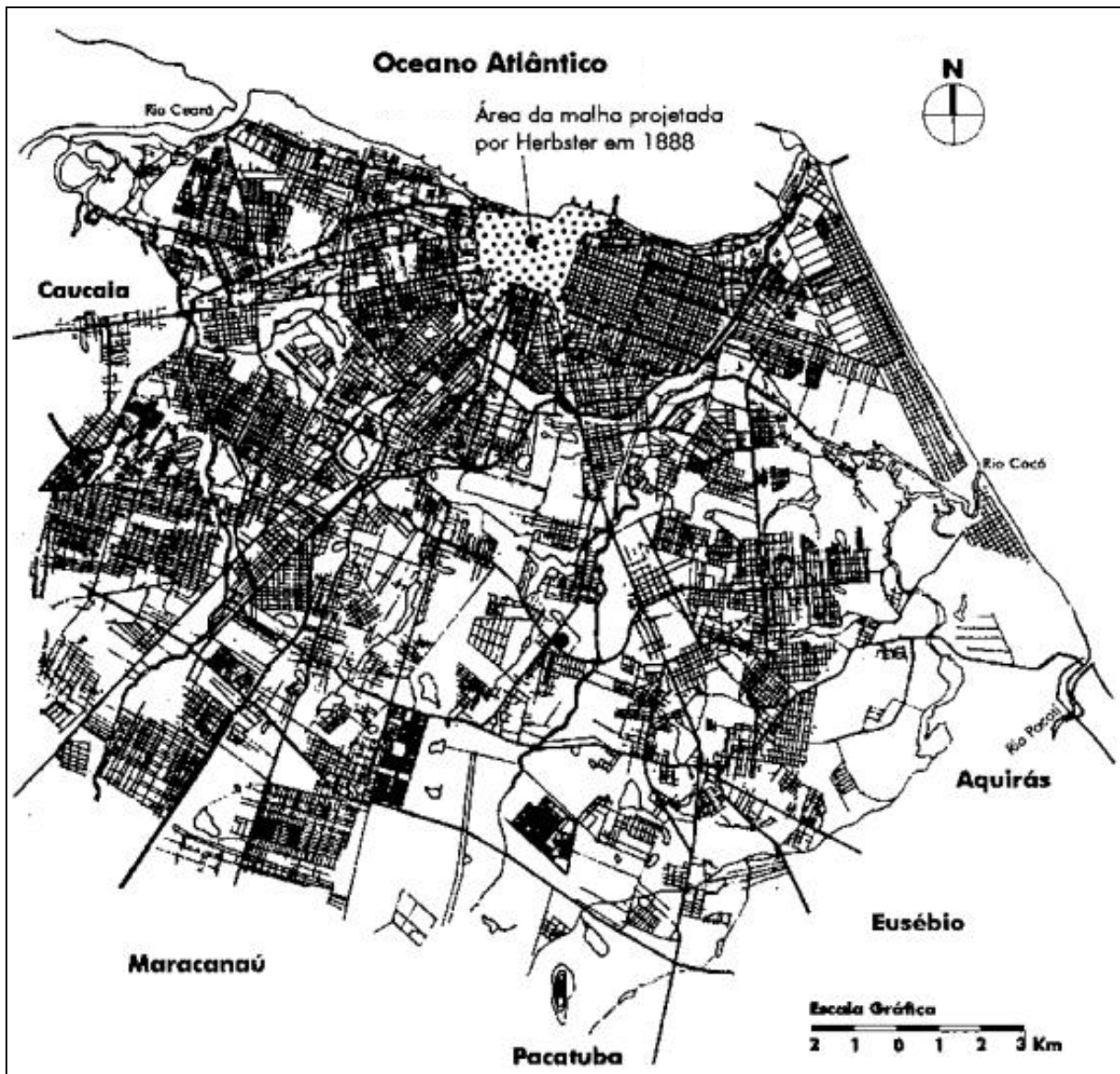
a renovação do centro urbano, [...]; a remodelação paisagística, implantação das vias de pedestre na zona central, implantação de um anel viário [...]; o desenvolvimento da faixa litorânea, com a urbanização da faixa litorânea entre a Barra do Ceará e a Praia do Futuro, a construção da avenida Beira-Mar, saneamento da faixa litorânea e o desenvolvimento dos corredores de atividades...

Cada uma das ações, políticas, planos adotados para a cidade de Fortaleza são, de certa forma, responsáveis pelo que a cidade é hoje. Falo de certa forma, pois, sabemos que na maioria das vezes o que está planejado não é o que se cumpre dado uma série de fatores, como por exemplo: o momento histórico e aos interesses dos diversos atores envolvidos.

O planejamento urbano de Fortaleza nos anos de 1818, 1859, 1863, 1875 e 1888, ocorreu tão somente, por meio da elaboração das plantas cartográficas indicando futuras expansões urbanas. Os planos de 1933, 1947 e 1963 foram mais propositivos e desenvolvidos por técnicos, mas não tinham a participação popular. Já os planos de 2002 e 2009 contaram com a participação, também, da população.

Castro (1994) afirma que, ainda, se pode comparar o crescimento da cidade ao longo dos anos observando a superposição da malha projetada por Herbster em 1888 sobre a cidade um século depois (Mapa 6).

Mapa 6 - Ocupação urbana em 1888 em relação com a época da realização da planta da cidade de Fortaleza em 1888.



Fonte: Castro, 1994.

De acordo com Muniz (2006) a cidade de Fortaleza, nas primeiras décadas do século XX, já era destaque econômico, social, cultural, físico-territorial e político do Estado do Ceará, sendo no início do século, considerada de porte médio.

O Plano Diretor Participativo de Fortaleza – PDPFOR, aprovado em 13 de março de 2009, apresenta-se, inicialmente como um grande desafio, principalmente no que se refere aos 33 decretos que compõem o plano, e que ainda, não foram regulamentados.

Os objetivos do PDPFOR estão descritos no Art. 4 e dentre eles podemos destacar:

[...] IV - regular o uso, a ocupação e o parcelamento do solo urbano a partir da capacidade de suporte do meio físico, da infraestrutura de saneamento ambiental e das características do sistema viário; V - combater a especulação imobiliária; VI - preservar e conservar o patrimônio cultural de interesse artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; VII - preservar os principais marcos da paisagem urbana; VIII - ampliar a oferta de áreas para a produção habitacional de interesse social com qualidade, dirigida aos segmentos de baixa renda; IX - promover a urbanização e a regularização fundiária das áreas irregulares ocupadas por população de baixa renda; [...]

Observa-se que, até o momento não foi regulamentada a Lei de Uso e Ocupação e o Parcelamento do Solo, e em consequência, diversas áreas da cidade estão sendo ocupadas favorecendo à especulação imobiliária.

Além dos bairros da zona leste da cidade, recentemente, o setor imobiliário (re)descobriu o bairro da Maraponga, localizado no sudoeste da cidade. Esse bairro, até pouco tempo atrás, possuía características de bairro residencial com sítios e chácaras, mas, atualmente é alvo da implantação de muitos empreendimentos comerciais e de edifícios residenciais.

Outro problema observado na cidade é a falta da Política de Meio Ambiente, e que de acordo com o Art. 9º do Plano Diretor tem como diretrizes:

I - preservação, conservação, recuperação e uso sustentável dos ecossistemas e recursos naturais; II - ampliação, conservação, fiscalização, monitoramento, manejo e gestão democrática dos sistemas ambientais, das áreas verdes, das unidades de conservação e dos espaços públicos; III – compatibilização do desenvolvimento econômico, social, cultural, étnico e dos saberes tradicionais com a preservação e conservação dos sistemas socioambientais, promovendo políticas de desenvolvimento sustentável para a cidade; IV – fortalecimento e valorização do Poder Público como promotor de estratégias de desenvolvimento sustentável; V - estabelecimento de medidas de controle da qualidade socioambiental com vistas à compensação, à proteção e ao disciplinamento do uso dos recursos naturais disponíveis; VI - redução dos riscos socioambientais; VII - redução dos níveis de poluição sonora, visual, do ar, das águas e dos solos; [...]

O exemplo mais claro da falta de uma política ambiental na cidade é que acontece com o Parque Ecológico do Rio Cocó, que é um parque estadual e uma área de conservação mais importante da cidade. Apresenta um bioma de mangue com diversas espécies de vida animal e vegetal.

O Rio Cocó nasce na Serra da Pacatuba e passa pelas cidades de Maranguape, Maracanaú, Aquiraz, Eusébio, Itaitinga e Fortaleza, perfazendo um total de 47 km de extensão.

O rio Cocó tem grande importância no sistema de drenagem metropolitano, pois recebe descargas do maior sistema de drenagem da cidade de Fortaleza formado pelos canais do Jardim América e da Av. Aguanambi (Fortaleza, 2007).

A maioria dos recursos hídricos da cidade o Rio Cocó sofre com o problema de abandono, poluição e contaminação de suas águas. De acordo com Fortaleza (2007, p.40),

Antes de alcançar a área de preservação ambiental, o rio Cocó sofre com a ocupação da população ribeirinha e a existência do lixão do Jangurussu, onde era depositado o lixo de Fortaleza, o qual fica localizado às suas margens, contribuindo para poluição de suas águas através da percolação de chorume.

Dentre os decretos não regulamentados para a cidade de Fortaleza está o Plano de Mobilidade Urbana, que de acordo com o Art. 36 do PDPFOR, o município deveria elaborá-lo e programá-lo, no prazo de 2 (dois) anos, a partir da entrada em vigor desta Lei, e que deveria conter seguintes planos setoriais:

I - plano de circulação viária; II - plano de transporte público; III - plano de circulação de veículos de carga e de serviços e operação de carga e descarga; IV - plano cicloviário; V - plano de circulação de pedestres; VI - plano de pavimentação viária; VII - plano de regulação e controle dos polos geradores de viagens; VIII - plano de circulação e estacionamento de veículos nas centralidades do Município.

Como proposta para a mobilidade urbana da cidade, mesmo sem a devida regulamentação, está sendo realizada, por parte do poder público, uma série de intervenções que, nem sempre, atende ou resolve os reais problemas da cidade. O caso mais recente é o da proposta de construção dos viadutos no Parque do

Cocó, nos cruzamentos das avenidas Engenheiro Santana Júnior e Antônio Sales, nas proximidades do *Shopping Center Iguatemi* (Figura 14).

Figura 14 – Proposta para a Mobilidade Urbana na zona leste da cidade de Fortaleza – CE



Fonte: Diário do Nordeste, 2013.

Muitas ruas seguem o mesmo traçado do projeto urbanístico do século XIX, a quantidade de veículos e de pessoas aumentou significativamente e a malha urbana não acompanhou satisfatoriamente.

De acordo com informações do jornal Diário do Nordeste (2013) a cidade de Fortaleza é a capital nordestina que possui a maior frota de veículos automotores. Informa, ainda, que, segundo dados do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), eram 848.297 mil veículos, em 2012. Em dez anos, o quantitativo aumentou em oito vezes, o que corresponde a uma percentual de 83,3%.

Dessa forma, faz-se necessário, e urgente, as modificações nas principais vias da cidade e um sistema de transporte integrado para as mais diversas opções de transporte público (ônibus, vans e VLT/metrô) para que Fortaleza possa começar a trilhar os rumos de uma nova realidade.

O Plano Diretor Participativo de Fortaleza no Art. 43 apresenta como estratégias da política de proteção do patrimônio cultural de interesse artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, dentre outras, as seguintes ações: “estimular a preservação e utilização de imóveis representativos da memória da cidade, mediante incentivos fiscais, instrumentos urbanísticos e apoio técnico especializado” e ainda, “elaborar legislação específica para a preservação da visualização do entorno dos imóveis tombados e identificados como de interesse de preservação”.

O que se observa, no entanto, é que a cidade não dispõe de legislação específica e que muitos imóveis que fazem parte da memória da cidade estão totalmente esquecidos, como é o caso da Escola Jesus, Maria José e da Casa do Barão de Camocim, no Centro, da Casa do Português, no bairro Damas, do Mercado da Aerolândia e de tantos outros exemplos que mostram que não existe preocupação com o patrimônio histórico de nossa cidade.

Outro grande desafio é realizar as obras que não saem do papel ou as que estão sendo realizadas sem fiscalização e análise técnica, minimamente exigida. Em 2012, foram iniciadas algumas intervenções em diversos pontos da cidade e, que de acordo com os andamentos terminarão somente em 2016.

Buscando atender as intervenções necessárias para a Copa de 2014, a cidade apresenta, atualmente, 270 trechos em obras, e que de acordo com O Povo (2013) estão sendo “feitas obras de mobilidade, drenagem, reparos no sistema de esgotos, na rede de gás, instalação de cabos e obras particulares”, e os bairros que compõem a Secretaria Executiva Regional II são os que apresentam o maior número de intervenções.

## 4. AS QUESTÕES SOCIOESPACIAIS DE FORTALEZA

### 4.1 A expansão urbana

A cidade de Fortaleza possui uma extensão territorial de 314,93 km<sup>2</sup> e está quase que completamente ocupada. Isso que tem levado os setores imobiliários a avançarem sobre áreas preservadas, como mangues e lagoas, e a população sem acesso à moradia (sem-teto) a ocuparem as margens de rios e encostas, provocando problemas sociais, e muitas vezes, de segurança e de saúde pública.

O desenvolvimento da cidade de Fortaleza ocorreu numa região literalmente mesopotâmica, entre os rios Cocó e Ceará-Maranguapinho. Essas bacias são compostas por inúmeros rios e córregos, além de uma rede de lagoas. Essa característica possibilita cheias, em épocas de chuvas nas áreas mais baixas, possivelmente, proveniente de mananciais subterrâneos que abasteciam as lagoas originais.

Sobre a expansão da cidade de Fortaleza, Santos (2000, p. 52) destaca:

A ampliação do espaço urbano de Fortaleza foi muito acentuada a partir de 1940. O crescimento expandiu-se para oeste e para leste além da ferrovia, através de aglutinação cada vez maior dos espaços periféricos.

A quantidade de ocupações irregulares quer sejam espontânea ou planejada, vem crescendo consideravelmente em Fortaleza desde a década de 1980. Bernal (2004) faz uma comparação entre os anos de 1985 e 2004, mostrando o crescimento das favelas na cidade. Em 1985, no município de Fortaleza, existiam 234 favelas com 64.035 domicílios, 70.450 famílias e 352.250 pessoas residentes. Em 1991, os números passaram para 313 favelas com 98.258 domicílios, 108.145 famílias e 540.720 habitantes. Em 2002, o número de favelas já ultrapassa 614, mais 82 áreas de risco, com mais de 700 mil pessoas vivendo em situação de exclusão.

Dados da Prefeitura de Fortaleza revelam que, em 2000, o número de áreas de risco em Fortaleza era de 52, em contraposição, dados fornecidos pela Federação Cearense de Bairros e Favelas que denotam a existência de cerca de 90 áreas de risco, favelas ou “aglomerações subnormais”, como são classificadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou seja, habitações precárias

especialmente desordenadas, em contraste com o traçado urbano da cidade “legal”, ocupando terrenos de propriedade de terceiros, desprovidos da infraestrutura necessária (MOTA, 2007).

De acordo com dados do IBGE (2010) a cidade de Fortaleza possui 194 aglomerados subnormais, com 109.122 domicílios e uma população residente de 393.330 habitantes. Observa-se que isso corresponde a mais de 16% da população da cidade.

Para a Defesa Civil a cidade de Fortaleza, em 2012, possuía 89 áreas de risco, atingindo um total de 21.488 famílias (Anexo D).

Sobre o crescimento e a localização das favelas, Maricato (2009) afirma:

as localizações das favelas se dão mais frequentemente em áreas ambientalmente frágeis: beira de córregos, fundos de vales inundáveis, áreas de mangues, encostas íngremes, áreas de proteção ambiental, entre outras. De fato há uma aparentemente estranha coincidência entre a localização das favelas e os recursos hídricos, que são, em geral, protegidos por lei.

Esse processo de ocupação continuou em ritmo acelerado sem respeito aos ecossistemas lacustres e áreas de preservação ambiental, tais como lagoas, rios, baixios, dunas, criando áreas de risco.

Com a expansão da cidade em várias direções, aumentaram consideravelmente as áreas pavimentadas, carregando em seu bojo uma série de problemas relacionados ao ambiente natural. A paisagem, neste caso, encontra-se fortemente impactada pela forma desordenada com que as atividades econômicas têm se desenvolvido, fato que pode ser verificado em outras áreas da cidade, denotando uma tendência insustentável de uso e ocupação do solo. Esse quadro constitui-se fator de depreciação da qualidade de vida, principalmente nas regiões metropolitanas onde há excesso de edificações e de áreas impermeabilizadas; diminuição de áreas verdes e aumento da poluição do ar.

A seguir serão apresentadas imagens históricas mostrando que o uso e a ocupação do solo vêm ocorrendo na cidade de Fortaleza, sem levar em consideração às necessidades mínimas para uma vida digna e com qualidade para seus habitantes. O espaço é produzido na cidade tendo como único foco o lucro por meio da especulação imobiliária e da inoperância do poder público (Figuras 15 e 16).

Figura 15 - Imagem Satélite do bairro Cocó, em 2004 e 2011.



Fonte: Google Earth, 2013.

Figura 16 - Imagem Satélite do bairro Jangurussu, nos anos de 2003 e 2009.



Fonte: Google Earth, 2013.

Figura 17 - Imagem Satélite do bairro José Walter, em 2003 e 2009.



Fonte: Google Earth, 2013.

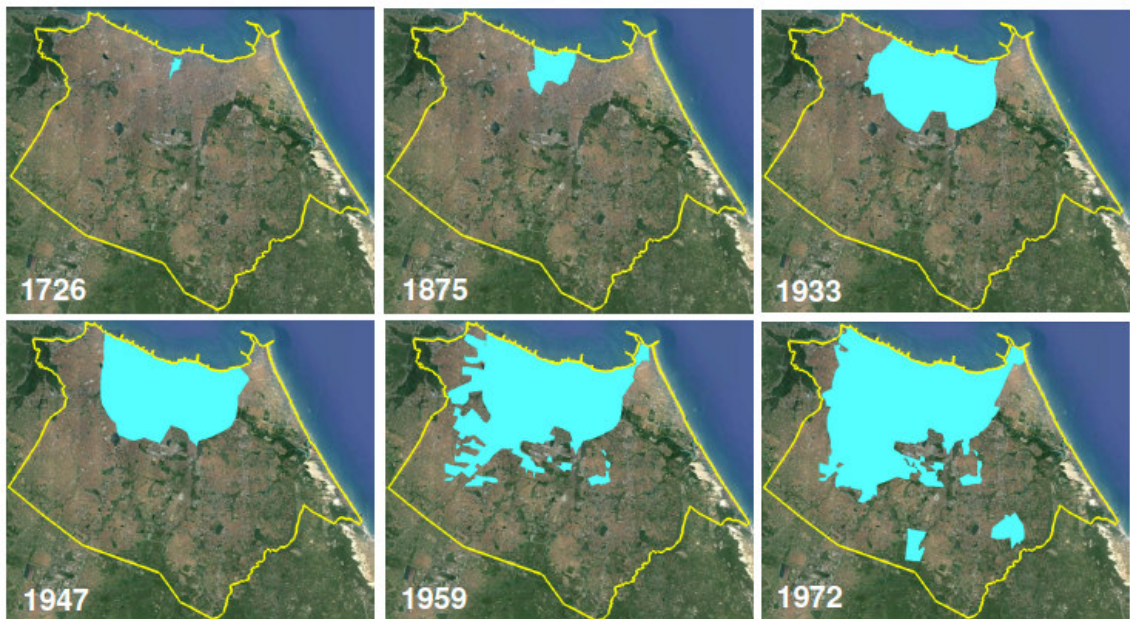
O que se observa por toda a cidade de Fortaleza é o uso e ocupação do solo acontecendo de forma indiscriminada e muito acelerada, não respeitando as áreas de preservação e proteção ambiental, tais como: os rios, as lagoas, as dunas, os mangues, os parques, dentre outros.

Esse problema é agravado com o déficit habitacional existente na cidade, e pela falta de cumprimento da legislação e de fiscalização por parte do poder público, garantindo que a população não ocupe esses espaços naturais, assim como regular as ações dos agentes imobiliários.

Nos bairros da zona central e leste da cidade, o uso ocorre, prioritariamente, pela construção de condomínios residenciais verticais e pela implantação de infraestrutura e de serviços necessários para atender tal população.

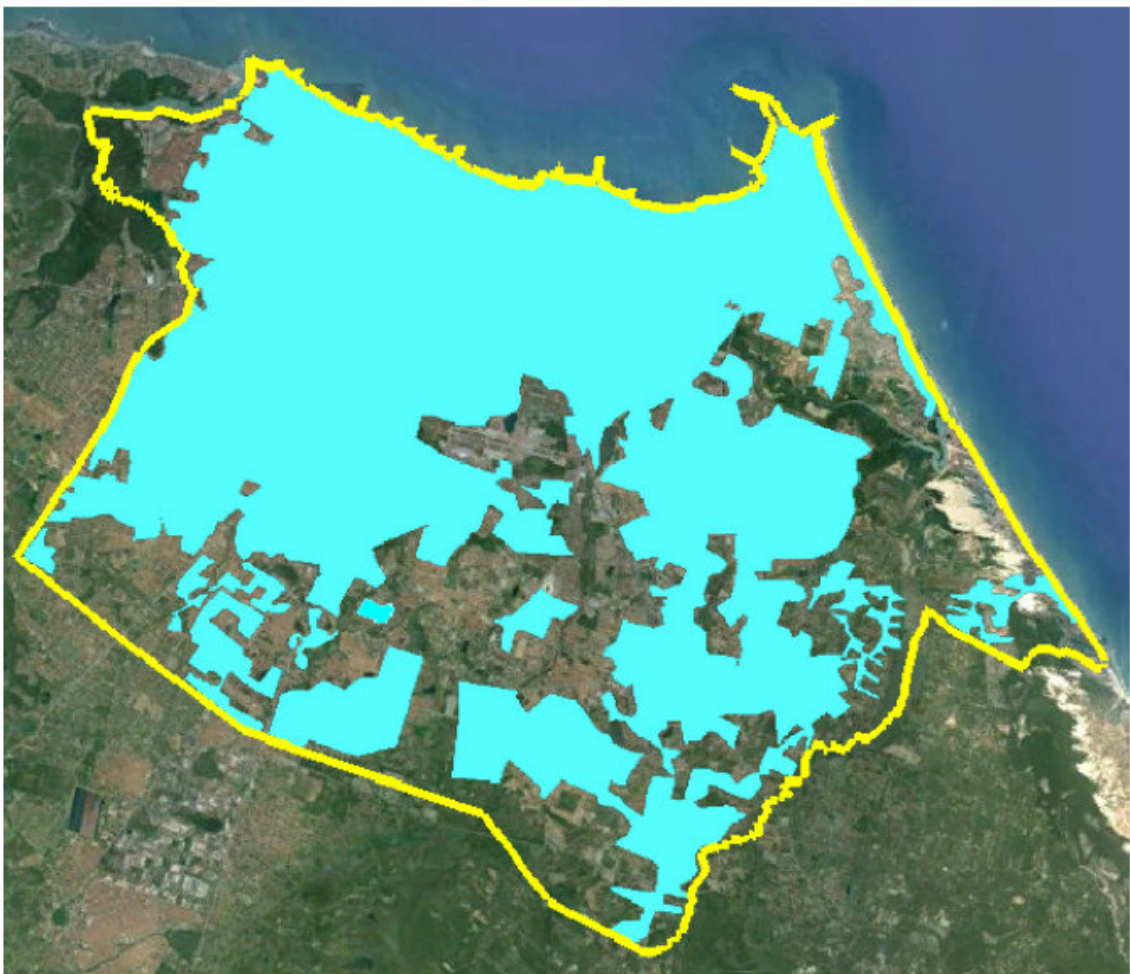
Nas Figuras 18 e 19 é apresentada a evolução urbana da cidade de Fortaleza, no período compreendido entre 1726 e 2000.

Figura 18 – Evolução urbana da cidade de Fortaleza-CE. (1726-1972)



Fonte: Lima, P.C.C, 2013.

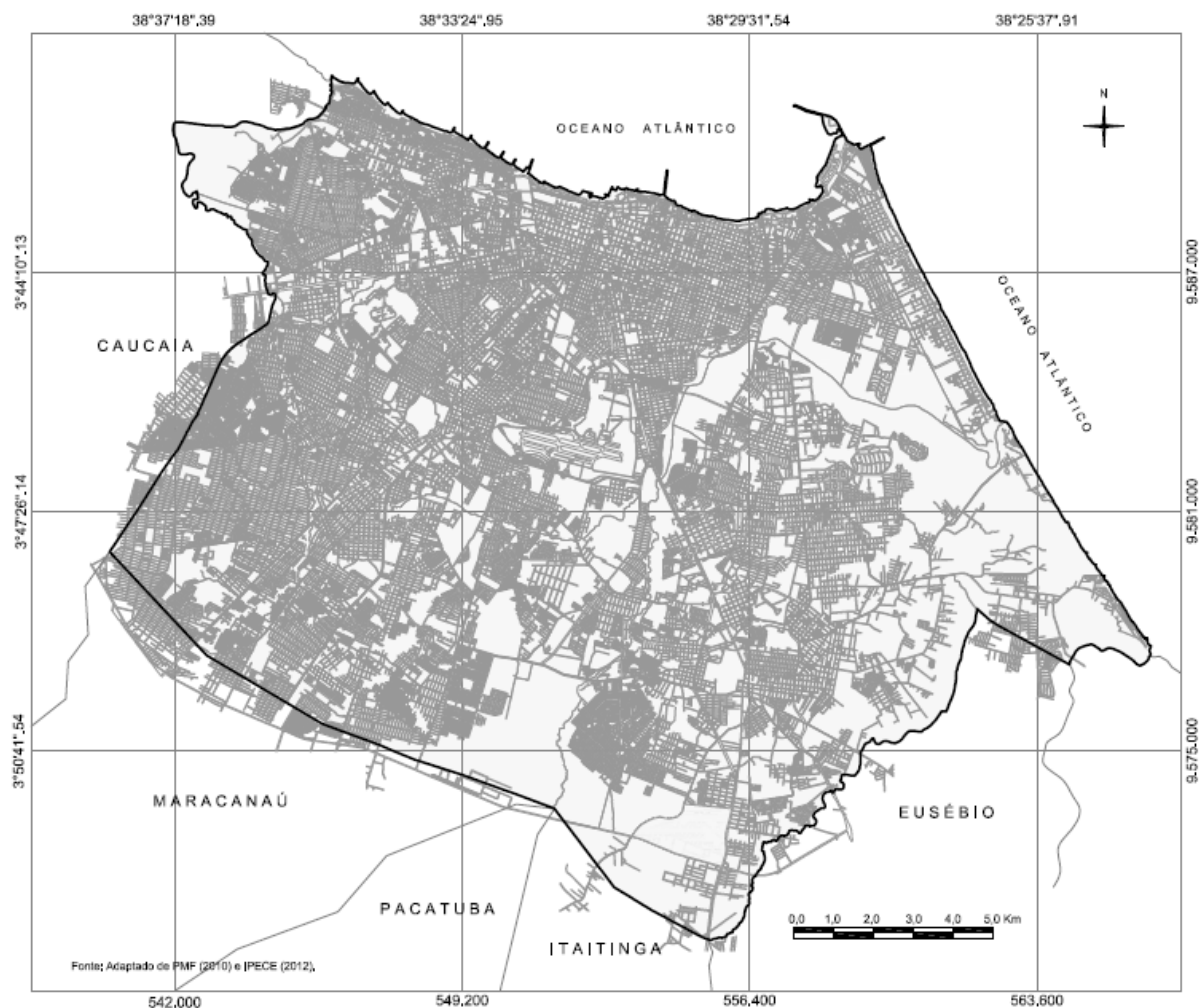
Figura 19 – Ocupação urbana da cidade de Fortaleza-CE. (2000)



Fonte: Lima, P.C.C, 2013.

Apesar de toda essa ocupação, ainda existem alguns vazios urbanos na cidade, principalmente, os localizados nas áreas nobres da zona leste, que passam a ser disputados pelos produtores do espaço com fins de especulação e, as demais zonas da cidade, menos assistidas de qualquer tipo de infraestrutura, são ocupadas, na maioria das vezes, pela população com menor poder aquisitivo, possibilitando, em muitos casos, o surgimento de aglomerados subnormais (Mapa 7).

Mapa 7 - Vazios urbanos na cidade de Fortaleza-CE, em 2013.



Fonte: Adaptado de IPECE (2012 e PMF (2010).

O processo de urbanização transforma a sociedade, e os impactos ambientais são gerados pelas aglomerações urbanas, ao mesmo tempo em que resultam da própria transformação das características naturais.

Ortigoza e Lombardo (2011) lembram ainda que o processo de urbanização pode acarretar diversas alterações nas variações térmicas, orientação

solar, ventilação, aumento da temperatura do ar e aumento das precipitações geradas por efeitos combinados.

O processo de urbanização, segundo pode provocar alterações sensíveis no Ciclo Hidrológico, os seguintes aspectos: aumento da precipitação; diminuição da evapo-transpiração, como consequência da redução da vegetação; aumento do escoamento superficial e aumento de enchentes; diminuição da infiltração; Poluição de águas superficiais e subterrâneas; cursos d'água e reservatórios podem ser aterrados, assoreados, poluídos ou mesmos extintos.

É fato que o uso, a gestão e a proteção dos recursos hídricos devem ser orientados por pesquisas e análises criteriosas. No entanto, as variações de um corpo d'água para outro, e mesmo no interior de um mesmo sistema, além das alterações ambientais causadas por atividades humanas, exigem que tais estudos levem em conta os aspectos espaciais e temporais.

A cidade de Fortaleza já se apresenta conurbada às cidades de Caucaia e Maracanaú. Esse processo em direção ao oeste e ao sudoeste foi induzido pela construção de grandes conjuntos habitacionais nas cidades limítrofes, nas décadas de 1979 e 1980.

Observa-se que a cidade de Fortaleza está com seu território quase que totalmente ocupado, e muitos foram os casos de aterramentos de lagoas, assim como a transformação de seus rios e riachos em canais.

## 4.2 As questões ambientais

Atualmente, muitas atividades humanas, como o desmatamento, o uso de terras para agricultura ou pecuária, o despejo de efluentes domésticos e industriais e resíduos sólidos, a pesca irregular, o lazer dentre outras, alteram as características do meio ambiente.

Analisando os riscos ambientais e a ocupação irregular que vem ocorrendo na cidade de Teresina-PI, Costa e Ferreira (2011, p.203) cita Lombardo (2003):

As cidades entendidas como um espaço natural que foi ocupado pelo homem que o alterou, construindo ali equipamento urbano e onde realiza suas funções, não perdem por isso, o contato com o meio circundante, nele interferindo e sendo por ele alteradas. Portanto, os problemas ambientais precisam ser tratados em diferentes escalas.

Não se observa em Fortaleza o cumprimento das leis e normas no que se refere às questões ambientais. O que é mais comum se observar é o uso e a ocupação de forma indiscriminada do solo e o uso indevido dos corpos aquáticos e ambientes frágeis.

No diagnóstico ambiental realizado pela Semam (2003) são relatadas as características e grau de comprometimento dos recursos naturais do litoral oeste, composto pelos bairros Barra do Ceará, Pirambu, Cristo Redentor e Moura Brasil:

caracteriza-se pelo elevado grau de comprometimento dos seus recursos naturais provocados, principalmente, pelo tipo de ocupação. É, também, uma zona marcada pela alta densidade demográfica e pela presença de áreas de risco. Construções habitacionais nas faixas de praia são frequentes e comprometidas com risco de deslizamento. Todo esse processo de ocupação desordenado vem arriscando não só a comunidade local, como também a integridade do meio natural. Com exceção da Foz do rio Ceará, que possui paisagem natural exuberante, toda a região passa por um acelerado estado de degradação ambiental

Nas demais regiões da cidade, o comportamento não é diferente. As ações humanas tem provocado sérias conseqüências para o meio ambiente e para a própria população. A maioria dos habitantes da cidade já consegue sentir, a cada dia, um aumento da temperatura ambiental. As enchentes que antes não existiam, apresentam-se mais frequentes e mais graves. Tudo isso é conseqüência imediata das atividades antrópicas.

No processo contínuo de incorporação de novas áreas aos espaços urbanos, as lagoas costeiras foram sendo aterradas para produção de solo urbano. Esse processo ocorreu em muitas lagoas perenes de pequeno porte e em quase todas as lagoas intermitentes. Durante a década de 1970, com os vetores de desenvolvimento apontando para a zona leste da cidade e o conseqüente crescimento da malha urbana, as lagoas desse setor foram aterradas e deram lugar a edificações residenciais e obras diversas.

O processo de ocupação do solo nas lagoas urbanas, sob influência das ações antrópicas, atende, na maioria dos casos, a objetivos meramente econômicos, favorecendo a especulação imobiliária, e a conseqüentemente super valorização o solo urbano. Dessa forma, ocorre o constante desrespeito e descumprimento das normas e legislações ambientais vigentes.

Sobre isso, Girão (1979) diz que:

Incontáveis eram as lagoas costeiras perenes e intermitentes que pontilhavam o espaço urbano da cidade de Fortaleza em um passado histórico de não mais de trinta anos. Dessas lagoas, derivavam com frequência inúmeros córregos e riachos de porte diverso. A pesca, a agricultura de vazante, o consumo doméstico de água para fins de alimentação, higiene e recreação faziam dessas áreas recursos valiosos para a subsistência e para o cotidiano urbano da população local”

Após a segunda metade da década de 1980 a sociedade muda o comportamento frente às questões ambientais e os especuladores imobiliários mudam também de estratégia passando a realizar os aterros durante as madrugadas e nos finais de semana. É durante os prolongados períodos de estiagem que ocorre a maior incidência do uso indevido de áreas protegidas. Algumas chegam a desaparecer rapidamente sem deixar nenhum vestígio.

A ocupação urbana das áreas marginais dos corpos hídricos remove a cobertura vegetal, reduz a seção de vazão, e acelera, conseqüentemente, a erosão da bacia. Se associado ao lançamento de esgotos e resíduos sólidos nos corpos hídricos pode agravar a incidência de cheias. Estudos, porém, devem levar em conta as variações que os sistemas aquáticos apresentam, nos aspectos espacial e temporal, para que o conhecimento gerado possa realmente ser aplicado na recuperação de ambientes degradados e na preservação de mananciais ainda intactos.

As lagoas têm fundamental importância para o equilíbrio hídrico, para o microclima, valorização da paisagem urbana, e apresenta-se, também, como espaço para a realização de atividades de pesca e lazer.

As faixas de proteção ou de preservação dos corpos aquáticos são áreas localizadas às margens dos cursos d'água das lagoas e demais reservatórios de águas superficiais, que tem como principais objetivos a proteção das áreas adjacentes da ocorrência de cheias, a prevenção das coleções de água da erosão e consequente assoreamento.

O uso e a ocupação indevida da mata ciliar podem influenciar diretamente sobre fatores importantes, como: escoamento das águas da chuva; ciclo de nutrientes existentes na água; estabilidade das margens dos cursos d'água.

A seguir, serão apresentadas imagens satélites que mostram como as lagoas urbanas estão sendo tratadas pelo poder público, e incorporadas pelo mercado imobiliário para a produção do solo na cidade de Fortaleza.

Na Figura 20 é apresentada uma imagem satélite da lagoa do bairro Cajazeiras, observando as diferenças existentes entre os anos de 2003 e 2009. Na Figura 21 é apresentada uma imagem satélite da ocupação das margens da lagoa da Libânea, no bairro do Mondubim, em 2003 e 2009, e na Figura 22 é apresentada uma vista parcial da Lagoa da Libânea, nos dias atuais

Figura 20 - Imagem satélite da lagoa do bairro Cajazeiras, em 2003 e 2009.



Fonte: Google Earth, 2013.

Figura 21 - Imagem satélite da ocupação das margens da lagoa da Libânea, no bairro do Mondubim, em 2003 e 2009.



Fonte: Google Earth, 2013.

Figura 22 - Ocupação irregular das margens da lagoa da Libânea, no bairro do Mondubim, em 2013.



Fonte: Lima, P.C.C., 2012.

Observa-se que a produção desordenada dos espaços na cidade de Fortaleza segue ocupando leitos de rios, margens das lagoas, dunas e demais ambientes naturais.

Scarlato e Pontin (1999. p.58) também reforçam a preocupação com usos em áreas de preservação e lembram que se faz necessário, além das políticas públicas urbana e, a criação de leis que regulamentem os usos do solo, que se possa, também, evitar e impedir os lobbies do setor imobiliário:

As ações especulativas do mercado imobiliário podem resultar em sérias distorções na valorização do solo, e portanto, precisam ser levadas em conta em uma análise das políticas urbanas. Uma forma de conter ou pelo menos atenuar, as distorções trazidas pelo mercado imobiliário é criar leis que regulamentem a ocupação das áreas municipais e planos diretores que reduzam o poder de barganha e o arbítrio de autoridades. É preciso evitar a pressão dos lobbies do setor, que procuram obter a todo custo a autorização para ocupar áreas estritas principalmente de preservação, parques e áreas verdes.

Sobre esse comportamento Figueiredo e Lima (2011) dizem que por trás do drama ecológico e dos sinais inequívocos de destruição do ambiente, existe uma questão mais profunda, que é a ética, o modo de ser, de posicionar-se e de relacionar-se, em todos os níveis. Nessa concepção de ética o homem passa a se preocupar com suas ações e como consequência a praticá-las em sintonia com a natureza; a rever ações, habitualmente predatórias e entender que ele não é proprietário da natureza, mas sim parte dela.

### **4.3 Características da segregação socioespacial**

A valorização do espaço urbano não se dá de forma homogênea, Ortigoza e Crioni (2008, p.12) discutem muito bem esta questão.

Essa produção do mundo da mercadoria invade relações sócio-espaciais e, desse modo, o espaço urbano torna-se crescentemente a forma mais visível, material; ou seja, a resposta imediata dessa valorização do espaço. A cidade é fragmenta, e cada uma de suas parcelas é tratada dentro de um grande mercado de terras como mera mercadoria. Entretanto, essas parcelas do espaço urbano não são valorizadas de modo homogêneo.

O espaço urbano é reflexo, tanto de ações que se realizam no presente, como também daquelas que se efetivaram no passado deixando suas marcas nas formas espaciais atuais. Por ser reflexo da sociedade, o espaço urbano configura-se desigual, mutável e complexo (ORTIGOZA, 2009).

No Brasil as questões sociais passaram a se confundir com as questões urbanas, e dessa forma, a cidade se transformou num receptáculo de problemas nacionais, onde a distribuição espacial da população reflete a condição de vida dos seus habitantes. Dessa forma, a cidade torna-se o lugar do agravamento da exclusão social e da segregação, no campo de batalha entre ricos e pobres, pelo uso e ocupação do solo e por benefícios e vantagens do meio urbano (CARTAXO FILHO, 2000).

Na cidade de Fortaleza a segregação socioespacial pode ser considerada um fenômeno urbano, pois nos últimos anos houve um intensivo processo de construção de condomínios fechados de alto padrão, os quais podem ser denominados de autossegregação, e por outro lado, também se proliferaram, as autoconstruções criando bolsões habitacionais em lugares indevidos o que normalmente se denomina de segregação imposta.

Um dos trabalhos mais importantes sobre este tema é o Caldeira (2000). A referida autora aborda o problema de que existe uma forma elitizada de morar, e define os condomínios de alto padrão como “Enclaves Residenciais Fortificados” e coloca que:

são produtos do mercado imobiliário e funcionam como espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho. Este tipo de empreendimento encontra justificativa nas ideias de insegurança, medo e contribuem para que os cidadãos abandonem a esfera pública tradicional das ruas para os excluídos da sociedade.

A autossegregação na sociedade moderna é vista como um mecanismo de valorização da terra urbana e, desse modo, os lugares onde se constroem os vários condomínios residenciais de alto padrão, observa-se um forte investimento do poder público em infraestruturas urbanas.

Sobre a autossegregação, Duarte (2007) diz que se trata de um fenômeno recente no Brasil e que ocorre quando pessoas de classes sociais de alto poder aquisitivo agrupam-se em condomínios fechados, normalmente distantes dos centros urbanos.

Souza (2010, p.70) também colabora com esse conceito quando diz que na autossegregação “são as pessoas que fazem a opção de apartar o mais possível da cidade”, pois esta é vista como barulhenta, congestionada, pobre, desagradável, violenta (Figura 23).

Figura 23 – Vista Aérea da Rede Viária e Vegetação Urbana no bairro Edson Queiroz - Fortaleza (CE)



Fonte: Lima, P.C.C., 2012.

Alguns fatos históricos mostram como se dava a relação entre pessoas de classes sociais diferentes no mesmo espaço. Almeida e Rosen (1993) relatam que no início da década de 1960 os problemas sociais se agravaram e a classe nobre que morava no bairro da Jacarecanga, na zona oeste da cidade, transferiu-se para o bairro da Aldeota, na zona leste. Esse fato não ocorria por acaso. As pessoas com maior poder aquisitivo não desejavam continuar morando num bairro que começava a apresentar problemas não só quanto a poluição ocasionada pelas indústrias, que se instalavam com nesse setor da cidade, mas também, que suas moradias tivessem certa proximidade com os aglomerados subnormais que a cada dia se tornavam mais comuns na cidade de Fortaleza.

Esse fato, mesmo em proporções diferentes, mas parece começar a repetir-se novamente. A Aldeota é um dos bairros residenciais mais tradicionais da Fortaleza e até pouco tempo atrás, concentrava o maior número de famílias com elevado poder aquisitivo da cidade. O bairro começou a concentrar uma grande quantidade de empreendimentos como shoppings, centros comerciais, clínicas, escolas, restaurantes, dentre outros, o que só agrava as condições desejáveis para um bairro residencial. Mesmo surgindo, a cada ano muitos empreendimentos residenciais, muitas famílias já estão transferindo residência para bairros em regiões mais tranquilas, principalmente, os localizados na zona leste da cidade, com tendência de expansão em direção do município do Eusébio.

Rech (2007, p.131) analisando a exclusão social nas cidades lembra que:

O atual perímetro urbano é uma linha imaginária que substitui o antigo muro, que protegia os cidadãos de malfeitores, assaltantes e controlava a entrada de camponeses desempregados. O traçado do perímetro urbano deixa, hoje, fora dos limites da cidade, aqueles que não têm recursos para pagar a moradia, segundo as normas de parcelamento e ocupação do solo, previstas pela lei da cidade.

Para Luchiari (2001, p.19) “a exclusão social reproduzida no uso seletivo do território coloca em evidência os antagonismos entre a preservação natural e o desenvolvimento social”. O autor lembra ainda que, na atualidade, a preservação representa, acima de tudo, a elitização social na seletividade dos lugares, e somente aqueles que puderem pagar o valor pelas paisagens naturais colocadas “idealizadas no imaginário social contemporâneo” ganharão poder nesse espaço.

A segregação imposta, por sua vez, é um mecanismo que atinge a população de baixa renda, que sem perspectiva de melhoria de sua situação socioeconômica, se vê, muitas vezes, obrigada a ocupar áreas de risco ambiental no espaço urbano, nesses lugares onde se concentram este tipo de ocupação irregular, o Estado não tem tido uma intervenção direta, principalmente no que tange ao saneamento básico. Essas áreas diferentes das áreas valorizadas pelo grande capital imobiliário ficam fadadas a um processo de desvalorização urbana (Figuras 24 e 25).

Figura 24 – Área sem infraestrutura básica, no Planalto Airton Sena - Fortaleza-CE



Fonte: Lima, P.C.C., 2012.

Figura 25 - Aglomerado subnormal às margens do Rio Maranguapinho, na cidade de Fortaleza-CE, em 2012



Fonte: Lima, P.C.C., 2012.

A distribuição dos aglomerados subnormais nas Regiões Metropolitanas não ocorre de maneira uniforme, pois o município-núcleo concentra, na maioria dos casos, a maior parte dos domicílios em aglomerados subnormais. Na cidade de Fortaleza, esse percentual ultrapassa a 92% dos casos (IBGE, 2010).

Sobre este tema, Hughes (2003, p. 94) tem a seguinte opinião:

A rigor, os processos de segregação socioespacial na cidade estão estreitamente relacionados com a precarização do mercado de trabalho e o desemprego, que afetam mais que proporcionalmente as camadas mais pobres, menos escolarizadas e que tiveram menos meios de resistir àquilo que se pode denominar de diáspora da classe trabalhadora. Este processo, associado à dinâmica especulativa de valorização do solo urbano e aos sentidos do investimento do capital imobiliário, incide sobre as condições e opções de moradia da população, o que, desde os anos 80, leva à expansão demográfica crescente das periferias em contraposição com o esvaziamento populacional nas áreas centrais (bem servidas por infraestrutura) e área de distribuição das camadas mais ricas da população para novas fronteiras de ocupação delineadas pelos sentidos do investimento do mercado imobiliário.

Com base nesta problemática, Villaça (1997, p.7) nos diz que: “Através da segregação a classe dominante controla a produção e o consumo do espaço urbano, sujeitando-o aos seus interesses”.

Ainda que sejam feitos investimentos em instrumentos de gestão política e ambiental para a melhoria da vida nas cidades, nos momentos em que o Estado assegura a atuação dos agentes privados no mercado imobiliário, os municípios se vêem obrigados a flexibilizar a rígida legislação para edificação, deixando assim de fiscalizar e controlar com rigor a expansão urbana, de alta e baixa renda.

Segundo Ortigoza e Lombardo (2011), no capitalismo, o Estado apresenta dois aspectos: o primeiro permitindo a regulação de um maior equilíbrio entre as classes sociais e os setores produtivos e, o segundo exercendo o seu papel de garantir a perpetuação do consumo, o que por sua vez, acaba por privilegiar apenas uma pequena parcela da sociedade, representada pelos atores do setor produtivo.

O Estado, para Maricato e Ferreira (2002), serve aos interesses da classe dominante. Se isso ocorre com todas as leis, e não seria diferente com as questões urbanas. A tendência é que atendam aos interesses dos lobbies dominantes desconsiderando a necessidades da sociedade.

O processo de valorização da terra urbana tem como principais agentes: os incorporadores imobiliários são proprietários fundiários, agentes imobiliários, a

indústria da construção civil, as instituições financeiras e as instituições governamentais.

Estes agentes se integram em benefício da fluidez do capital no espaço, e, portanto, o espaço urbano passa a ser produto das ideias e valores de determinadas classes sociais que detém o poder. Vários desses agentes, por meio de processo eleitoral, ou mesmo como assessorias, passam a fazer partes dos governos em suas diferentes instâncias federal, estadual e municipal o que amplia ainda mais o poder de algumas classes na produção do espaço.

Para Corrêa (1989, p.24), o Estado é o mais importante agente na produção do espaço urbano, pois ele atua de forma mais aparente nesse processo:

“...através da implantação de serviços públicos, como sistema viário, calçamento, água, esgoto, iluminação, parques, coleta de lixo, etc., interessantes tanto às empresas como à população em geral, que a atuação do Estado se faz de modo mais coerente e esperado. A elaboração de leis e normas vinculadas ao uso do solo, entre outras, as normas de zoneamento e o código de obras, constituem outro atributo do Estado no que se refere ao espaço urbano.

Em uma pesquisa sobre a cidade de Rondonópolis (MT) Negri (2008, p. 152) coloca que esta cidade:

Em realidade, a segregação se alimenta da desigualdade de dotação de equipamentos públicos e infraestrutura, da capacidade de pagamento de impostos e tributos, além, é claro, da produção e manutenção de extensas áreas de vazios urbanos à espera de valorização econômica. Tudo isso leva a reforçar a desigual distribuição da sociedade no espaço intraurbano, daqueles que podem pagar para residir em locais melhores e daqueles que possuem uma menor renda e, por isso, são obrigados a conviver com uma precária condição de equipamentos e localizações coletivas.

Outra questão que merece destaque em Fortaleza é a especulação imobiliária, sobre este tema, Barbosa (2012, p.25) analisou o tema pesquisando a realidade sócio espacial de Limeira (SP) e conclui que: “o setor imobiliário ao se apropriar do solo, também se apropria da natureza como meio de valorização do espaço, tornando parte dos imóveis em um estoque de reserva para serem comercializados no futuro.”

Em um estudo sobre o processo de valorização de áreas urbana em Rio Claro (SP), CARMO (2006, 2006, p. 20) conclui que esse processo:

“... se dá como resultado de um movimento de valorização de áreas antes degradadas, de forma a privilegiar o consumo *do* e *no* espaço, e que o poder público, por meio de decisões políticas, interfere no ordenamento dos usos do solo urbano, legitimando as ações dos donos do capital, ficando em alguns momentos os moradores e a coletividade em segundo plano, ocorrendo com isso, cada vez mais, uma reprodução ampliada do capital e uma maior segregação sócio-espacial.

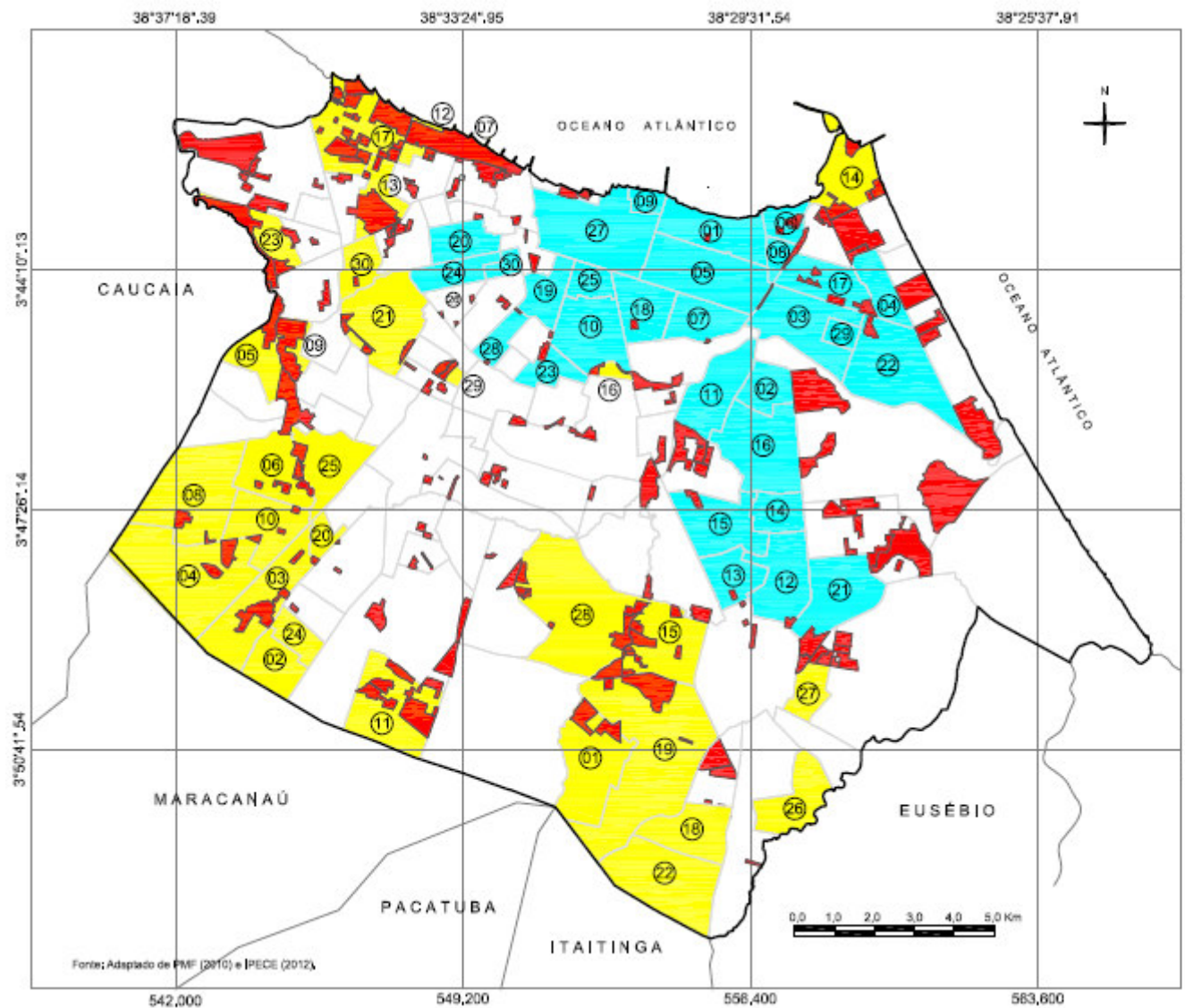
Concordamos com a interpretação que Corrêa (1999) faz sobre as cidades quando diz que elas são reflexos das sociedades, então o espaço de uma cidade é fortemente dividido em áreas residenciais segregadas, refletindo a complexa estrutura social em classes. É um reflexo tanto do presente como daquelas que se realizaram no passado.

No Mapa 8 são apresentados os 30 bairros com maior e menor renda da cidade de Fortaleza, segundo dados do IPECE (2010). Por meio dele é possível observar que:

- os bairros que apresentam maior renda estão localizados na zona central, com tendência de crescimento para a zona leste e sudeste, com direção para as cidades de Eusébio e Aquiraz. Os bairros que apresentam menor renda localizam-se, nas regiões periféricas, principalmente, nas zonas oeste e sudoeste.
- setor sudoeste da cidade, apresenta uma quantidade significativa de bairros, principalmente, os que fazem limites com o município de Maracanaú, com uma grande concentração de habitantes.
- os bairros com menor renda estão localizados na zonas oeste, sul e sudoeste e os bairros com maior poder aquisitivo localizam-se na zona central e leste.
- os bairros com maior renda per capita são o de Meireles, Guararapes e Cocó e os bairros com menor renda são Conjunto Palmeiras, Parque Presidente Vargas e Canindezinho.
- as aglomerações subnormais podem ser encontradas por todos os bairros, mas, o que se pode verificar é que, pelo menos, em número, e se integram ou se. Esse fato pode ser associado à forma de intervenção do poder público nesses bairros.

Diante do exposto para resolver, ou ao menos minimizar, o impacto da segregação socioespacial é preciso uma mudança de postura do Estado em suas ações as quais deverão necessariamente se voltar para a qualidade ambiental e de vida de todos os cidadãos fortalezenses.

Mapa 8 – Localização dos aglomerados subnormais e dos 30 bairros com maior e menor renda, na cidade de Fortaleza-CE, em 2010.



RELAÇÃO DOS BAIRROS

MAIOR RENDA	MENOR RENDA
01 - Meireles	01 - Conjunto Palmeiras
02 - Guararapes	02 - Pq. Presidente Vargas
03 - Cocó	03 - Canindezinho
04 - De Lourdes	04 - Siqueira
05 - Aldeota	05 - Genibaú
06 - Mucuripe	06 - Granja Portugal
07 - Dionísio Torres	07 - Pirambu
08 - Varjota	08 - Granja Lisboa
09 - Praia de Iracema	09 - Autran Nunes
10 - Fátima	10 - Bom Jardim
11 - Salinas	11 - Planalto Ayrton Sena
12 - Cambéba	12 - Cristo Redentor
13 - Parque Iracema	13 - Floresta
14 - Parque Manibura	14 - Cais do Porto
15 - Cidade dos Funcionários	15 - Barroso
16 - Eng. Luciano Cavalcante	16 - Aeroporto (Base Aérea)
17 - Papicu	17 - Barra do Ceará
18 - Joaquim Távora	18 - Ancuri
19 - Benfica	19 - Jangurussu
20 - São Gerardo	20 - Pq. São José
21 - José de Alencar	21 - Pici
22 - Manuel Dias Branco	22 - Pedras
23 - Parreão	23 - Quintino Cunha
24 - Parquelândia	24 - Pq. Santa Rosa
25 - José Bonifácio	25 - Bonsucesso
26 - Amadeu Furtado	26 - São Bento
27 - Centro	27 - Guajeru
28 - Damas	28 - Passaré
29 - Cidade 2000	29 - Couto Ferandes
30 - Parque Araxá	30 - Padre Andrade

LEGENDA

- Bairro com maior renda
- Bairro com menor renda
- Assentamento subnormal

Fonte: Adaptado de PMF(20120) e IPECE (2012).

## 5 ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS

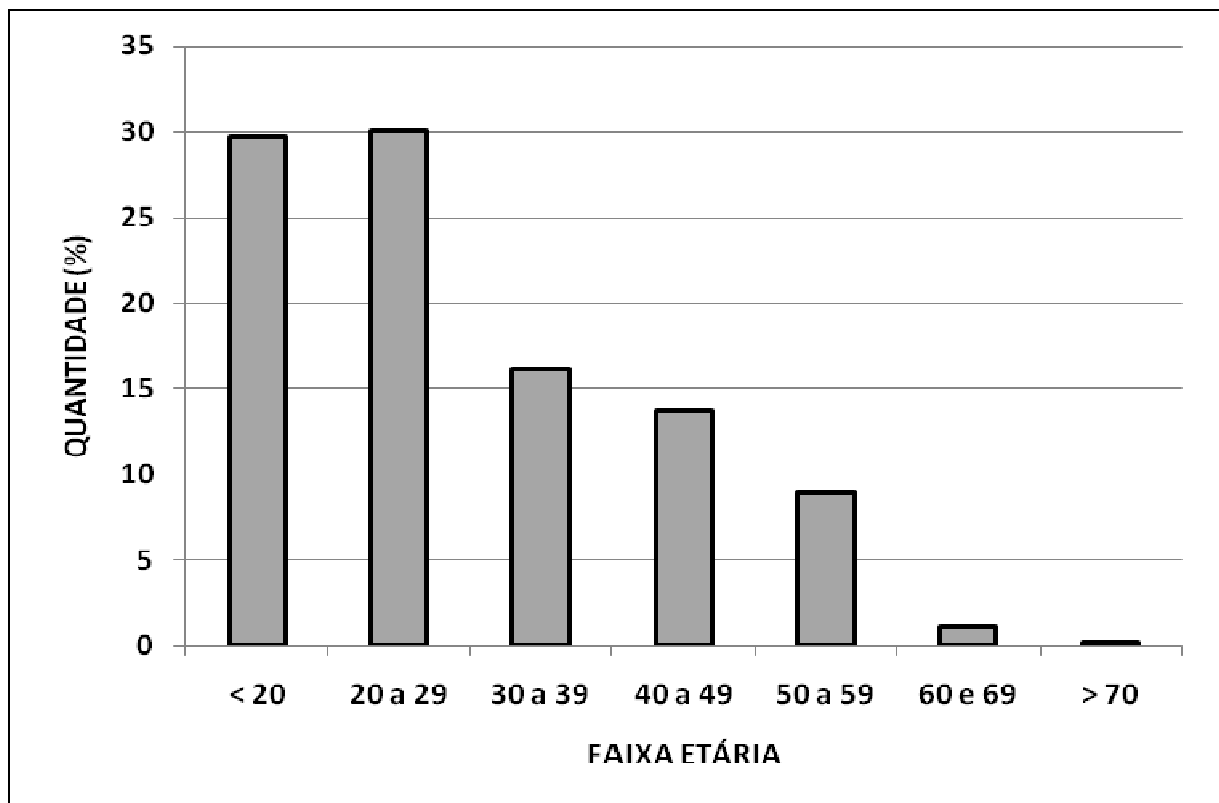
Para conhecer a opinião dos moradores a respeito dos diversos bairros da cidade foi elaborado e aplicado questionário com questões fechadas e abertas abordando temas relacionados à qualidade ambiental urbana, transporte público, segurança pública, pavimentação e acessibilidade das calçadas, ruas e avenidas, assim como a existência de praças, parques ou áreas de lazer.

A pesquisa foi realizada com 532 moradores das cidades de Fortaleza, onde 54% eram do sexo feminino e 46% do sexo masculino. A faixa etária está apresentada no Gráfico 2.

Dos 119 bairros da cidade, 104 foram representados na pesquisa, o que corresponde a 87% dos bairros de Fortaleza, com pelo menos um questionário respondido.

As informações coletadas por meio desta pesquisa direta serão representadas por gráficos e a respectiva análise procurará destacar de forma sintética os temas abordados:

Gráfico 2 - Faixa etária dos entrevistados – Fortaleza (CE)

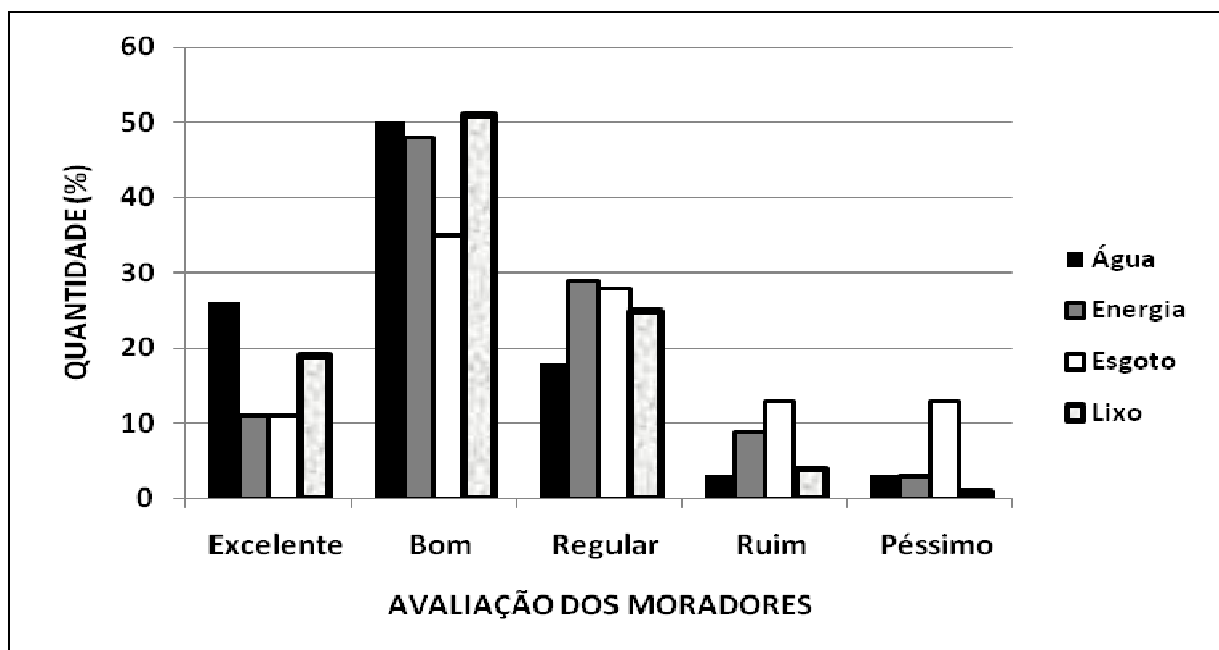


Fonte: Pesquisa Direta – Lima, P.C.C. 2012.

Observa-se que 30% dos entrevistados estavam na faixa etária entre 20 e 29 anos e 30% na faixa estaria abaixo de 20 anos. Somente 1 entrevistado estava na faixa etária acima de 70 anos. Esses dados demonstram que os entrevistados estão bem distribuídos por idade o que traz diferentes opiniões, as quais muitas vezes, podem estar relacionadas a grupos etários

No que se refere a fornecimento de água tratada, iluminação pública, e coleta de lixo, aproximadamente 50% dos moradores avaliam esse serviço como bom. Entretanto, o esgoto não foi bem avaliado, poucos o identificaram como excelente ou bom, e na classe de serviços ruim ou péssimo o esgoto foi o que teve mais citação (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Opinião dos entrevistados sobre os serviços de água, energia, esgoto e coleta de lixo nos bairros – Fortaleza (CE)

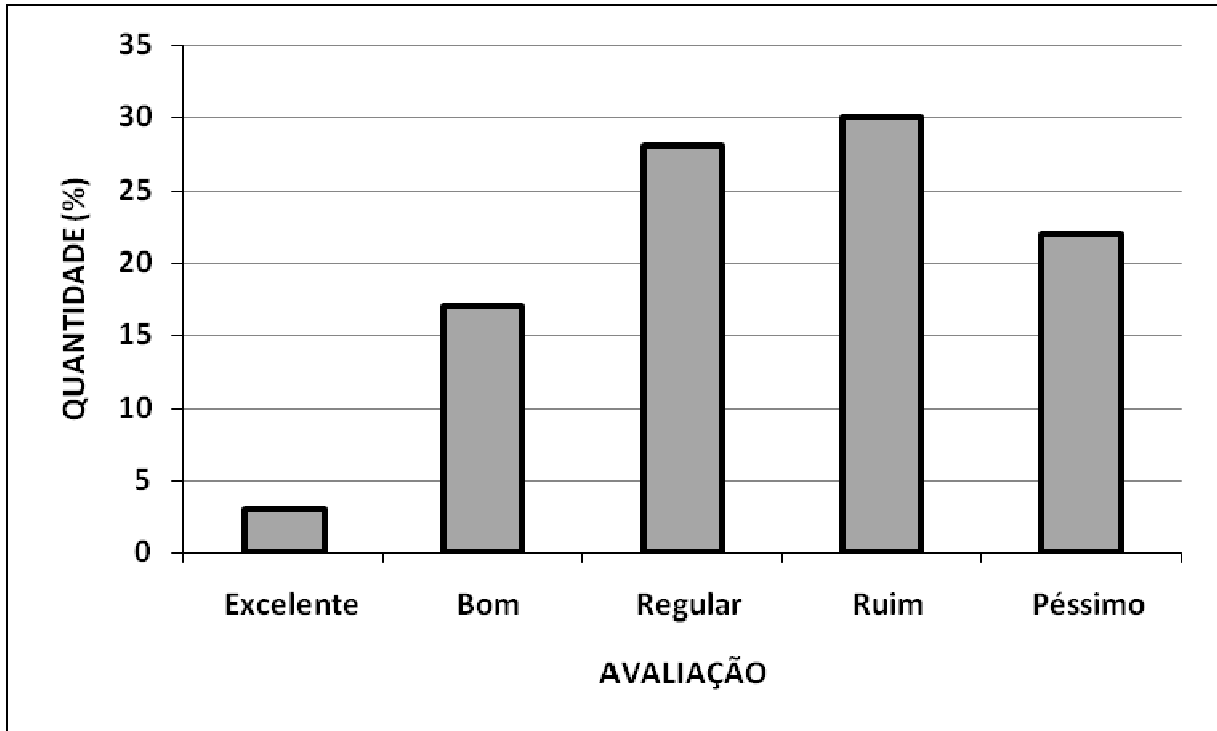


Fonte: Pesquisa Direta – Lima, P.C.C. 2012.

Outra questão analisada foi a acessibilidade das calçadas e passeios públicos da cidade, haja vista que, nas últimas décadas, essa questão tem sido alvo de preocupação na mídia falada e escrita, o que está refletida na fala dos entrevistados. O principal problema é o fato das calçadas e passeios não garantirem a inclusão de toda população, pois, muitas vezes, impede a acessibilidade.

No Gráfico 4 são apresentadas a avaliação dos moradores quanto às questões de acessibilidade de calçadas e passeios.

Gráfico 4 - Opinião dos entrevistados sobre a acessibilidade de calçadas e passeios  
– Fortaleza (CE)



Fonte: Pesquisa Direta – Lima, P.C.C. 2012.

Observa-se que menos de 5% dos moradores avaliaram como excelente à acessibilidade de calçadas e passeios e mais de 50% avaliaram como ruins ou péssimas.

Em diversos locais da cidade observam-se problemas no que se refere à acessibilidade nas calçadas e passeios, não somente por parte da população, mas também, do poder público que ignora, em muitos casos, a necessidade e o direito de inclusão de toda população.

Um desses exemplos pode ser encontrado no cruzamento da Avenida Antônio Sales com a Rua Nogueira Acioly, O nível do asfalto ficou mais alto que a calçada, criando um obstáculo e Figura 26.

Figura 26 - Acessibilidade de Calçadas e Passeios



Fonte: Melo, 2011.

Outros exemplos desse desrespeito são os constantes obstáculos colocados nas calçadas como containers e estacionamentos irregulares nas calçadas. As imagens foram feitas na Avenida Antônio Sales, esquina com a Rua Monsenhor Bruno (Figura 27a) e na Av. Padre Antonio Tomás, entre as ruas Joaquim Nabuco e Oswaldo Cruz (Figura 27b).

Figura 27 – Obstáculos nas Calçadas



Fonte: Diário do Nordeste

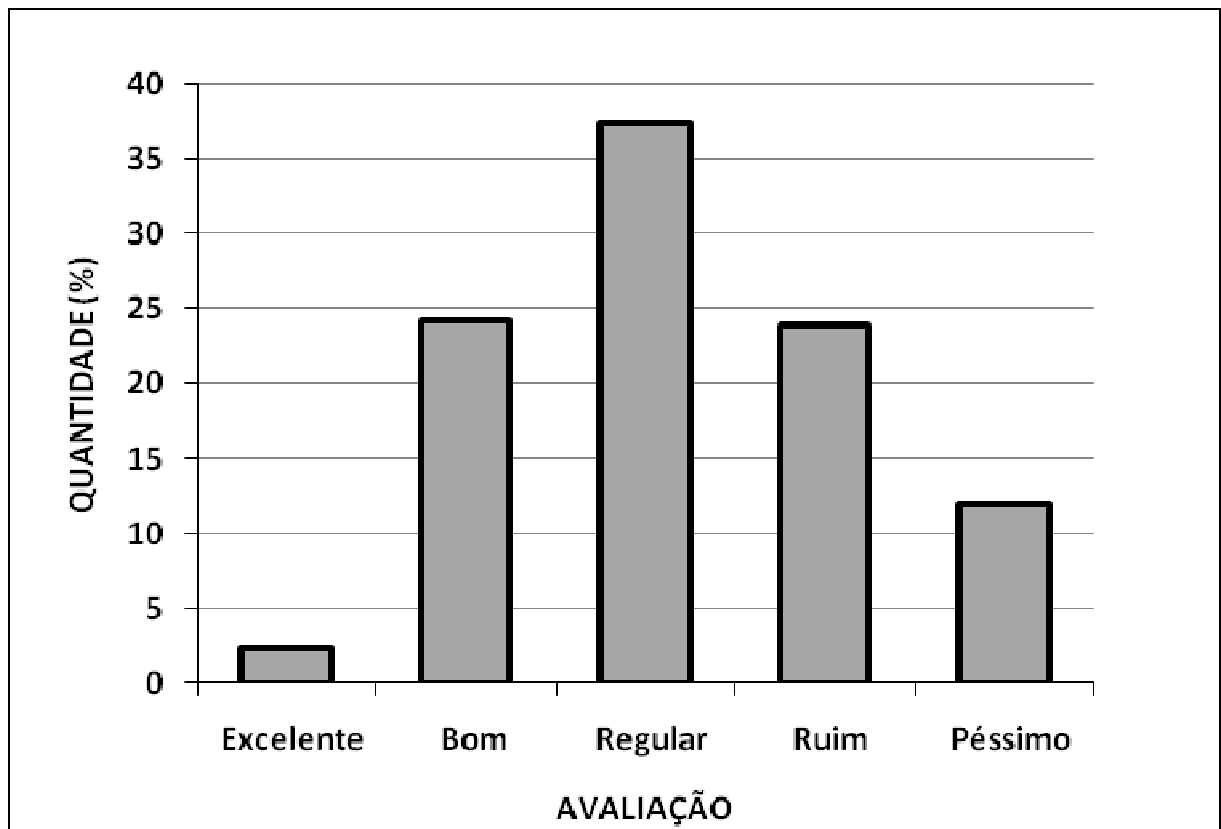


Fonte: Tribuna do Ceará - Wiarlen Ribeiro

O que se observa, em todos os bairros da cidade, é a total inadequação do espaço urbano e o total desrespeito ao direito de ir e vir, impedido parte da população ao convívio social.

A opinião dos moradores a respeito da situação da pavimentação das ruas e avenidas está apresentada no Gráfico 5.

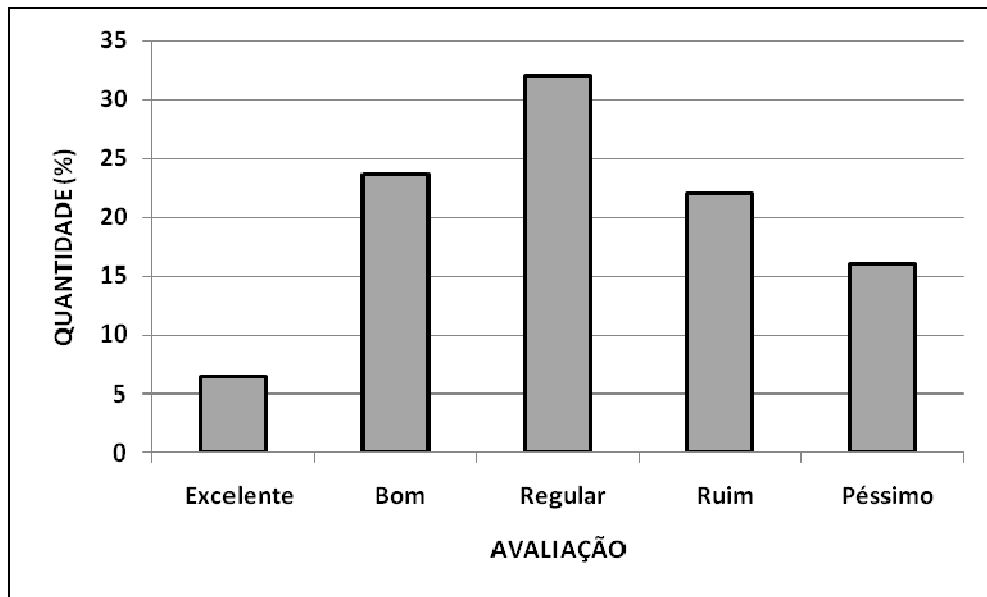
Gráfico 5 - Opinião dos entrevistados sobre a pavimentação de ruas e avenidas – Fortaleza (CE)



Fonte: Pesquisa Direta – Lima, P.C.C. 2012.

Nota-se que quase 40% dos entrevistados consideram as condições das ruas e avenidas regulares e 36% regular ou ruim. Destaque merece ser dado para o percentual de quase 25% dos entrevistados que avaliaram a pavimentação do seu bairro como boa. Essa não é a situação observada em grande parte da cidade. No momento da pesquisa foram realizadas visitas a quase todos os bairros e poucos apresentam condições de pavimentação satisfatória.

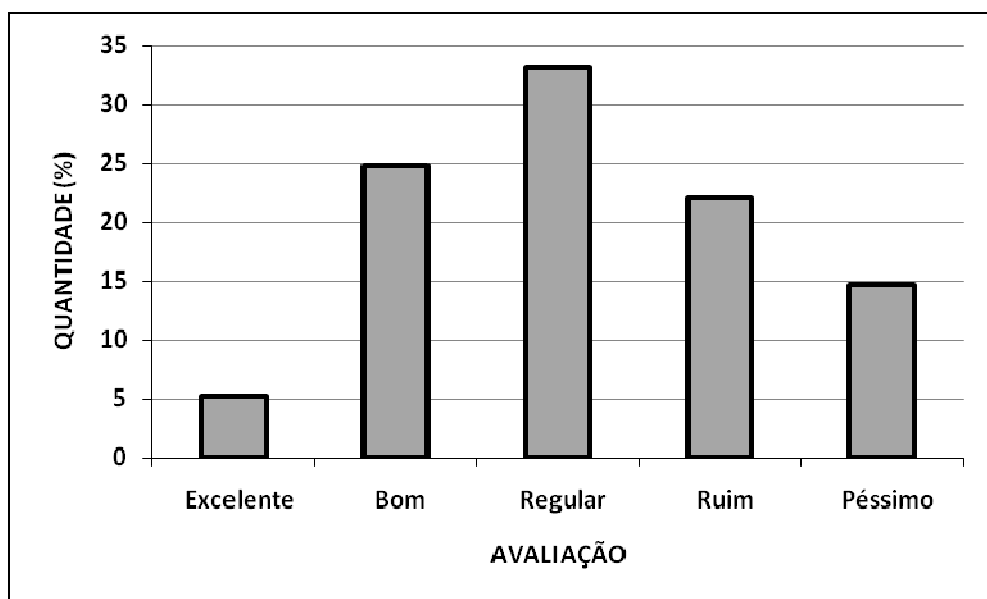
Gráfico 6 - Opinião dos entrevistados sobre a situação do trânsito – Fortaleza (CE)



Fonte: Pesquisa Direta – Lima, P.C.C. 2012.

Observa-se por meio das respostas dos entrevistados que mesmo o trânsito de Fortaleza já se mostrar um grave problema para a mobilidade nos mais diversos bairros, mais de 30% dos entrevistados o consideram excelente ou bom.

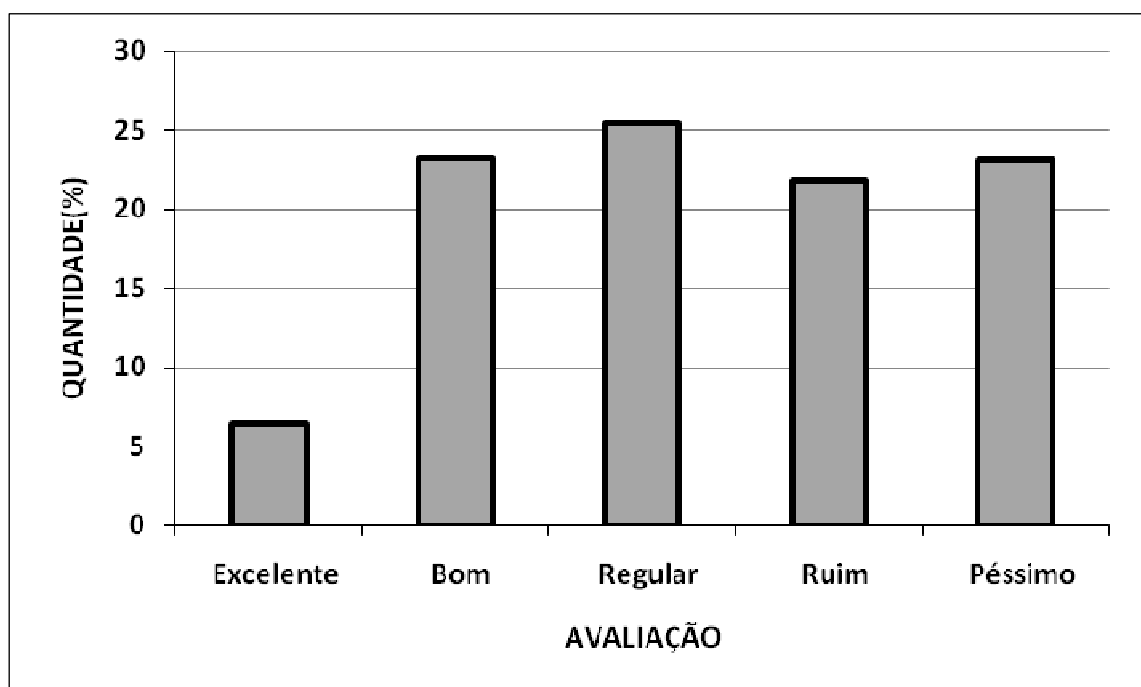
Gráfico 7 - Opinião dos entrevistados sobre os alagamentos - Fortaleza (CE)



Fonte: Pesquisa Direta – Lima, P.C.C. 2012.

De acordo com (Fortaleza, 2012) a Secretária do Meio Ambiente do Município de Fortaleza lançou o Programa Adote o Verde, em uma ação integrada entre as Secretarias Regionais e Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente, possibilitando que canteiros, praças e parques sejam implantados, reformados e mantidos pela iniciativa privada. São mais de 130 adotantes dentre as 475 praças existentes na cidade (Gráfico 8).

Gráfico 8 – Opinião dos entrevistados sobre praças, parques e áreas de lazer– Fortaleza (CE)

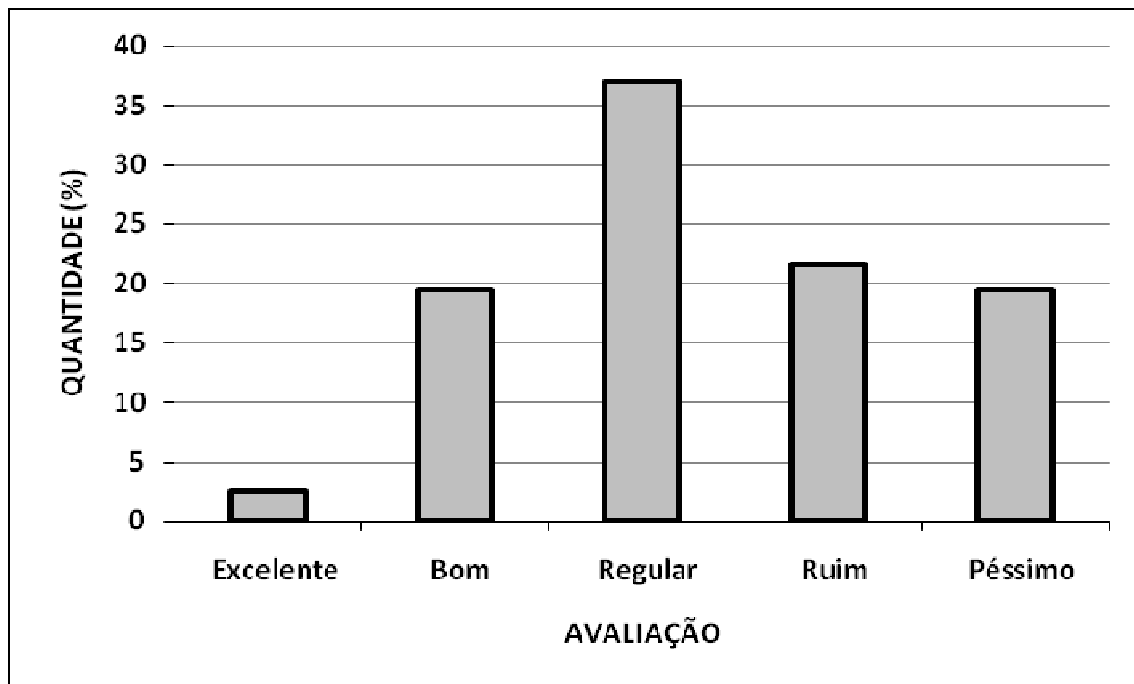


Fonte: Pesquisa Direta – Lima, P.C.C. 2012.

Observa-se que um pouco mais de 5% dos moradores avaliaram esse item como excelente. No entanto, mais de 60% avaliaram que a situação das praças, parques e áreas de lazer estão em condições regulares, ruins ou péssimas.

Na realidade, não se encontra, na cidade de Fortaleza espaços e áreas reservadas para lazer dos moradores, o que se observa, na maioria dos bairros, é a existência de áreas sem as mínimas condições de uso e sem segurança.

Gráfico 9 - Opinião dos entrevistados sobre existência de postos de saúde e hospitais – Fortaleza (CE)



Fonte: Pesquisa Direta – Lima, P.C.C. 2012.

Quando perguntados a respeito da existência de postos de saúde e hospitais, somente 3% dos moradores avaliou como excelente e mais de 35% como regular. Nota-se que para as avaliações bom, ruim e péssimo as avaliações ficaram próximas a 20%. O que mostra que os serviços públicos de saúde, também, não estão distribuídos por toda a cidade.

No que se refere à existência de favelas, 85% dos entrevistados responderam que em seu bairro existem assentamentos subnormais(favelas).

Estas afirmações são corroboradas com as pesquisas de Mota (2007) que ao analisar existência de favelas às margens de trilhos em Fortaleza - CE e a política de urbanização de áreas de risco destaca que,

Em Fortaleza, a retirada de famílias de zonas de risco e relocação em áreas seguras, providas de mínimas condições de moradia digna para seus habitantes constituíram uma solução mais apropriada para dar vazão aos projetos modernizadores do que para enfrentar a problemática habitacional das famílias de mais baixa renda. A construção de casas populares em regime de mutirões também se revelou uma solução real para todas as famílias que puderam assim ter acesso a uma moradia, mas insuficiente ante a demanda e às condições de habitação de milhares de famílias pobres.

Dentro dessa mesma perspectiva crítica sobre as condições de moradia na cidade de Fortaleza, temos o que segue, onde Guerra & Mota (2007) destaca que:

... o adensamento urbano em Fortaleza e mesmo no entorno mais imediato, o preço dos terrenos e dos alugueis, a inexistência de políticas mais amplas de habitação tem levado os moradores a se instalar em áreas cada vez mais precárias... o que se chamava inicialmente favela, com os processos de urbanização e de instalação de serviços urbanos (luz, telefonia, comércios, transporte) foi se desenvolvendo e ganhando aparência muito mais de bairro popular.

De acordo com dados do IBGE (2010) naquele ano, as cinco cidades brasileiras com maior número de aglomerados subnormais, em ordem decrescente, eram: São Paulo (612), Rio de Janeiro (513), Fortaleza (157), Guarulhos (136) e Curitiba (122). Esses dados, mesmo apresentando certa dinamicidade, mostram que as ações do poder público não estão sendo suficientes para solucionar ou pelo menos diminuir a existência desses aglomerados.

Essa situação pode ser observada nas visitas realizadas no período da pesquisa, em diversos bairros da cidade de Fortaleza (Figura 49).

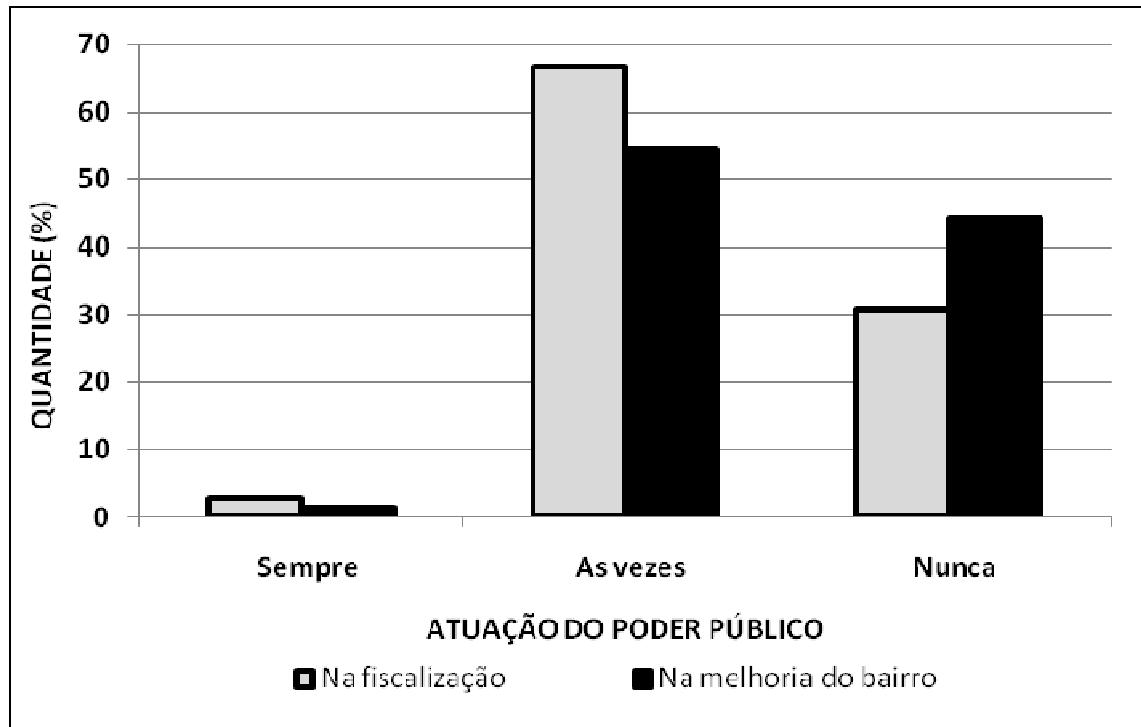
Figura 28 - Aglomerado subnormal no bairro Cais do Porto.



Fonte: Lima, P.C.C., 2013

No Gráfico 10 é apresentada a opinião dos moradores no que se refere à atuação do poder público na fiscalização e melhoria do bairro

Gráfico 10 – Atuação do Poder Público na fiscalização e melhoria do bairro



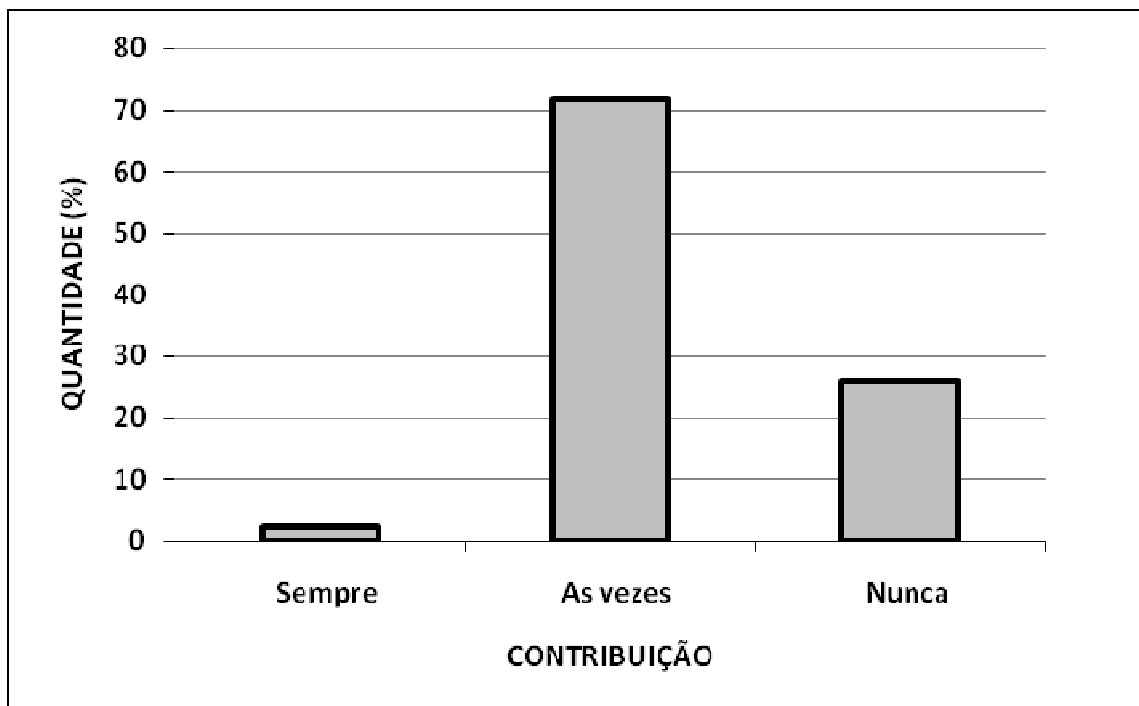
Fonte: Pesquisa Direta – Lima, P.C.C. 2012.

Quando indagados sobre a atuação do poder público, observa-se que, na opinião da maioria dos moradores dos diversos bairros de Fortaleza, o poder público atua somente “às vezes” na fiscalização e na melhoria do bairro. Para outro percentual significativo de moradores (30,8%), o poder público não tem nenhuma atuação, nem na fiscalização para o cumprimento das normas e leis, assim como na ausência de contribuição para a melhoria do bairro (44,2%), conforme mostrado no Gráfico 10.

Sobre a contribuição dos mesmos para a conservação do meio ambiente e dos bens públicos do bairro, a maioria dos moradores (73%) respondeu que, somente às vezes, existe uma contribuição mais efetiva por parte dos moradores (Gráfico 11).

Observa-se que somente para 2,3% dos entrevistados os moradores contribuem significativamente para a conservação bens públicos do bairro e do meio ambiente.

Gráfico 11 – Opinião sobre a contribuição dos Moradores – Fortaleza (CE)



Fonte: Pesquisa Direta – Lima, P.C.C. 2012.

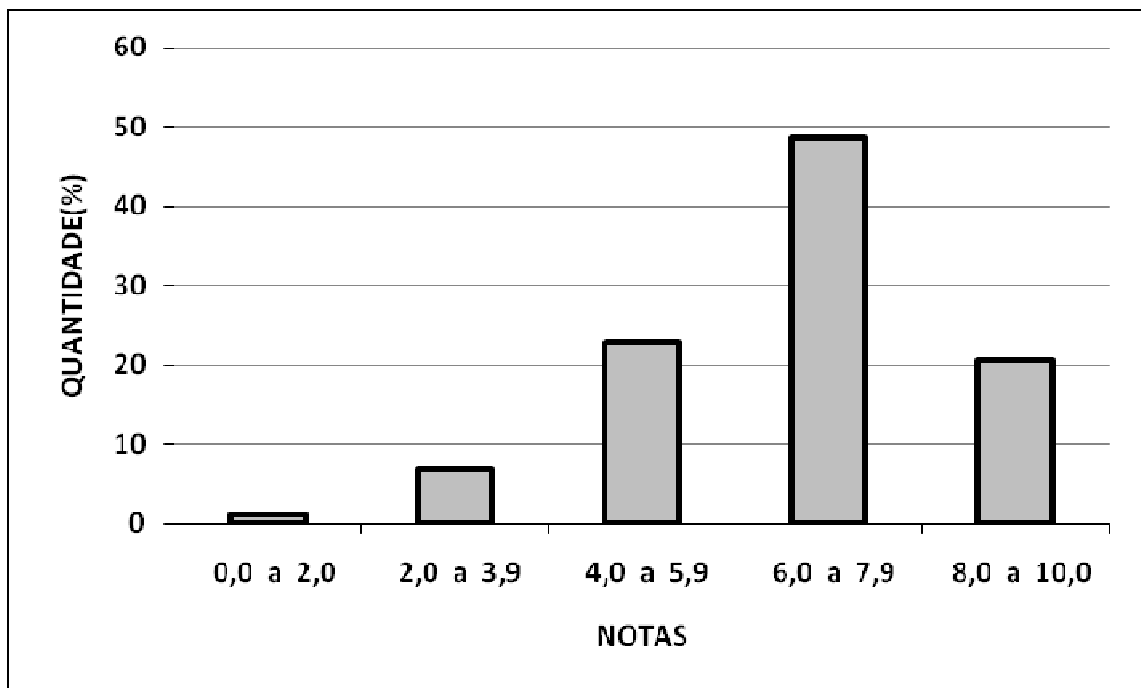
Observa-se que somente para 2,3% dos entrevistados os moradores contribuem significativamente para a conservação bens públicos do bairro e do meio ambiente.

Essa opinião revela o fato de que é plenamente perceptivo em todos os pontos da cidade, com depredações, pichações, uso indevido de equipamentos e espaços públicos.

Quando solicitados aos entrevistados para darem uma nota para o bairro, um pouco menos de 50% dos moradores, atribui uma nota entre 6,0 e 7,9 para o seu bairro (Gráfico 12).

Para essa faixa (6,0 e 7,9), os bairros mais citados foram: Montese (14); Vila Velha (13); Messejana (11); Barro do Ceará (9); Fátima (9); Joaquim Távora (9); Benfica (9); Jacarecanga (7) e Parangaba (7).

Gráfico 12 – Avaliação dos Bairros pelos entrevistados – Fortaleza (CE)



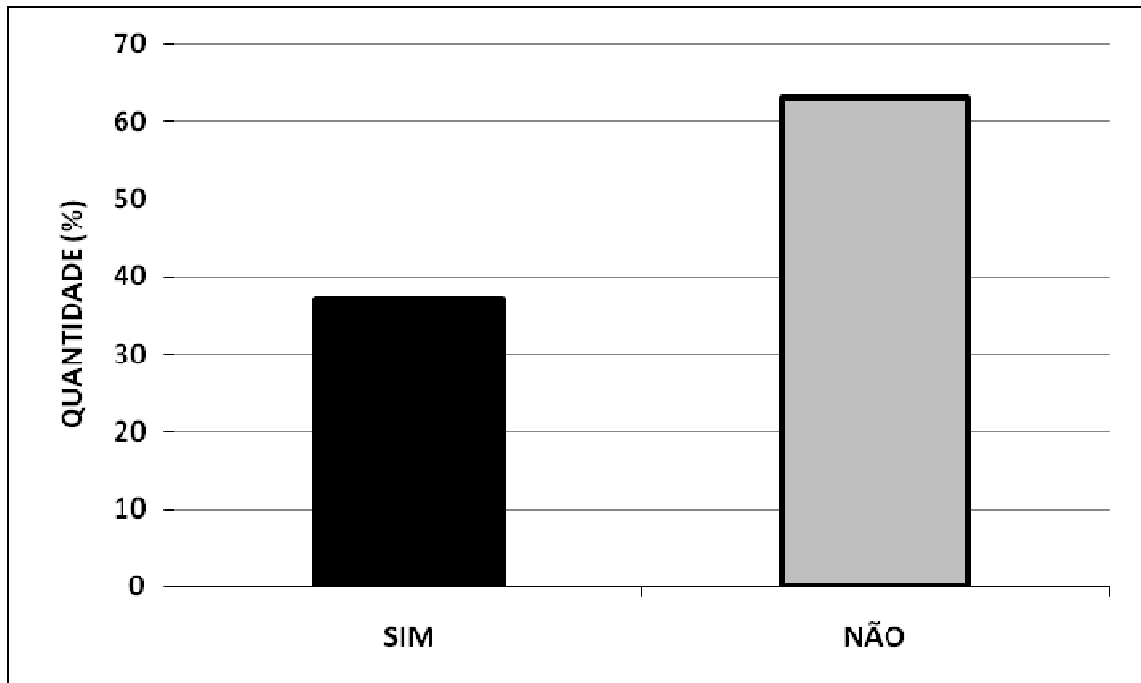
Fonte: Pesquisa Direta – Lima, P.C.C. 2012.

Na faixa de notas entre 8,0 e 10,0, foram citados 53 bairros pelos moradores. Destaques para os bairros do Montese(11), Aldeota(4) e Benfica (4). Vale salientar que a única nota 10,0 atribuída na pesquisa foi de um morador do bairro Floresta. Esse bairro foi classificado pelo IPECE (2012) como sendo o 13º bairro mais pobre de Fortaleza.

Para a faixa mais baixa, entre 0,0 e 2,0, foram citados os seguintes bairros: Bom Jardim; Cristo Redentor; Demócrito Rocha; Maraponga; Bom Sucesso; Cajazeiras; Cidade dos Funcionários; Damas; Floresta; Granja Portugal; Henrique Jorge; Messejana; Salinas e Vila Manoel Sátiro.

Na última pergunta do questionário o morador era solicitado a responder se o bairro dele já foi, em algum momento, “melhor” do que nos dias atuais. As respostas estão demonstradas no Gráfico 13.

Gráfico 13 – Opinião dos entrevistados se o seu bairro já foi melhor do que hoje – Fortaleza (CE)

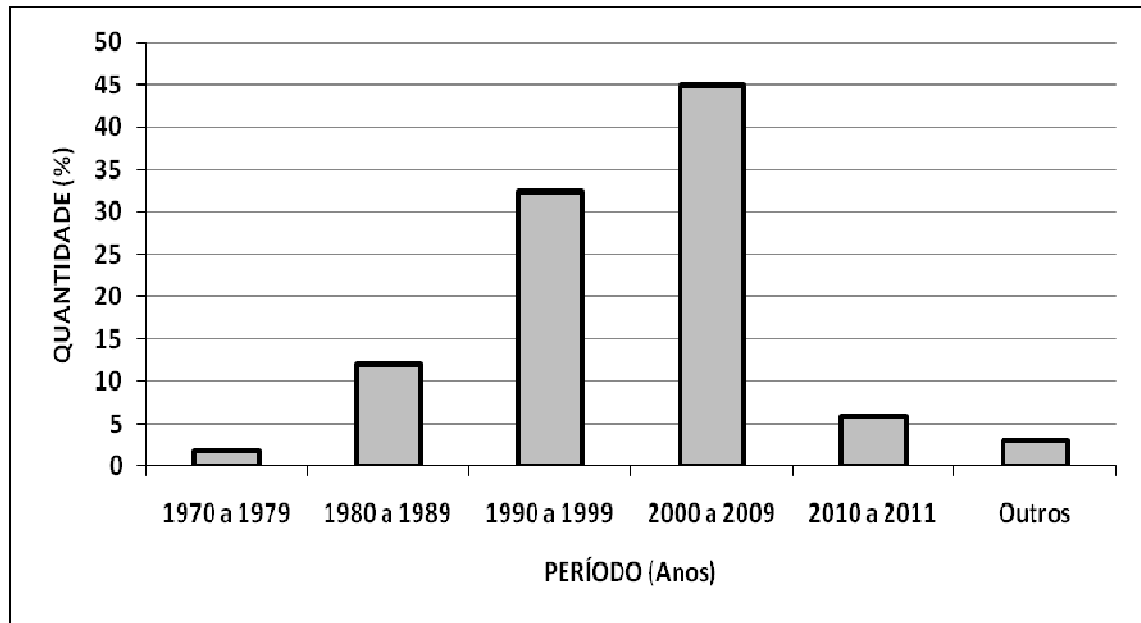


Fonte: Pesquisa Direta – Lima, P.C.C. 2012.

Observa-se que para 63% dos entrevistados, mesmo os bairros possuindo uma série de necessidades, no que se refere à acessibilidade das calçadas e passeios segurança, ao transporte, a drenagem urbana (alagamentos), ao fornecimento de água tratada, ao tratamento de esgoto, à precariedade ou inexistências de praças, parques ou áreas de lazer, à pavimentação e acessibilidades das ruas e avenidas, e a situação de congestionamentos do trânsito, estão, atualmente, em melhores condições do que no passado.

Para os outros moradores que dizem que o bairro já foi melhor do que os dias atuais, 45% cita o período entre os anos 2000 e 2009 (Gráfico 14).

Gráfico 14 – Opinião dos entrevistados sobre o período de melhores condições dos bairros – Fortaleza (CE)



Fonte: Pesquisa Direta – Lima, P.C.C. 2012.

Observa-se que para 6% dos entrevistados o bairro piorou apenas a partir do ano de 2012.

Para a maioria dos moradores a segurança pública foi o que mais contribuiu para o agravamento das condições do bairro

A seguir são destacadas as opiniões de alguns moradores:

“O bairro Benfica AINDA é um local agradável de morar, porém muitas mudanças ocorreram. Nos dias atuais a sensação de insegurança é muito grande. Crescente alteração em seu panorama com infinidades de construções de edifícios e desaparecimento de casas antigas para o surgimento de prédios comerciais. Grandes congestionamentos de automóveis impossibilitando maior circulação, bem como depredação de praças e de outros espaços públicos.”

“A segurança no bairro já foi muito boa. Havia assaltos com muito pouca ou nenhuma frequência. A situação piorou após a mudança de diversas famílias de baixa renda para a área (não sei dizer qual a proveniência destas), o que acabou se tornando uma área tomada pela marginalidade, uso de drogas...”

“Apesar de fazer parte da chamada Zona Leste da cidade, de ser caracterizado por um bairro de moradores que se situam na chama classe média e alta, o bairro ainda carece de muitas coisas. A segurança, assim como o resto da cidade vem piorando muito. Há no bairro uma particularidade no que diz respeito ao transporte urbano – as linhas

oriundas dos terminais que interligam o Antônio Bezerra e a Parangaba (incluindo o Terminal da Lagoa) ao Papicu, Iguatemi e Unifor, que utilizam o corredor da Oliveira Paiva como principal via no bairro, ofertam grande quantidade de veículos em todas elas, o que não significa garantia de cumprimento de horários, muito menos de conforto. Já as linhas que servem o bairro a partir do centro da cidade, a saber, Cidade dos Funcionários e Sítio São José, são linhas péssimas para o usuário, uma vez que existem poucos veículos circulando, acarretando enorme tempo gasto ao se servir destas linhas, além de estarem muito lotados nos horários de pico...”

“A segurança do bairro tem se tornado crítica. Antigamente a notícia de assaltos a mão armada ou furtos eram menos freqüente, e crimes maiores não existiam. Hoje assaltos de grande porte não são mais assuntos raros, os moradores vivem trancados em suas casas com receio de a qualquer instante serem abordados por ladrões que utilizam a tática do seqüestro relâmpago como principal modos operandi.”

A opinião dos 532 moradores dos diversos bairros da cidade de Fortaleza ajudou a entender como as ações, projetos, políticas e planos acontecem em toda a cidade.

A partir de tais informações pode-se observar que muitas das ações planejadas e divulgadas não ocorrem de forma satisfatória e uniforme, em todos os setores da cidade, fazendo que parte da população seja excluída não tendo acesso a uma série de bens e serviços ofertados e possa usufruir plenamente a cidadania e seus direitos à cidade.

Alguns problemas são gerais e toda a população da cidade sente seus efeitos, como é o caso da segurança pública. No entanto, o que se observa é que, a violência mesmo espalhada por todos os recantos da cidade, em alguns lugares se apresenta de forma mais grave e constante, pois é negligenciada por parte do poder público e sequer é notícia nos meios de comunicação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo estudo desenvolvido, constatou-se que Fortaleza passou por um longo período, que vai desde sua fundação até meados do século XX, apresentando crescimento urbano de forma gradativa e muito lenta.

As grandes transformações urbanas, ocorreram de forma acelerada nos últimos cinquenta anos. A relação espaço-tempo, na produção do espaço urbano, foi um elemento de reflexão essencial nesta tese. Nesse sentido, é preciso considerar que a velocidade dessas transformações causam fortes impactos na cidade. A partir dos anos de 1990 o crescimento urbano e, sobretudo, o uso e a ocupação do solo ocorreu de forma muito acelerada e atingiu grande parte dos 314,93 km<sup>2</sup> de extensão territorial do município. Assim, a cidade de Fortaleza se transformou, e passou a ter quase a totalidade do seu território, em área urbana.

Os serviços e equipamentos urbanos renovam-se ou multiplicam-se, principalmente, na zona leste da cidade que é um setor extremamente valorizado, notadamente pela especulação imobiliária. Já nas zonas periféricas, constata-se a precariedade ou inexistência dos principais serviços e equipamentos urbanos.

O individualismo, a banalidade, a impessoalidade das relações sociais é a marca registrada dos dias atuais. Essas são as características mais presentes nas grandes cidades e são, facilmente, observada em Fortaleza. A cidade destituiu-se de sua humanidade, incorporando para si a imagem do mercado, e tomando isso como civilidade. Na realidade, essa é a imagem idealizada com base no capitalismo, que vem, paulatinamente, desvalorizando dos espaços coletivos e destruindo a imagem da cidade como lugar de encontro e convivência.

Além da crítica teórica sobre a realidade socioespacial de Fortaleza esta pesquisa demandava a coleta da opinião dos moradores para fortalecimento das nossas análises e conclusões, neste sentido, foi de extrema importância à realização de uma pesquisa direta junto à população local.

Baseado nas informações obtidas junto aos moradores da cidade foi possível identificar que, no que se refere ao fornecimento de água tratada, iluminação pública, e coleta de lixo, mais de 50% dos moradores avaliaram esses serviços como bons ou excelentes. Entretanto, o tratamento de esgoto não teve avaliação positiva, pois, poucos o identificaram como excelente ou bom. Na classe de serviços o tratamento de esgoto foi o que teve mais citação como ruim ou

péssimo. O resultado dessa avaliação já era esperado, haja vista que a cidade de Fortaleza possui apenas 48% de cobertura de esgoto.

A acessibilidade das calçadas e passeios públicos da cidade foi, também, avaliada como ruim ou péssima por mais da metade dos entrevistados. O principal problema é o fato de que as calçadas e os passeios não garantem a inclusão de toda população, pois, muitas vezes, impossibilita ou restringe o direito de ir e vir dos moradores.

Observa-se, pelos depoimentos, que as questões de mobilidade e drenagem urbana, ainda não são vistas como grave problema da cidade para a maioria dos entrevistados. As respostas foram muito parecidas, com mais da metade avaliando como regular ou bom. Contudo, observou-se durante os trabalhos de campo, que tanto a mobilidade como a drenagem urbana apresentam sérios problemas que comprometem a qualidade ambiental e de vida da população.

No que tange ao transporte público, por exemplo, os depoimentos coletados revelam que 68% dos moradores da cidade avaliam como bom ou regular. Essa avaliação, diverge, também, das observações em campo e nas constantes reclamações feitas pela população nos diversos meios de comunicação.

A segurança pública foi o item com avaliação mais negativa, por parte dos moradores. Somente 1% dos entrevistados avaliou como excelente e, 69% como regular ou ruim. De qualquer forma, esse percentual poderia ter sido bem maior, pois de acordo com o relatório do Conselho Cidadão para a Segurança Pública e Justiça Penal, que é uma Organização Não-Governamental (ONG) sediada no México, desde 2002, e veiculado no O Povo (2013), a cidade de Fortaleza figura entre as mais perigosas do país e aparece entre as 13 cidades mais violentas do mundo.

Apesar de todas as avaliações anteriores, quando o morador é solicitado a avaliar o seu bairro, quase 70% atribuem notas entre 6,0 e 10,0. Na faixa entre 8,0 e 10,0, foram citados 53 bairros. Destaques para os bairros do Montese (11), Aldeota(4) e Benfica (4).

Para 63% dos entrevistados, apesar de todos os problemas, seus bairros estão em melhores condições do que no passado. Essa opinião revela um sentimento de pertencimento ao lugar, isso porque, o lugar é o mundo vivido e, desse modo, as pessoas ao se identificarem com ele, defendem, respeitam e, muitas vezes, resistem em fazer uma crítica mais efetiva temendo denegrir o lugar onde mora.

No momento em que a cidade se prepara para oferecer espetáculos e atividades esportivas internacionais, com a construção e reformas de estádios, alargamentos de avenidas, construção de túneis e viadutos, preparando-se para a Copa de 2014, observa-se no entorno desses grandes empreendimentos moradias sem as mínimas condições de infraestrutura. Essas contradições são retratadas na paisagem urbana e facilmente observadas por qualquer morador, e, até mesmo, pelos turistas. Tudo isso acaba revelando os conflitos socioespaciais existentes na cidade. Sendo assim, os impactos ambientais aparecem “como a síntese contraditória entre o natural e o social; e a cidade, por sua vez, pode ser entendida como uma das expressões mais contundentes desse conflito.” (ORTIGOZA, 2007).

Cabe ressaltar que, no caso da cidade de Fortaleza, o mau uso do recurso público acaba impossibilitando uma vida mais digna e saudável para seus moradores. Existe uma tendência na gestão pública de Fortaleza em encontrar soluções para os problemas que acabam criando outros. Retomando o caso da necessidade premente de melhoria da mobilidade urbana, o poder público apresenta como solução para este problema várias intervenções em áreas de relevante valor cultural e natural, como está ocorrendo, atualmente, com o Parque Ecológico do Rio Cocó desconsiderando que o mesmo é uma área de conservação e que necessita do desenvolvimento de planos de manejo e de gestão, assim como dos estudos de impacto ambiental e de vizinhança necessários para as possíveis intervenções.

A cidade apresenta grandes desafios para que consiga crescer de forma sustentável, pois possui problemas históricos no que se refere à infraestrutura urbana, sistemas de transportes, abastecimento de água, energia, tratamento de esgoto e limpeza pública. Somado a todos esses problemas, surgiu de forma rápida e notória, o problema de violência e criminalidade, como nunca tinha se visto antes.

A fragmentação urbana na cidade de Fortaleza apresenta-se a cada dia em patamares crescentes revelada em um processo de segregação socioespacial contínuo. Esta segregação tem sido decisiva na reprodução da miséria e da desigualdade social. Dessa forma, esta realidade urbana de Fortaleza tem gerado graves prejuízos ambientais, haja vista, a tendência de fixação das populações carentes nas margens dos rios, lagoas, baixios, dunas, criando assim as áreas de risco. Essa informação foi ratificada quando 85% dos entrevistados citaram a existência de aglomerados subnormais (favelas) em seus bairros.

Quando indagados sobre a atuação do poder público, observou-se que para um percentual significativo de moradores (30,8%) o poder público não tem nenhuma atuação, nem na fiscalização para o cumprimento das normas e leis, e nem na contribuição para a melhoria do bairro (44,2%).

Várias ações no contexto urbano-ambiental precisam ser colocadas em prática na cidade de Fortaleza. Uma delas é a regulamentação do Plano Diretor que foi aprovado em 2009. No entanto, o que se espera é que as leis vinculadas a este plano sejam elaboradas, aplicadas e fiscalizadas. Nesse sentido, seria imprescindível a regulamentação das diversas leis, principalmente o Plano de Mobilidade, a Lei de Uso e Ocupação do Solo e o Código Florestal.

O ordenamento do espaço urbano da cidade de Fortaleza deve ser recuperado por meio de uma urbanização que considere as reais necessidades dos seus habitantes. A convivência entre as pessoas que habitam a cidade pode ser melhorada por meio da reestruturação da cidade, minimizando assim, as barreiras existentes entre o individual e o coletivo, entre o público e o privado.

Esse comportamento caracteriza a relação entre o processo de urbanização e a produção do espaço na cidade de Fortaleza, o que compromete a organização físico-ambiental e provoca impactos sobre a vida da população urbana.

O que se observa é que as políticas públicas, até então adotadas para a cidade de Fortaleza não conseguiram, ao longo dos anos, se mostrarem eficientes e eficazes para controlar o uso e a ocupação do solo. Se por um lado ocorre a especulação imobiliária do setor da construção civil, forçando que diversos espaços, existentes na cidade, adquiram um valor agregado para que possam, acima de tudo, obter grandes lucros, do outro lado surge a população carente que, sem moradia, ocupam os espaços não “descobertos” pelos especuladores, e que não possuem o mínimo de infraestrutura de bens e serviços.

Encerramos a reflexão sobre a produção do espaço urbano de Fortaleza, com a clareza de que, a partir das análises empreendidas durante o desenvolvimento da pesquisa, o poder público, apesar da existência das políticas, projetos, planos diretores e demais instrumentos de planejamento urbano, vem se mostrando incapaz de minimizar os impactos socioespaciais e resolver os diversos problemas que surgem e se agravam, constantemente, para os moradores da cidade de Fortaleza.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. G.; ROSEN, T. J. Desenvolvimento Urbano e a Questão ambiental no Estado do Ceará. p.67-115. In: **Fórum Sociedade Civil Cearense sobre meio ambiente e desenvolvimento. Diagnóstico sócio-ambiental do Estado do Ceará: o olhar da sociedade civil.** Fortaleza: BNB, 1993. 200p.

ARAÚJO, A. M. M. **Os êxodos dos trabalhadores rurais para as cidades à luz de Lefèbvre.** 2002. p.130-152. In: CARLEIAL, A. N. (Org.) et al. **Transições Migratórias.** Fortaleza: IPLANCE, 2002.

\_\_\_\_\_. **Fortaleza, Metrópole Regional: moradia e acumulação.** Fortaleza: EDUECE, 2010.

ARAÚJO, A. M. M.; CARLEIAL, A. N. **Opulência e miséria nos bairros de Fortaleza. (Ceará/Brasil).** Cripta Nova, Barcelona, v. VIII, n. 146, ago. 2003.

BARBOSA, V. (Org. e compilação). **Brasil, regiões, população (Censo 2010). Pesquisa Escolar Online,** Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: [http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=878&Itemid=1](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=878&Itemid=1). Acesso em: 10/08/2012.

BARBOSA, L. A. **A produção e o consumo do espaço da habitação no setor imobiliário em Limeira-SP.** Doutorado em Geografia. Rio Claro: UNESP/IGCE, 2010.

BARREIRA, I. A. F. **A cidade no fluxo do tempo: invenção do passado e patrimônio.** Sociologias [online], 2003, n.9, pp.314-339.

BENEDITO, F. **Caminhando por Fortaleza.** Fortaleza: Destak, 1999. 217p.

BERNAL, C. **A metrópole Emergente: a ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza.** Fortaleza: Editora UFC, Banco do Nordeste S.A, 2004.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34, Edusp, 2000, 399p.

CARLOS, A. F. A. **Espaço-Tempo na Metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.

CARMO, J. A. **Dinâmicas Sócio-Espaciais na Cidade de Rio Claro (SP): As Estratégias Políticas, Econômicas e Sociais na Produção do Espaço**. Doutorado em Geografia. Rio Claro: UNESP/IGCE, 2006.

CARTAXO FILHO, J. A Cidade Factual. Fortaleza: Imprensa Universitária-UFC, 2000. 132p.

CASTRO, J. L. Uma planta fortalezense de 1850 reencontrada. **Revista do Instituto Federal do Ceará**, t.CXIX (2005): 93-123.

\_\_\_\_\_. Contribuição de Adolfo Herbster a forma urbana da cidade de Fortaleza. **Revista do Instituto Federal do Ceará**, t. CVIII (1994): 43-90.

CORRÊA, R. L. *et al*(Org.) **Geografia: conceitos e temas**. 12ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

\_\_\_\_\_. **O Espaço Urbano**. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 1999.

COSTA, M. C. L. Urbanização da sociedade fortalezense. **Revista do Instituto Federal do Ceará**, t. CXXII (2008): 183-204.

\_\_\_\_\_. Fortaleza: expansão urbana e organização do espaço. In: SILVA, J. (Org.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. 2. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007.

COSTA, R. S. S; FERREIRA, D. A. O. **Riscos socioambientais e ocupação irregular em áreas de enchentes nos bairros: olarias, Poti Velho, Alto Alegre, São Francisco e Mocambinho – Teresina (PI)**. 199-222p. In: PITON, S. E. C.;

ORTIGOZA, S. A. G. (Orgs.) **Diferentes Olhares sobre a Geografia de Teresina-PI.** IGCE/UNESP – Pos-graduação em Geografia. Rio Claro: UNESP, 2011.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Frota de veículos em Fortaleza deve triplicar até 2040.** Disponível no site: <http://diariodonordeste.globo.com/noticia.asp?codigo=365914>. Acessado em: 10/09/2013.

DIÓGENES, B. H. N. **Dinâmicas urbanas recentes da área metropolitana de Fortaleza.** Tese (Doutorado) FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO-FAUUSP São Paulo, 2012. 360p.

DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência.** São Paulo: Atlas, 1985.

DUARTE, F. **Planejamento Urbano.** Curitiba: IBPEX, 2007. 177p.

FAISSOL, S. **O espaço, território, sociedade e desenvolvimento brasileiro.** Rio de Janeiro: IBGE, 1994.

FERNANDES, F. R. C. **Transformações espaciais no centro de fortaleza: estudo crítico das perspectivas de renovação urbana.** (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA. UFC. 2004.

FIGUEIREDO, S. G. LIMA, P. C. C. L. Mudanças climáticas – um olhar sobre o semi-árido nordestino. p. 113-136. In: GUERA, I. et al. (Orgs.). **Diálogos Acadêmicos: produções científicas dos discentes do Programa de Pós-graduação em Geografia da UNESP-Convênio IFCE.** 1 ed. Juazeiro do Norte: IFCE, 2011. 145p.

FORTALEZA, Prefeitura Municipal de. **Regionais.** Disponível em: <http://www.fortaleza.ce.gov.br/>. Acesso em 10/09/2013.

\_\_\_\_\_. **Consulta Pública do Plano Municipal de Cultura de Fortaleza.** Crescimento Demográfico. Fortaleza: SUCULTFOR, 2012.

\_\_\_\_\_. **Plano Diretor Participativo de Fortaleza.** Fortaleza, 2008.

\_\_\_\_\_. PREURBIS - Programa de Requalificação Urbana com Inclusão Social. Elaboração de estudos e projetos para a promoção sustentável da qualidade de vida da população residente em áreas de risco e de preservação ambiental no município de Fortaleza. Produto 7 - **Estudo de Avaliação Ambiental(EAA)**. Fortaleza, 2007.

\_\_\_\_\_. Plano de Gestão Integrada da Orla do Município de Fortaleza - **Projeto Orla**. Fortaleza: 2006.

\_\_\_\_\_. **Fortaleza – A Administração Lúcio Alcântara Março 79/Maio**. Fortaleza 1982. Fortaleza: Superintendência do Planejamento do Município – SUPLAM. 290 p.

\_\_\_\_\_. **Fortaleza: evolução urbana (1603-1979)**. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1979.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza – PLANDIRF – 1969/71**. Fortaleza: PMF, 1971.

\_\_\_\_\_. PMF/SUPLAM. **Plano Diretor da Cidade de Fortaleza – 1963** (Lei nº 2128 - 20 de Março de 1963). Fortaleza: PMF, 1969.

FORTALEZA NOBRE. **Blogspot**. Disponível no site: <http://fortalezanobre.blogspot.com.br/2009/11/shopping-center-iguatemi.html>. Acesso em: 15/11/2013.

GERARDI, L. H. O.; SILVA, B. C. N. **Quantificação em geografia**. São Paulo: Difel, 1981. 161 p.

GIRÃO, R. **Geografia estética de Fortaleza**. 2. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária – UFC, 1979.

\_\_\_\_\_. **Fortaleza e a crônica histórica**. Fortaleza: UFC, 2000. 96p.

GUERRA, E. C; MOTA, L. S. **O processo de verticalização no Bairro de Fátima.** Fortaleza: UECE, 2007.

HUGHES, P. J. A. Segregação Socioespacial e Violência na Cidade de São Paulo: referências para a formulação de políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, 18(4):93-102, 2003.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas da população residente nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2012.** Atualizado dia 31 de janeiro 2013.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2010. Aglomerados Subnormais – Primeiros Resultados.** ISSN 0104-3145. Rio de Janeiro, 2010. 259p.

\_\_\_\_\_. **Sinopse do Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro, 2011. 261p.

IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Perfil Socioeconômico de Fortaleza.** MENEZES, A.S.B; CLEYBER MEDEIROS, C.N (Org.). 2ª.ed. Fortaleza – CE: IPECE, 2012.

\_\_\_\_\_. **Perfil Básico Municipal 2011 – Fortaleza-CE:** IPECE, 2011.

\_\_\_\_\_. **Perfil Básico Regional 2009.** Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG). Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - Fortaleza-CE: IPECE, 2010.

JUCÁ, G. N. M. **Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza.** 2. Ed. São Paulo: Annablume, 2003.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

\_\_\_\_\_. Espaço e política. Tradução de Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2008. 192p.

LEFÈBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 2001.

\_\_\_\_\_. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Ática, 1991.

LUCHIARI, M. T. D. P. **A (re)significação da paisagem no período contemporâneo**. p.9-28. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. Paisagem, Imaginário e Espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.228p.

MARICATO, E.; FERREIRA, J. S. W. Operação urbana consorciada: diversificação urbanística participativa ou aprofundamento da desigualdade? In: OSÓRIO, L. M. (Org.) **Estatuto da cidade e reforma urbana**: novas perspectivas para as cidades brasileiras. Porto Alegre: S. A. Fabris, 2002, p.215-250.

MARICATO, E. Formação e impasse do pensamento crítico sobre a cidade periférica. **Relatório de Pesquisa CNPQ**. São Paulo: CNPQ, 2009. 43 p.

MENDES, E. G; LIMA, L. C.; CORIOLANO, L. N. M. T. **Os embates da reestruturação do espaço litorâneo cearense pelo turismo**. MERCATOR-Revista de Geografia da UFC, Ano 03, número 06, 2004, p.43-52.

MORESI, E. **Metodologia da Pesquisa**. Universidade Católica de Brasília – UCB. Programa de Pós-Graduação em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação. 2003.

MONTENEGRO JR. A. I. Exposição do modelo de Uso e Ocupação do Solo Urbano adotado para Fortaleza e Descrição Sumária da Legislação que o institucionalizou. In: **Fórum de Debates Adolpho Herbster**, q980. Anais do Debate Adolfo Herbster. Fortaleza: Suplam, 1980.

MOTA, L. S. **Pobreza invisibilizada e resistência: as favelas às margens de trilhos em Fortaleza – CE e a política de urbanização de áreas de risco**.

(Dissertação) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Geografia. Recife, 2007.

MUNIZ, M. A. P. C. **O Plano Diretor como Instrumento de Gestão da Cidade: O Caso da Cidade de Fortaleza/CE.** Natal/RN: UFRN, 2006. 397 p. (Dissertação), Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

NATIVIO, P. M.; ORTIGOZA, S. A. G. Memória Urbana e Preservação de Patrimônios no Centro da Cidade de Rio Claro- SP. P71-94. In: PITON, S. E. C.; ANTÔNIO FILHO, F. D. (Orgs.) **Geografia Plural: única e múltipla.** IGCE/UNESP – Pos-graduação em Geografia. Rio Claro: UNESP, 2009.

NEGRI, S. M. **O processo de segregação sócio-espacial no contexto do desenvolvimento econômico da cidade de Rondonópolis – MT / Tese (Doutorado).** UNESP - Rio Claro, 2008.

**O POVO**, Online. Fortaleza tem 270 trechos em obras. Mobilidade Urbana. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2013/11/15/noticiasjornalcotidiano,3163485/fortaleza-tem-270-trechos-em-obras.shtml>. Acesso: 15/11/2013.

ORIÁ, R.; JUCÁ, G. De Forte a Vila e Cidade. In: SOUSA, *et al* (Orgs.). **Fortaleza: A Gestão da Cidade; uma história politico-administrativa.** Fortaleza: Universidade Federal do Ceará. Departamento de História. Núcleo de Documentação Cultural. Fundação Cultural de Fortaleza, 1995. 104p.

ORTIGOZA, S. A. G. O consumo sustentável do espaço: dilemas e perspectivas. In CORTEZ. A. T. C. e ORTIGOZA, S. A. G. **Consumo sustentável: conflitos entre necessidade e desperdício.** São Paulo: Editora da UNESP, 2007.

ORTIGOZA, S. A. G. **Geografia e Consumo: Dinâmicas sociais e a produção do espaço urbano.** Tese de Livre Docência. Rio Claro, UNESP/IGCE: 2009.

ORTIGOZA, S. A. G.; CRIONI, R. A bolha especulativa e a produção residencial nos

Estados Unidos. In: **Revista Geosul** - Florianópolis: 2008, vol. 23, nº 45, p.7-26.

ORTIGOZA, S. A. G.; LOMBARDO, M. A. **No clima do consumo: implicação do consumo nas mudanças climáticas globais**. Rio Claro: Divisa, 2011. 88p.

PODER JUDICIÁRIO. Justiça Federal do Ceará. Portal da 5a Região. Disponível no site: <http://www.jfce.jus.br/internet/noticias/img/unifor3.jpg>. Acesso em: 10/12/2013.

RECH, A. U. **A exclusão social e o caos nas cidades**: um fato cuja solução também passa pelo direito como instrumento de construção de um projeto de cidade sustentável. Caxias do Sul: EDUCS, 2007. 284p

SALVADOR, D. S.; CARLEIAL, A. N. **Leste de Fortaleza: natureza, produção do espaço e o crescimento urbano no bairro Sapiranga/Coité**. Anais do XVI Encontro de Geógrafos do Brasil, Porto Alegre - RS, 2010.

SAMPAIO, D. **Eu, Fortaleza**. Fortaleza: Stylus, 1977. P.71

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6 ed, 1 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008 (Coleção Milton Santos; 2).

\_\_\_\_\_. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana os países subdesenvolvidos**. 2. ed. São Paulo-SP: Edusp, 2004.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço – técnica e tempo, razão e emoção**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. Espaço e método. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo, Hucitec, 1991. p.64.

SANTOS, E. N. R. **Praia da Barra do Ceará: Lazer e Segregação Sócioespacial.** (Dissertação) Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Fortaleza: UFC, 2000.

SCARLATO, F. C. PONTIN, J. A. **O ambiente urbano.** São Paulo: Atual, 1999. 79p.

SEMAM, Secretaria Municipal do Meio Ambiente. **Inventário Ambiental de Fortaleza:** diagnóstico. Fortaleza, 2003.

SILVA, J. B. Fortaleza: retalhos de cidade. In: Jornal **O Povo** [on line]. 14 de abril de 2005. Fortaleza. Disponível em: <[HTTP://noolhar/opinião](http://noolhar/opinião)>. Acesso em 25 de novembro de 2005.

SOUZA, M. L. **ABC do Desenvolvimento Urbano.** 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, 192p.

\_\_\_\_\_. **Mudar a cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2008. 560 p.

SOUZA, C. B. G. Desenvolvimento Local e Gestão Participativa: concepção e práticas do PDL na ocupação urbana do Riacho Doce (Belém – PA) Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA, 2006.

SOUZA, S. **Fortaleza: a gestão da cidade** (uma história político-administrativa. Fortaleza: Fundação Cultural de Fortaleza, 1994.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização.** 15 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

VILLAÇA, F. **Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira.** VII- Encontro Nacional da ANPUR - MDU/UFPE. Maio de 1997. Recife-PE, 13p, disponível em <http://www.flaviovillaca.arq.br>. Acesso em ago. de 2012.

## APÊNDICE I

### QUESTIONÁRIO DE PESQUISA APLICADO JUNTO À POPULAÇÃO DE FORTALEZA-CE



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JULIO DE MESQUITA FILHO" CAMPUS RIO CLARO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – ÁREA DE CONCENTRAÇÃO  
ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO



Prezado(a),

Estou desenvolvendo uma pesquisa sobre o processo de urbanização e a produção do espaço na cidade de Fortaleza-CE para conclusão do Curso de Doutorado em Geografia - Área de Concentração - Organização do Espaço, na Universidade Estadual Paulista-UNESP/Rio Claro.

Necessito fazer uma análise das condições atuais dos diversos bairros da cidade, no que se refere à oferta de serviços essenciais, infraestrutura, investimentos públicos etc. Solicito, para isso, sua colaboração e participação, respondendo a este questionário de pesquisa.

Agradeço, antecipadamente, sua participação e colaboração.

Atenciosamente,  
Paulo César Cunha Lima

### QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

DADOS DO ENTREVISTADO					
BAIRRO ONDE MORA:				SEXO	
				Masc.	Fem.
FAIXA ETÁRIA					
Abaixo de 20 anos	30 a 39 anos	50 a 59 anos	Acima de 70 anos		
20 e 29 anos	40 a 49 anos	60 a 69 anos			

1. Avalie o seu bairro, assinalando um X no espaço correspondente ao conceito que você atribui a cada um dos itens a seguir:	Excelente	Bom	Regular	Ruim	Péssimo
Acessibilidade das calçadas e passeios					
Fornecimento de água tratada					
Iluminação pública					
Tratamento de esgoto					
Coleta de lixo					
Transporte público					
Segurança pública					
Situação da pavimentação das ruas e avenidas					
Situação do trânsito (congestionamentos)					
Situação da drenagem urbana (alagamentos)					
Situação de praças, parques ou áreas de lazer					
Situação de postos de saúde ou hospitais públicos					

2. Existem favelas ou áreas de risco no seu bairro?	Sim	
	Não	

3. Existe fiscalização para o cumprimento das normas e leis no seu bairro?	Sempre	
	Às vezes	
	Nunca	

4. O poder público é atuante e tem contribuído para a melhoria do bairro?	Sempre	
	Às vezes	
	Nunca	

5. Os moradores contribuem para a conservação do meio ambiente e dos bens públicos do bairro?	Sempre	
	Às vezes	
	Nunca	

6. Que nota você daria para o seu bairro? (De 0 a 10)	Nota	
---	------	--

7. O seu bairro já foi, em algum momento, “melhor” do que é hoje em dia?	Sim	
	Não	
Se sim, você saberia dizer em que período ou ano?		

<b>Espaço destinado a comentários diversos sobre o seu bairro (OPCIONAL)</b>

## ANEXOS

## ANEXO A – RELAÇÃO DE BAIRROS DE FORTALEZA-CE

SER	Nº	BAIRROS	SER	Nº	BAIRROS
CENTRO	01	CENTRO		61	FÁTIMA
I	02	ÁLVARO WEYNE	IV	62	ITAOCA
	03	BARRA DO CEARÁ		63	ITAPERI
	04	CARLITO PAMPLONA		64	JARDIM AMÉRICA
	05	CRISTO REDENTOR		65	MONTESE
	06	ELLERY		66	PAN AMERICANO
	07	FARIAS BRITO		67	PARANGABA
	08	FLORESTA		68	PARREÃO
	09	JACARECANGA		69	SÃO JOSÉ BONIFÁCIO
	10	JARDIM GUANABARA		70	SERRINHA
	11	JARDIM IRACEMA		71	VILA PERY
	12	MONTE CASTELO		72	VILA UNIÃO
	13	MOURA BRASIL		73	BOM JARDIM
	14	PIRAMBU		74	CANINDEZINHO
	15	SÃO GERARDO		75	CONJUNTO CEARÁ I
	16	VILA VELHA		76	CONJUNTO CEARÁ II
	II	17		ALDEOTA	V
18		CAIS DO PORTO	78	CONJUNTO JOSÉ WALTER	
19		CIDADE 2000	79	GENIBAU	
20		COCÓ	80	GRANJA LISBOA	
21		DE LOURDES	81	GRANJA PORTUGAL	
22		DIONÍSIO TORRES	82	JARDIM CEARENSE	
23		ENG. LUCIANO CALVALCANTE	83	MARAPONGA	
24		GUARARAPES	84	MONDUBIM	
25		JOAQUIM TÁVORA	85	PARQUE SANTA ROSA	
26		MANUEL DIAS BRANCO	86	PARQUE SÃO JOSÉ	
27		MEIRELES	87	PLANALTO AYRTON SENNA	
28		MUCURIPE	88	PRESIDENTE VARGAS	
29		PAPICU	89	SIQUEIRA	
30		PRAIA DE IRACEMA	90	VILA MANOEL SÁTIRO	
31		PRAIA DO FUTURO I	91	AEROLÂNDIA	
32		PRAIA DO FUTURO II	92	ANCURI	
33		SALINAS	93	ALTO DA BALANÇA	
34		SÃO JOÃO DO TAUAPE	94	BARROSO	
35		VARJOTA	95	BOA VISTA	
36		VICENTE PINZON.	96	CAMBEBA	
III	37	AMADEU FURTADO	VI	97	CAJAZEIRAS
	38	ANTÔNIO BEZERRA		98	CIDADE DOS FUNCIONÁRIOS
	39	AUTRAN NUNES		99	COAÇU
	40	BONSUCESSO		100	CONJUNTO PALMEIRAS
	41	BELA VISTA		101	CURIÓ
	42	DOM LUSTOSA		102	DIAS MACEDO
	43	HENRIQUE JORGE		103	EDSON QUEIROZ
	44	JOÃO XXIII		104	GUAJERU
	45	JÓQUEI CLUBE		105	JANGURUSSU
	46	OLAVO OLIVEIRA		106	JARDIM DAS OLIVEIRAS
	47	PADRE ANDRADE		107	JOSÉ DE ALENCAR
	48	PARQUE ARAXÁ		108	MESSEJANA
	49	PICI		109	PARQUE DOIS IRMÃOS
	50	PARQUELÂNDIA		110	PASSARÉ
	51	PRESIDENTE KENNEDY		111	PAUPINA
	52	RODOLFO TEÓFILO		112	PARQUE MANIBURA
	53	QUINTINO CUNHA		113	PARQUE IRACEMA
IV	54	AEROPORTO	114	PARQUE SANTA MARIA	
	55	BENFICA	115	PEDRAS	
	56	BOM FUTURO	116	LAGOA REDONDA	
	57	COUTO FERNANDES	117	SABIAGUABA	
	58	DAMAS	118	SÃO BENTO	
	59	DEMOCRITO ROCHA	119	SAPIRANGA.	
	60	DENDÊ			

SER – SECRETARIA EXECUTIVA REGIONAL

**ANEXO B – DETERMINAÇÃO DO TAMANHO DA AMOSTRA A PARTIR DO  
TAMANHO DA POPULAÇÃO**

N	A	N	A	N	A	N	A
10	10	180	123	900	269	7.000	364
15	14	200	132	1.000	278	8.000	367
20	19	220	140	1.100	285	9.000	368
25	24	240	148	1.200	291	10.000	370
30	28	250	152	1.300	297	15.000	375
40	36	280	162	1.500	306	20.000	377
50	44	300	169	1.800	317	30.000	379
60	52	360	186	2.000	322	40.000	380
70	59	400	196	2.400	331	50.000	381
80	66	460	210	2.800	338	75.000	382
90	73	500	217	3.000	341	1.000.000	384
100	80	550	226	3.500	346		
110	86	600	234	4.000	351		
120	92	650	242	4.500	354		
140	103	700	248	5.000	357		
150	108	800	260	6.000	361		

Onde: N é o Tamanho da População e A é o Tamanho da Amostra

Fonte: GERARDI & SILVA, 1981

ANEXO C – DENOMINAÇÃO E DELIMITAÇÃO DO BAIRRO GENTILÂNDIA EM  
FORTALEZA-CE.



Câmara Municipal de Fortaleza

REQUERIMENTO N.º 1358

*Requer da Prefeitura Municipal de Fortaleza a adoção de providências no sentido de implementar a Lei nº 8.480, de 24 de julho de 2000, que dispõe sobre a denominação e delimitação do Bairro da Gentilândia.*

**EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA**

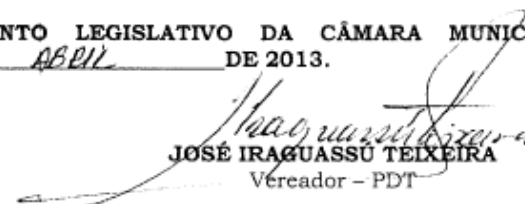
O Vereador abaixo assinado, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, depois de ouvidos seus pares, vem, mui respeitosamente, à presença de V.Exa., requerer da Prefeitura Municipal de Fortaleza a adoção de providências, no sentido de implementar a Lei nº 8.480, de 24 de julho de 2000, que dispõe sobre a denominação e delimitação do Bairro da Gentilândia.

Embora se tenha legalizado a denominação do tão importante Bairro de nossa Cidade, não fora, ainda, estabelecida a sua real delimitação, motivo pelo que solicitamos a urgente expedição de Decreto Municipal de forma a definir seus limites, consoante disposições contidas no Projeto de Lei 434/99, onde informa o quadrilátero urbano compreendido pelo mencionado bairro.

Requer, outrossim, que seja oficiado do inteiro teor deste requerimento a:

**Exmo. Sr.**  
**Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra**  
**Prefeito Municipal de Fortaleza**  
Palácio do Bisco - Rua São José, s/n, Centro CEP 60060-170

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA,  
EM 11 DE ABRIL DE 2013.

  
**JOSÉ IRAGUASSÚ TEIXEIRA**  
Vereador - PDT

DEPTO. LEGISLATIVO  
RECEBIDO

GABINETE DO VEREADOR IRAGUASSÚ TEIXEIRA (PDT)  
Rua Thompson Bulcão, 830. Gabinete 07. Bairro: Luciano Cavalcante.  
Telefone: 3444.8346 / 3444-8397. CEP: 60.810-460. Fortaleza/CE.  
[www.iraguassuteixeira.com.br](http://www.iraguassuteixeira.com.br)

11 ABR. 2013



## ANEXO C – (Continuação)



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA



LEI Nº 8480 DE 24 DE julho DE 2000.

*Denomina de Gentilândia um bairro de Fortaleza e dá outras providências.*

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica denominado de Gentilândia um Bairro de Fortaleza, com delimitação de área a ser definida em ato do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Fortaleza em 24 de julho de 2000.



JURACI MAGALHÃES  
PREFEITO DE FORTALEZA

ANEXO C – (Continuação)

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
 UNIDADE DE REDAÇÃO FINAL  
 DATA: \_\_\_\_\_  
 Presidente



CÂMARA  
 MUNICIPAL  
 DE FORTALEZA

Trabalhando junto com o povo



Projeto de Lei nº 0434/99

Aprovado em 27 JUN 2000  
 Em 27 JUN 2000

Presidente

Denomina de Gentilândia um  
 Bairro de Fortaleza e dá outras  
 providências

Aprovado em 27 JUN 2000  
 Em 27 JUN 2000

Presidente

COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL

Em 27 JUN 2000

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA APROVA:

Presidente

Art. 1º Fica denominado de Gentilândia um Bairro de Fortaleza, com delimitação de área a ser definida em ato do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SEP. LEGISLATIVO  
 RECEBIDO EM 10 JUN 99

Vereador Narcílio Andrade  
 PMDB

Justificativa

A presente iniciativa tem por escopo oficializar a denominação de Gentilândia do quadrilátero urbano compreendido entre as vias: Av. da Universidade; Av. Treze de Maio; Rua Marechal Deodoro; Rua Paulino Nogueira; Av. dos Expedicionários e Av. Eduardo Girão.

Vereador Narcílio Andrade  
 PMDB

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
 UNIDADE DE REDAÇÃO FINAL  
 DATA: 04/34/99  
 Presidente

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
 UNIDADE DE REDAÇÃO FINAL  
 DATA: 13 JUN 2000  
 Presidente

## ANEXO D



## GUARDA MUNICIPAL E DEFESA CIVIL DE FORTALEZA

COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

ÁREAS DE RISCO - FORTALEZA / 2012



SER	BARRO	ÁREA DE RISCO	Nº DE FAMÍLIAS	TIPO DE RISCO	OBSERVAÇÕES
TÉCNICO: ALEXANDRE LIRA (FONE: 3433.8820 / CEL: 8713.4288)					
I	Pirambó	Cacimba dos Pombos / Beco dos Biscoitos / Areia Grossa / Rio Nilo	535	Deslizamento	Área de altitude próxima a beira - mar e área de praia.
		Alvaro de Alencar	58		Acúmulo de águas pluviais, construção de barracos em área de praia e margens do canal.
	Vila Velha	Vila Velha	748	Inundação	Ocupação na área de mangue do rio Ceará.
	Barra do Ceará	Dunas II	172	Deslizamento	Casas localizadas nas encostas do morro e sobre as dunas.
		Morro do Santiago	197		Casas localizadas nas encostas do morro e sobre as dunas.
		Comunidade Novo Lar	33	Desmoronamento	Área de altitude próxima a um canal
	Jardim Iracema	Riacho Doce	43	Inundação	Casas localizadas às margens do canal.
	Floresta	Lagoa do Urubú	124	Inundação	Famílias habitando às margens de uma lagoa
	SUBTOTAL		8	1.910	

## ANEXO D – (Continuação)

SER	BARRO	ÁREA DE RISCO	Nº DE FAMÍLIAS	TIPO DE RISCO	OBSERVAÇÕES
TÉCNICO: Elvira (FONE: 3218.1813 / CEL: 882.7944)					
II	Praia do Futuro I	Morro do Sandra's	182	Deslizamento	Famílias habitam às encostas do morro
		Comunidade do Luxou	163	Alagamento	Habitações construídas em área alagável por falta de sistema de drenagem pluvial.
	Mucuripe	Santa Terezina	779	Deslizamento	Ocupação nas encostas do morro.
		Riacho/Macelô/Comunidade Saportê	98	Inundação	Famílias habitam às margens do riacho Macelô.
		Morro Mirante	135	Deslizamento	Famílias ocupando às encostas do morro em risco de soterramento
	Papicu	Morro das Placas	611	Deslizamento	Encostas do morro ocupadas por famílias sujeitas à soterramento
		Comunidade do Pau Fininho	73	Inundação	Famílias ocupando as margens da lagoa do Papicu
	Dunas	Morro de Gengibre	80	Deslizamento	Nas encostas do morro habitam famílias em situação de risco
	Cais do Porto	Morro do Teixeira	72	Deslizamento	Famílias habitam às encostas do morro
		Serviuz	120	Soterramento	Área de acúmulo de areia por transporte eólico.
	São João do Tauape	Lagamar II	536	Inundação	As famílias ocupam as margens do riacho Tauape
	Salinas	Comunidade do Zumbi	38	Inundação	Famílias habitando área as margens do rio Cocó
	Vicente Pinzon	Artstides Barcelos	22	Deslizamento	Intensidade de chuvas acelera o processo de erosão do morro.
		Comunidade da Farol Novo	1.100	Deslizamento	Famílias expostas a soterramento
SUBTOTAL		14	4.009		

## ANEXO D – (Continuação)

SER	BARRO	ÁREA DE RISCO	Nº DE FAMÍLIAS	TIPO DE RISCO	OBSERVAÇÕES
TÉCNICO: CRISTIANO FÉRRER (FONE: 3433.8860 / CEL: 8713.4300)					
III	Antonio Bezerra	Travessa Maranguapinho	80	Inundação	Famílias habitando as margens do Rio Maranguapinho
		Alto do Bode	75		Comunidade atingida pelas águas orludas das enchentes do rio Maranguapinho.
		Tupinambá da Frota	157		Famílias residem as margens do rio Maranguapinho
	Aurán Nunes	Beira Rio I	280	Inundação	As enchentes do rio Maranguapinho causam prejuízos aos moradores
		Beira Rio II	43		As enchentes do rio Maranguapinho causam prejuízos aos moradores
		Culaba	370		Famílias habitando as margens do Rio Maranguapinho
	Bom Sucesso	Riacho das Pedras	155	Inundação	Famílias expostas a inundação em virtude do Canal das Pedreiras.
		Comunidade Carlos Chagas	126	Alagamento	O acúmulo de águas pluviais causa alagamento em toda a comunidade
	Henrique Jorge / João XXIII	Comunidade do Rio	312	Inundação	Famílias habitando as margens do Rio Maranguapinho
	Dom Lustosa	Comunidade da Chesf (ponte do pau da velha)	105	Inundação e Radiação	Área exposta a inundação de um afluente da lagoa da faculdade de agronomia e afluente do rio Maranguapinho e a radiação do linhão da Chesf
	Pid / Bela Vista	Lagoa Azul	150	Inundação	As famílias estão expostas às margens da lagoa da Agronomia da UFC.
	Quintino Cunha	Comunidade do Sossego / Mariçoca	264	Alagamento	Área exposta a alagamento de um afluente da lagoa da faculdade de agronomia, e linha férrea
		Monte Rei	38	Inundação	Comunidade atingida no período invernos por águas orludas das enchentes do rio Maranguapinho
		Alto Jerusalém	161		Alagamento ocasionado por águas das enchentes do rio Maranguapinho.
		Iha Dourada	123		Famílias ocupam a área de preservação ambiental do rio Ceará, expostas a inundações.
Comunidade Bubu / Cal		231	O transbordamento do rio Maranguapinho durante o período invernos e as premares das marés de sizígia, vitimam famílias		
SUBTOTAL		16	2.670		

SER	BARRO	ÁREA DE RISCO	Nº DE FAMÍLIAS	TIPO DE RISCO	OBSERVAÇÕES
TÉCNICO: ZÉLIA RIBEIRO (FONE: 3433.2820 / CEL: 8813.0282)					
IV	Berninha	Comunidade Garibaldi	180	Inundação	A intensidade das chuvas no período invernos poderá provocar transbordamento da lagoa da Taperaoba e conseqüente alagamentos das residências
		Canal da Rosinha	58		Observa-se ocupação de moradias nas proximidades do canal.
	Demócrito Rocha	Canal do Demócrito Rocha	52		Famílias ocupam às margens do canal
	Itapery	Canal do Itapery	29		Famílias ocupam às margens do canal
	Parangaba	Comunidade da Rua Diana	42		Famílias ocupam às margens do canal do Desafio Jovem
		Lagoa da Parangaba	24		Famílias ocupam às margens da lagoa
	Fátima	Comunidade da rua do Guga	51		Famílias residem as margens de um canal
	SUBTOTAL		7		436

## ANEXO D – (Continuação)

SER	BARRO	ÁREA DE RISCO	Nº DE FAMÍLIAS	TIPO DE RISCO	OBSERVAÇÕES
TÉCNICO: DANIEL RODRIGUES (FONE: 3433.2913 / CEL: 8713.4288)					
V	Genibaú	Comunidade do Capim	407	Inundação	Habitações de famílias às margens do riacho Maranguapé.
		Maranguapinho II	1.516		Alto índice de famílias ocupando às margens do rio Maranguapinho.
		Canal da Moçambique	107		Fam ílias habitando área próxima ao canal
	Granja Portugal	Maranguapinho I	990		Durante a quadra invernos a comunidade é atingida pelas as águas do rio Maranguapinho.
		Mela – Mela	205		Fam ílias habitando área próximo ao canal do Bom Jardim e Lagoa do Mela-Mela
	Siqueira	Parque São Vicente	53		Residências alagadas com o acúmulo de águas pluviais
		Comunidade Marrocos	434		Residências alagadas com o acúmulo de águas pluviais
	Bom Jardim	Conjunto Urucuba	27		Residências alagadas com o acúmulo de águas pluviais
		Canal Leste	784		Ocupação de famílias residindo próximas ao canal
		Pantanal do Parque Santo Amaro	188		Observa-se a existência de famílias ocupando às margens do canal.
	Parque Presidente Vargas	Canal Presidente Vargas	207	Inundação	Durante a quadra invernos poderá haver transbordamento das águas do canal
	Canindezinho	Parque Jerusalém I, II	690	Inundação	Fam ílias ocupam a baixada que recebe águas da sangria do açude Osmanir Machado e do rio Siqueira
		Conjunto Jardim Fluminense	395		Fam ílias ocupam área próxima ao rio Maranguapinho.
		08 de Dezembro	356		Fam ílias ocupam área próxima ao rio Maranguapinho.
		Planalto Canindezinho	182		Fam ílias habitam área próxima ao rio Maranguapinho
	Parque São José	Comunidade dos Canos	229	Inundação	Alto índice de famílias ocupam às margens do rio Maranguapinho
		Parque São José	377		Margens do rio Siqueira habitada.
	Modubim	Ocupação Titanic	52	Inundação	Ocupação as margens do açude Osmanir
		Lagoa do Pq. Santana	282		Fam ílias residem as margens da lagoa
		Lagoa da Libânia	119		Fam ílias ocupam área próxima a lagoa
Planalto Ailton Senna	Lago Azul	73	Inundação	Fam ílias ocupam área próxima ao lago	
José Walter	Unidos para Lutar pela Paz	187	Inundação	Com a ocorrência de chuvas aumentará o volume d'água do afluente do rio Cocó	
SUBTOTAL		22	7.860		

## ANEXO D – (Continuação)

BER	BARRO	ÁREA DE RISCO	Nº DE FAMÍLIAS	TIPO DE RISCO	OBSERVAÇÕES
VI	TÉCNICO: JOSÉ ROBERTO (FONE: 3488.3130 / CEL: 9879.7993)				
	Edson Queiroz	Baixada do Dendê	188	Inundação	Famílias habitam região de mangue do rio Cocó
		Sablaguaba	49		Famílias ocupam área próxima a um riacho
	Cidades dos Funcionários	Vila Cazumba	174		Famílias ocupam às margens da lagoa da Vila Cazumba.
	Lagoa Redonda	São Miguel Brejo	213	Alagamento	Esta comunidade fica localizada nas proximidade de um canal.
	Sapiranga	Lagoa do Coité	90	Inundação	Famílias ocupam área próxima a lagoa
		Urucu	161		Famílias habitam as margens da lagoa da Sapiranga
	Alto da Balança	Lagamar	788	Inundação	As famílias ocupam as margens do riacho Tauape
	Mata Galinha / Castelo / Dias Macedo	Boa Vista	581	Inundação	Alto índice de famílias habitando às margens do rio Cocó
	Mata Galinha	Comunidade do Cal	170	Inundação	Área próxima às margens do rio Cocó
	Janjurussu	Ocupação São Francisco	116	Inundação	Observa-se a existência de moradias nas proximidades de um afluente do rio Cocó
		Campo Estrela	121		Famílias habitam as margens da lagoa da av. Castelo de Castro
		São Geronimo	35		Famílias habitam as margens do açude Janjurussu
	Cajazeiras	Santa Maria Gorete	94	Alagamento	Área densamente habitada localizada em um desnível da av Paulino Rocha
	Barroso	Comunidade Waldemar Alcântara	209	Inundação	Ocupação de residências nas proximidades de um afluente do rio Cocó
		1º de Março	178		Famílias ocupam as margens de um afluente do rio Cocó
		João Paulo II	110		Famílias ocupam as margens do rio Cocó
	Passaré	Unidos Venceremos	231	Inundação	Residências alagadas com o acúmulo de águas pluviais
		Jardim União II	125		O transbordamento de uma lagoa atingirá residências próximas
		Nossa Senhora Aparecida	83	Alagamento	Famílias serão vítimas pelas inundações do rio cocó
		Riacho Doce	156		Famílias ocupam margens do canal que corta a Av. Poroara
	Palmeiras	Palmeiras II	231	Inundação	Afluente do cocó provoca alagamento em residências próximas
Parque Dois Irmãos	Comunidade Rosalina	500	Alagamento	<a href="https://www.google.com.br/">https://www.google.com.br/</a>	
	SUBTOTAL	22	4.803		
	TOTAL	89	21.488		